

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SÃO BORJA
CURSO DE JORNALISMO**

ANDRESSA VIEIRA ALMEIDA

**O RACISMO NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE O NEGRO EM GZH: O
ASSASSINATO DE JOÃO ALBERTO FREITAS**

**SÃO BORJA
2022**

ANDRESSA VIEIRA ALMEIDA

**O RACISMO NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE O NEGRO EM GZH: O
ASSASINATO DE JOÃO ALBERTO FREITAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Jornalismo da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Jornalismo.

Orientado: Alciane Nolibos Baccin

**São Borja
2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

18496347r Almeida, Andressa Vieira

O racismo no discurso jornalístico sobre o negro em GZH:
O assassinato de João Alberto Freitas / Andressa Vieira
Almeida.

103 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, JORNALISMO, 2022.

"Orientação: Alciane Nolibos Baccin".

1. Discurso jornalístico. 2. GZH. 3. Negro. 4. João
Alberto Freitas.. I. Título.

ANDRESSA VIEIRA ALMEIDA**O RACISMO NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE O NEGRO EM GZH:****O ASSASSINATO DE JOÃO ALBERTO FREITAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 1º de agosto de 2022.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Alciane Nolibos Baccin

Orientadora

(Unipampa)

Prof. Dra. Sara Alves Feitosa

(Unipampa)

Jornalista e mestranda Etiene Pereira Martins

(UFRJ)



Assinado eletronicamente por **ALCIANE NOLIBOS BACCIN, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/08/2022, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

Assinado eletronicamente por **Etiene Pereira Martins, Usuário Externo**, em 03/08/2022, às 14:36,



conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SARA ALVES FEITOSA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/08/2022, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0882085** e o código CRC **18496347**.

Dedico esse trabalho aos meus mais velhos,
ao meu matriarcado e a todas as pessoas
negras que tiveram suas vidas ceifadas por
um estado genocida.

AGRADECIMENTOS

Mil vezes mais forte, mil vezes mais ágil
Mil vezes mais forte, mil vezes mais alvo, mil vezes mais ágil
Mil vezes mais forte, mil vezes mais alvo, mil vezes mais frágil
Mil vezes mais forte, mil vezes mais ágil, mil vezes mais
Sonhadora, viva
(DRIKA BARBOSA, Herança, 2019)

Nunca achei que seria tão difícil escrever para agradecer aqueles que fizeram parte da minha vida acadêmica e pessoal. Entre algumas linhas escritas e apagadas, pensei como e por que cheguei aqui, até porque pessoas como eu são constantemente influenciadas a descreditarem do seu potencial, não apenas no meio acadêmico, profissional, mas também pessoal. Entre muitos desafios que a graduação me proporcionou, ser uma das únicas alunas negras em uma turma com aproximadamente 40 alunos em uma cidade no interior do Rio Grande do Sul sem dúvidas foi o maior e o mais doloroso, mas sei que muitos outros vão vir, pois sou uma mulher negra em um país que odeia corpos como o meu.

A conclusão desse trabalho e da minha jornada na universidade se deve a todos aqueles que sonharam comigo, pessoas que estão presentes fisicamente e também aquelas que precisaram partir. Aqui reverencio meus mais velhos e minha mãe Iansã que cuidam e guiam meus passos, para que eu não me perca e não me deslumbre facilmente com as armadilhas.

À minha bisavó Alzira dos Santos Vieira, ao meu avô João Paulo Vieira, minha avó Nelly Alves da Silva e a minha avó Iná Marisa dos Santos Pia, que foi e segue sendo meu maior elo com o entendimento de ser uma mulher negra sonhadora. Obrigada por ter sido minha mãe, minha amiga e meu espelho. Sem a senhora eu não seria quem eu sou. Em uma das músicas que mais ouvi quando a senhora precisou partir, tenho certeza que ela é o sentimento completo que tenho pela você, “De todo o amor que eu tenho, metade foi tu que me deu, salvando minh'alma da vida, sorrindo e fazendo o meu eu”. Ao meu avô Adão Haroldo que fez o papel de pai, me educando, me cuidando, me oferecendo amor e afeto. Obrigada pelas manhãs com bolinho de chuva, pelas conversas sobre política e por seguir me endereçando os melhores sorrisos e conselhos.

À minha mãe Catarina, mulher negra que precisou assumir o papel de pai e mãe, fazendo o possível e impossível para me criar. Às vezes penso como seriam meus dias sem suas ligações, sem sua risada, sem seu olhar meigo que me questiono se os mereço sempre. Você é a pessoa que me ensina constantemente sobre as coisas mais simples da vida, mesmo que na maioria das vezes pareça que eu não escuto, eu sempre guardo cada conselho. Queria que a senhora pudesse te ver como eu vejo. Tu és a mulher que entendeu que eu precisava ir, mas que eu sempre voltaria, independente da hora, dia ou lugar. Aqui me arrisco em dizer que a senhora é a música “Mãe” do Emicida, “em tudo eu via a voz de minha mãe, em tudo eu vejo nós”. Mãezinha, obrigada por ser minha companheira, minha pessoa preferida de todo universo, meu início, meio e início.

À minha dinda Miriam, que foi minha segunda mãe, me ensinando, aconselhando sempre que necessário. Você sempre acreditou nos meus sonhos e no meu potencial, às vezes muito mais do que eu acredito, obrigada por me encorajar e por ser minha referência. As minhas

tias, Zizi, Tereza e Lais, pelos abraços longos, histórias e risadas. Obrigada a minha prima Leni que foi minha irmã mais velha, amiga e me ensinou sobre ser uma mulher negra.

Obrigada ao matriarcado que sempre me manteve viva. Tudo que sei sobre cuidado, afeto, respeito e amor é graças a cada uma de vocês. Eu amo vocês.

Aos meus amigos geólogos que ainda vou entrevistar. Evandro, Mau Gen, Raquel, Beni, Sil, Duda, vocês foram parte da minha vida, me ensinaram sobre as rochas, mas também sobre as amizades que não acabam com a distância e acima de tudo entenderam minha despedida no curso de Geologia.

Aos meus amigos e futuros colegas de profissão Eric, Carol, Rayssa, Tony, Pamela. Agradeço por terem entrado na minha vida e por me acompanharem do começo ao fim dessa jornada. Que nossos caminhos possam seguir se cruzando e que as nossas jornadas sejam enriquecedoras, assim como nossa amizade.

As minhas irmãs de vida Amanda, Carol e Evy, cada uma com seu jeito, que me completa. Vocês precisaram enfrentar a distância, minhas ausências constantes e sempre entenderam que eu voltaria. Lá estavam elas me esperavam de braços abertos para me dar colo e puxões de orelha. Obrigada pelas risadas, por lerem esse trabalho, pelos choros, pelas idas ao shopping, pelas viagens, por acreditarem nos meus sonhos e permitirem que possa acreditar no sonho de vocês.. Como diz Emicida, “quem tem um amigo tem tudo”.

Ao meu fiel escudeiro, Rafael Costa, por todos os conselhos, por todas as ajudas acadêmicas e pessoais, pelas risadas e pelos áudios de 4min. Sem você eu não teria conseguido me manter em uma universidade (um ambiente que é nosso, mas que muitos insistem em dizer que não). Às vezes ou melhor, quase sempre falo que tenho uma sorte que poucas pessoas possuem em poder dividir a vida com um amigo como tu. Obrigada por ser o irmão mais velho que sempre quis ter!!

Aos meus amigos do Pet- História da África e do coletivo Niara, que foram a família que eu precisei proporcionando troca de afeto, leituras e experiências entre os estudantes negros da UNIPAMPA. Vocês me ensinaram muito sobre coletividade e respeito, obrigada por estarem nesse espaço, por serem vocês e por permitirem que eu pudesse ser eu. Ser um grupo composto por negros e negras dentro de uma universidade branca é um ato de resistência e existência. Vocês deram mais sentido ao UBUNTU.

À minha família carioca, que me acolhe todos os dias, cuida, briga, faz churrasco, vai para o samba, aguenta as minhas fases boas e também as ruins. Sem esses amigos que eu faço questão de chamar de família, viver em outro estado seria quase impossível. Obrigada Ariel, Nana, Gugão, Rich, Madyer, Márcia, Patrícia, vó Helena. Amo vocês!

À equipe do Instituto Marielle Franco, que me acolhe e ensina constantemente. Durante esses meses pude aprender sobre a nossa potência e principalmente sobre a minha potência. Obrigada por acreditarem em mim e nos meus sonhos, e permitirem que possa fazer parte da cultura do legado e memória da Mari. Que nossa luta seja constantemente lembrada e que possamos responder: Quem mandou matar Marielle e porque?

E não menos importante a minha orientadora Alciane Baccin, obrigada por me acompanhar nessa jornada, pela paciência, puxões de orelha e principalmente por confiar no meu maior bem, que é minha escrita. Que a universidade possa ter professoras como a senhora que acreditam em alunas como eu.

Esse trabalho só pode ser escrito pois eu contrariei as estatística, que me nego a chamar de sorte. Ele só pode ser escrito porque muitos abriram os caminhos e as portas para mim. A minha escrita foi potencializada pelos meus mais velhos que me ensinaram a transformar o ódio que colocam sobre corpos negros, em potência.

A minha potência é a minha escrita e ela é para todas os jovens negros que tiveram suas vidas interrompidas, para todas famílias que tiveram os seus levados pela brutalidade de se negro em um país que a cada 23 minutos nos mata. Que nossas dores possam virar combustível para viver e seguir movendo estruturas. Asé.

RESUMO

A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. Diversos fatores levam à morte de pessoas negras, mas não podemos negar que um destes fatores é o reforço de estereótipos de cunho racista, isto é, associar tipos diversos de violência às pessoas de raça negra. Por isso, este trabalho tem como objetivo geral compreender o discurso sobre o assassinato de João Alberto Freitas, tendo como foco as questões raciais, veiculado no portal de notícias GZH. Para isso, discutimos conceitos importantes para a compreensão do uso dos discursos, como refletir sobre raça, racismo, discriminação racial, branquitude, ideologia, discurso, e analisamos duas notícias publicadas pelo jornal digital GZH, do Grupo RBS, veiculadas nos dias 19 e 25 de novembro de 2020, referente ao assassinato de João Alberto. A metodologia escolhida é a Análise Crítica do Discurso (ACD), proposta por Van Dijk (1991, 2000, 2002, 2005, 2008, 2012, 2018). A questão problema, que nos motiva a este trabalho é investigar como o discurso produzido pelo jornal digital GZH representou o assassinato de João Alberto? Entre as principais considerações que destacamos está o silenciamento jornalístico sobre as questões raciais e de racismo na construção das duas notícias, naturalizando a raça branca como representante da espécie humana, bem como reforçando estereótipos negativos em relação ao homem negro.

Palavras-chave: Discurso jornalístico, GZH, Negro, João Alberto Freitas.

ABSTRACT

Every 23 minutes a young black man is murdered in Brazil. Several factors lead to the death of black people, but we cannot deny that one of these factors is the reinforcement of racist stereotypes, that is, associating different types of violence with black people. Therefore, this work has the general objective of understanding the discourse on the murder of João Alberto Freitas, focusing on racial issues, published on the GZH news portal. For this, we discussed important concepts for understanding the use of discourses, such as reflecting on race, racism, racial discrimination, whiteness, ideology, discourse, and we analyzed two news published by the digital newspaper GZH, from Grupo RBS, published on the 19th and 25th. November 2020, concerning the murder of João Alberto. The methodology chosen is Critical Discourse Analysis (CDA), proposed by Van Dijk (1991, 2000, 2002 , 2005, 2008, 2012, 2018). The problem question that motivates us in this work is to investigate how the speech produced by the digital newspaper GZH represented the murder of João Alberto? Among the main considerations that we highlight is the journalistic silencing on racial and racism issues in the construction of the two news, naturalizing the white race as a representative of the human species, as well as reinforcing negative stereotypes in relation to the black man.

Keywords: Journalistic discourse, GZH, Negro, João Alberto Freitas.

RESUMEN

Cada 23 minutos un joven negro es asesinado en Brasil. Varios factores conducen a la muerte de las personas negras, pero no podemos negar que uno de estos factores es el reforzamiento de los estereotipos racistas, es decir, asociar diferentes tipos de violencia a las personas negras. Por lo tanto, este trabajo tiene el objetivo general de comprender el discurso sobre el asesinato de João Alberto Freitas, centrándose en las cuestiones raciales, publicado en el portal de noticias GZH. Para ello, discutimos conceptos importantes para comprender el uso de los discursos, como reflexionar sobre la raza, el racismo, la discriminación racial, la blanquitud, la ideología, el discurso, y analizamos dos noticias publicadas por el diario digital GZH, del Grupo RBS, publicadas en el 19 y 25 de noviembre de 2020, sobre el asesinato de João Alberto. La metodología escogida es el Análisis Crítico del Discurso (ACD), propuesta por Van Dijk (1991, 2000, 2002, 2005, 2008, 2012, 2018). La pregunta problema que nos motiva en este trabajo es investigar cómo el discurso producido por el diario digital GZH representó el asesinato de João Alberto. Entre las principales consideraciones que destacamos está el silenciamiento periodístico sobre temas raciales y de racismo en la construcción de las dos noticias, naturalizando a la raza blanca como representante de la especie humana, así como reforzando estereotipos negativos en relación al hombre negro.

Palabras clave: Discurso periodístico, GZH, Negro, João Alberto Freitas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Manchete do jornal GZH	78
Figura 2 - Nota do supermercado Carrefour	83
Figura 3 - Nota da Brigada Militar	83
Figura 4 - Nota da empresa terceirizada Vector	84
Figura 4 - Manchete do jornal GZH	85

LISTA DE SIGLAS

ACD	ANÁLISE CRÍTICA DISCURSO
BM	BRIGADA MILITAR
FBSP	FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA
GZH	GAÚCHA ZERO HORA
GEMAA	GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IJSN	INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
INEP	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO TEIXEIRA	
INFOPEN	LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. PENITENCIÁRIAS
PNAD	PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS
PM	POLICIAL MILITAR
TSE	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 RACISMO E DEMOCRACIA RACIAL	21

2.1- Identidade	21
2.2- Branquitude e o pacto narcísico	24
2.3- Somos todos iguais? Mito da democracia racial	28
2.4- Afinal o que é raça e racismo?	31
3 UM CORPO NEGRO NO MUNDO, É MAIS UM CORPO NEGRO NO CHÃO	37
3.1- O negro no Brasil	37
3.2- O Sul preto: a história que não nos contam.....	46
4 O JORNALISMO E O RACISMO	52
4.1- A Notícia como validação de discursos sociais	52
4.2.- Redações brancas, inferno negro	56
5 O DISCURSO E O RACISMO	62
5.1- O discurso: as faces do poder e da ideologia	63
5.2- A negação do racismo no discurso da mídia brasileira	66
6 “EU NÃO CONSIGO RESPIRAR”: O ASSASINATO DE JOÃO ALBERTO	73
6.1 “Milena, me ajuda”: Quem era João Alberto	73
6.2 Segunda morte de João Alberto: O discurso da ZH sobre espancamento	77
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
8. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	99

INTRODUÇÃO

Um minuto pros irmão' que já foram
Liberdade pros irmão' que ficou
Já foi tanto, eu quero tudo em dobro
Mas eu sei que o sonho nunca se foi
(CRISTAL, No Role Modelz- remix, 2020)

Quem cuida do nosso povo se não nós mesmos? É inegável que desde a formação do Brasil, a sociedade produz e vivencia diversos problemas sociais, que perpassam classe, raça, gênero, acessibilidade e muitos outros. No entanto, as questões de raça sempre foram pautadas pelo movimento negro, movimento de matrizes africanas, e atualmente ganham novas faces e muitas vezes para um lado negativo. Tem quem negue a existência do racismo e de como ele interfere sobre aqueles corpos que vivenciam essa violência e crime¹ constantemente. Dados comprovam o fator racial como um divisor de águas na nossa pátria. Segundo o Mapa da Violência (2021)², a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. A população negra é mais vulnerável à agressão física, do total de homens agredidos, 39% eram brancos e 61% negros. Por sua vez, entre as mulheres agredidas, 44% eram brancas e 56% negras. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresentou dados que em 2009 de todas as pessoas agredidas fisicamente, 35% eram homens negros, 24% mulheres negras, 22% homens brancos e 19% mulheres brancas. Segundo essa pesquisa, a população negra é a mais vitimada por ameaça ou agressão.

Não podemos negar que são diversos os fatores que levam à morte de pessoas negras dia após dia. Um destes fatores, é o reforço de estereótipos de cunho racista, isto é, associar tipos diversos de violência às pessoas de raça negra. Mas de quem é o papel de criar estereótipos? Esse movimento é feito pelos livros didáticos, novelas, revistas e jornais. Por informar diariamente e ter grande parcela de interferência na formação cultural, social e de opinião da população, os meios de comunicação são, também, responsáveis pela manutenção de estigmas que são constantemente retomados durante anos e anos. A maneira como pessoas negras são retratadas nas manchetes e matérias noticiosas influenciam como elas são vistas pela sociedade.

¹ O crime de racismo, previsto na Lei nº 7.716/1989, implica em conduta discriminatória dirigida a um determinado grupo ou coletividade.

² <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>

Entendendo o jornalismo como um dos meios de disseminação de conteúdos que poderão servir de base no tratamento entre os cidadãos, é possível entender que há um problema a partir do momento em que este mesmo jornalismo reforce pensamentos e atitudes que pré-julgam, julgam ou condenam qualquer gênero, raça ou etnia. A partir desses números apresentados e com o entendimento de que a raça é um fator que perpassa a vida ou a morte de pessoas negras, focamos essa temática sob o viés da mídia. Entendemos que a mídia é uma importante ferramenta de informação à população, com destaque na comunicação de massa, pois é por meio dela que adquire-se informação, conhecimento e forma-se opinião. É importante reconhecer que os meios e as plataformas de comunicação atualmente são uma das principais ferramentas de transmissão e construção de ideologias.

A imprensa tem papel fundamental no sistema de racismo, não se limita apenas na produção de reportagens e editoriais, mas sim nas rotinas da produção das notícias. O discurso produzido por esses profissionais, que na maioria são brancos, tem um viés apenas de suas perspectivas, quando não é tomado pelo silenciamento no que diz respeito a assuntos que atravessam as questões raciais.

Dentro do eixo racial, precisamos compreender que o racismo está diretamente ligado ao discurso, principalmente das elites. O discurso deve ser entendido como uma função elementar na criação e na propagação de ideologias e preconceitos que são apreendidos ao longo da vida, formando assim a base cognitiva para as práticas sociais. Podemos compreender que, tanto o discurso dos textos escritos como as estruturas estratégicas funcionam para a legitimação e o compartilhamento de representações fundamentadas em ideologias racistas e que, muitas vezes, podem desempenhar o papel de legitimação das práticas racistas.

O branco é colocado discursivamente como padrão de humanidade. Isso se torna de suma importância para a ideia da branquitude³ como centralidade e como consequência para a pesquisa sobre discurso racista. Trago esses dois pontos por entender que existem poucas produções que fazem análise de discursos pautando não apenas o indivíduo negro, mas também o branco que corrobora para a criação desses discursos, principalmente pelo fato de existirem poucos jornalistas negros nas redações e como detentores de poder nos meios midiáticos. Além desses tensionamentos, é necessário estar atendo aos dados e ao papel que foi dado ao homem negro na sociedade brasileira. Entre essas reflexões, destacamos a discussão sobre os

³ O conceito de branquitude é desenvolvido por autores como Abdias do Nascimento, Lia Schucman, Lourenço Cardoso e Cida Bento. Para esse trabalho, vamos usar o conceito de branquitude referindo-se à identidade racial branca. Sendo identificado como um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial e racismo.

estereótipos que se formam enfatizando as diferenças: se o homem branco é civilizado e trabalhador, o homem negro é primitivo e preguiçoso.

Durante os anos de 2020 e 2021, a mídia propagou diversos produtos jornalísticos sobre a pauta do racismo, provocada pelo assassinato de George Floyd, um homem negro norte-americano estrangulado por um policial branco. As ondas de protestos geradas por esse assassinato influenciaram parte da agenda dos jornais por meses, consequentemente refletindo no Brasil. Quando o caso do assassinato de João Alberto Freitas - um homem negro espancado até a morte por dois seguranças brancos (sendo um deles funcionário temporário da Brigada Militar), na porta de uma loja do supermercado Carrefour, no bairro Passo D' Areia, na zona norte de Porto Alegre, Rio Grande do Sul - veio a público, o debate antirracista voltou a ser efervescente.

Qual a relação do jornalismo e João Alberto com isso? Ao decorrer da construção deste trabalho propomos responder esses questionamentos. Tudo, visto que a mídia e os jornais são os principais meios de transmissão e construção de opinião pública e, consequentemente, de ideologias. Negros sendo seguidos em shoppings, lojas e mercados não são casos isolados. Por consequência, mortes como a de Freitas são recorrentes, sejam provocadas pelo Estado ou por instituições privadas. Vidas interrompidas, famílias desestruturadas e a manutenção dos que estão no poder daquilo que não é deles por direito.

Justificamos a escolha desse tema, principalmente, pela inquietação que a temática nos provoca. Percebemos a necessidade de analisar como um jornal hegemônico construiu a narrativa acerca da morte de um homem negro. Para além disso, queremos entender o simbolismo dessa morte no contexto de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Com base na pesquisa que apresentamos anteriormente sobre o Mapa da Violência (Ipea), é fácil identificar alguns fatores que corroboraram para a morte de João Alberto, um homem negro de 43 anos que não contariou as estatísticas de violências provocadas pelo racismo estrutural.

Queremos avisar nosso leitor que sabemos das normas de um trabalho científico, principalmente neste estágio inicial de pesquisa que é um Trabalho de Conclusão de Curso, e compreendemos que ele é uma construção conjunta de várias mentes (teóricos) que vieram antes, bem como das trocas nas orientações, mas em alguns momentos dessa monografia vamos permitir que a pesquisadora negra Andressa se revele e reflita suas experiências, tensionando-as com as questões que surgem ora com a literatura estudada, ora com os relatos históricos. Não tem como se manter alheia a questões que afetam tanto, como a justificativa que trago para este trabalho.

As questões raciais sempre me perturbaram. Pessoas como eu entendem o racismo e suas consequências desde muito cedo. Não nos ver nos filmes, propagandas, novelas, jornais nos gera uma carência que não poderia ser explicada apenas pelo que hoje chamamos de representatividade. Ser uma pessoa negra no Rio Grande do Sul é um processo doloroso, pois para além de já não nos vermos nos meios de comunicação ainda não nos vemos em grande número nas ruas. Crescemos ouvindo que no RS não existem pessoas negras, o que depois de um tempo percebemos que é uma inverdade e, mais uma vez, esses corpos estão sofrendo apagamento histórico e cultural, como mais uma tática da branquitude de manter as estruturas como estão.

Percebi o meu amor pela comunicação e meu desejo de contribuição para a quebra de paradigmas quanto às pessoas negras sulistas, durante um aquilombamento da reitoria da UFRGS no ano de 2018. Esse episódio foi quando estudantes negros e negras ocuparam a instituição para lutar pelas ações afirmativas que iria sofrer duras modificações diminuindo o acesso de pessoas negras. Durante os dois meses de diálogo com a universidade fiz parte do setor de comunicação, produzindo notas, vídeos, fotos, cards para as redes sociais e dando entrevistas. Sem perceber, o fazer jornalístico já fazia parte de mim. Dentro do jornalismo conheci comunicadores negros incríveis e durante nossas muitas conversas refleti sobre o papel da mídia dentro dos estereótipos e naturalização das nossas mortes, conseqüentemente voltei a minha infância aos programas que nos “representavam” sempre propagando o racismo e nos ferindo, desta vez não fisicamente, mas mental e psicologicamente.

Como parte constante da minha vida, as questões raciais sempre foram de interesse de pesquisa, principalmente no que tange o papel da comunicação, pois como bem sabemos os jornais que são majoritariamente compostos por pessoas brancas proporciona que alguns discursos ainda sejam racistas ou estejam longe do ideal antirracista que se almeja. Quando entendi que a mídia e os jornais eram um meio que fazia corpos negros serem apagados seja pela morte, seja pelo epistemicídio⁴, percebi que eu e minhas narrativas e construções eram de suma importância.

Mediante a esses fatores que me movem, percebemos neste trabalho a necessidade de aprofundar o entendimento de como o racismo pode ser negligenciado dentro da construção discursiva do jornalismo e de que maneira isso potencializa e naturaliza a morte de pessoas não brancas. Ao compreender essa necessidade, principalmente, por ser uma comunicadora negra

⁴ Termo criado pelo sociólogo e estudioso das epistemologias do Sul Global, Boaventura de Sousa Santos, para explicar o processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo 'saber' ocidental.

que exerce o fazer jornalístico e pode vir a auxiliar na alteração da construção dessas narrativas sobre corpos negros, nos questionamos: **Como o discurso produzido pelo jornal digital GZH representou o assassinato de João Alberto?**

Para responder essa questão temos como objetivo geral compreender o discurso sobre o assassinato de João Alberto Freitas, tendo como foco as questões raciais, veiculado no portal de notícias GZH. Como ponto de partida para conseguirmos alcançar esse objetivo, vamos a) refletir sobre raça, racismo, discriminação racial, branquitude, ideologia, discurso e análise crítica do discurso (ACD). Compreendidos esses conceitos que são considerados base desta monografia, b) analisar o discurso de duas notícias veiculadas nos dias 19 e 25 de novembro no jornal digital GZH a respeito do assassinato de João Alberto Freitas. Concluída as análises, iremos c) identificar os marcadores do racismo estrutural e do privilégio da branquitude no discurso da cobertura de GZH sobre o assassinato de João Alberto Freitas.

Deste modo, recorreremos a teóricos que nos ajudam a compreender todo o contexto histórico de discriminação, subjugação e violência contra a população negra, principalmente aqui no Brasil. Nossa discussão teórica no capítulo 2 permeia questões de identidade e branquitude, além das já mencionadas raça, racismo, discriminação racial, ideologia. Como linha teórica de identidade usamos conceitos abordados por Stuart Hall, Muniz Sodré, Tomaz Tadeu da Silva, também Nilma Gomes sobre a construção dos sujeitos e a diferença. No capítulo teórico também apresentamos os estudos da branquitude, colocados pelas perspectivas raciais de W. E. B. Du Bois, Steve Biko, Frantz Fanon, Lourenço Cardoso e Maria Aparecida Bento. No que diz respeito às discussões sobre democracia racial convocamos teóricos como Abdias Nascimento, Florestan Fernandes e Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento. Para além disso, o capítulo aborda o conceito de raça, racismo e necropolítica que foram embasados por meio das teorias de Silvio Almeida e Kabengele Munanga. O capítulo está organizado a partir da seguinte estrutura: 2.1 aborda leituras e reflexões sobre a construção de identidade; no item 2.2, apresentamos como se constituiu a identidade a partir da branquitude e o pacto narcísico. No item 2.3, analisamos o mito da democracia racial e como o plano de efetivação da miscigenação no Brasil se deu principalmente para acabar com a mancha negra no país; por fim, no subcapítulo 2.4, afinal o que é raça e racismo? Quando refletimos como o conceito de raça e racismo são impostos na sociedade brasileira e como isso pode gerar as efetivas políticas de morte mantidas pelo Estado.

No capítulo 3, damos enfoque sobre o que é ser negro no Brasil e no Rio Grande do Sul. Nos subcapítulos 3.1 e 3.2 discorreremos não apenas da história dos africanos escravizados, mas também como todo o processo de escravidão coloca esses corpos nas mazelas da sociedade.

Além de um resgate histórico, fizemos o movimento de trabalhar com dados de violência, saúde, emprego, ensino superior para mostrar como o racismo mantém feridas não cicatrizadas nas populações negras. Para esse debate, buscamos fundamentação em autores como Abdias Nascimento, Florestan Fernandes, Lilia Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes, Grada Kilomba. Os mesmos propõem debates sobre a situação do negro desde a escravidão até os dias de hoje. Na perspectiva do negro no Rio Grande do Sul, recorro aos teóricos, Helen Osório (s/d), Mário Maestr e Thiago Leitão de Araujo, que trazem dados sobre números de escravizados, quilombos e evidenciam a presença negra no estado.

Para questões ligadas ao jornalismo, no capítulo 4 trazemos estudos como os de Nelson Traquina, Dominique Wolton e Mauro Wolf sobre a construção da mídia e especificamente do jornalismo que são as bases das nossas reflexões sobre o fazer jornalístico. Recorremos também aos trabalhos de Danielle Vaz e Caroline da Rosa Santos que focam o tensionamento entre jornalismo e racismo. Ainda apresentamos dados sobre negros e brancos dentro das redações brasileiras.

No capítulo 5 desta monografia, apresentamos a metodologia desenvolvida no decorrer do projeto. A perspectiva metodológica escolhida para a análise das notícias veiculadas sobre a morte de João Alberto foi a Análise Crítica do Discurso (ACD). Partimos, num primeiro momento, para compreender o que é o discurso e este sob olhar racializado; buscamos analisar o fenômeno que ocorreu no pós-morte de João Alberto Freitas, e a construção do discurso como manutenção do pacto com o não dito ou, melhor, o pacto com racismo como uma forma de silenciamento e negação. Para chegar à Análise Crítica do Discurso, antes porém outras técnicas metodológicas foram empregadas, como a pesquisa bibliográfica, pesquisa/análise documental e a seleção e escolha das reportagens do jornal Zero Hora. No item 5.1 abordamos a Análise do Discurso mobilizando as linhas teóricas de Teun Van Dijk, Michel Foucault, Priscila Egidio, Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento, Rosália Diogo, Silvia Ramos, Muniz Sodré. Já no item 5.2 colocamos o discurso na perspectiva racial e como ele é uma das principais fomentações de narrativas racistas e excludentes.

No capítulo 6, focamos na história de João Alberto Freitas por entender que esse homem possui uma identidade para além de ser apenas a pessoa assassinada no Carrefour. Na sequência, realizamos as análises das reportagens, momento que identificamos como segunda morte de Freitas. Nesse capítulo ainda retomamos algumas questões da metodologia na prática: reportagens escolhidas e motivos. Na discussão dos resultados da pesquisa reunimos os principais achados e retomamos autores mobilizados nos primeiros capítulos.

Para finalizar, dedicamos o capítulo 7 às considerações, onde destacamos as principais reflexões que a pesquisa suscita, principalmente sobre a face do racismo dentro do jornalismo, aqui especificamente, por meio das reportagens analisadas. Em uma constante dualidade, entendemos o compromisso do jornalismo com a verdade, mas ao mesmo tempo compreendemos que essa verdade não é absoluta ou melhor, essa verdade muitas vezes revela uma visão branca e ocidental da sociedade.

2. RACISMO E DEMOCRACIA RACIAL

Mas mano, sem identidade somos objeto da história

Que endeusa herói e forja, esconde os retos na história
Apropriação há eras, desses tá na repleto na História
(EMICIDA FT. DRIK BARBOSA, AMIRI, RICO
DALASAM, MUZZIKE, RAPHÃO ALAAFIN,
Mandume, 2015)

Neste capítulo serão abordadas as questões de identidade e branquitude. Para as questões de identidade, nos fundamentamos nas linhas teóricas de Hall (1995, 2006) e Sodré (2015), que são importantes referências para os estudos de Comunicação, tendo como destaque os Estudos Culturais e o conceito de Identidade. Para a discussão de branquitude, trabalhamos a partir da perspectiva de autoras negras e autores negros, como W. E. B. Du Bois (1920), Frantz Fanon (2008), Lourenço Cardoso (2014) e Maria Aparecida Bento (2002). Esses autores negros rompem o padrão epistemológico, colocando a raça branca como objeto de estudos, conceituando-a e desmistificando o uso do não branco como objeto de análise. O tema é discutido, também, a partir da crítica a respeito da ideia de democracia racial, baseadas nos conceitos defendidos por Abdias Nascimento (2017), Florestan Fernandes (1960), Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento (2002). É necessário compreender que esse conceito interfere diretamente, no processo de miscigenação, idealizado para uma formação de identidade brasileira unificada. Para além disso, esse capítulo aborda o conceito de raça e racismo que foram embasados por meio das teorias de Silvio Almeida (2019) e Kabengele Munanga (2014).

2.1 Identidade

Éramos milhões, até que vieram vilões
O ataque nosso não bastou
Fui de bastão, eles tinham a pólvora
Vi meu povo se apavorar
E às vezes eu sinto que nada que eu tente fazer vai mudar
(DJONGA, Corra, 2018)

Caracterizar a identidade é um processo difícil, principalmente pelo fato de não ser algo fixo, estável, coerente e permanente. Mesmo não sendo estática, existe um movimento que faz parte da pós-modernidade, que coloca o sujeito como um ser com várias identidades mesmo que seja de maneira temporária. Pensando a partir dessa perspectiva, nos questionamos sobre a necessidade de discutirmos sobre identidade, quem precisa dela e acima de tudo qual o papel da identidade no discurso?

Sodré (2015) afirma que identidade designa um “completo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção de sua história individual

com a do grupo onde vive”. A identidade de alguém só é possível em função de um outro, ou seja, só se reconhece a um “si mesmo” reconhecendo um “outro”. Já para Hall (1995), “as identidades são, pois, ponto de apego temporário às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”.

Os estudos sobre identidade remetem a algumas concepções produzidas sobre a temática, a partir das quais construíram-se categorias para a reflexão em torno da identidade cultural. Para Hall (2006), existem três concepções diferentes: a do sujeito iluminista; a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. A concepção de identidade do sujeito iluminista se baseia em um indivíduo totalmente centrado, unificado e dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação individuais. A segunda concepção é a do sujeito sociológico, para qual o indivíduo entende que o núcleo interior do sujeito moderno não é autônomo e autossuficiente, mas formado a partir da relação entre pessoas na sociedade. E, por fim, a concepção do sujeito pós-moderno apresenta um indivíduo sem identidade fixa ou permanente, muito menos uma identidade que parte de uma essência. Como explica Hall (2006):

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p.13).

A identidade refere-se à estabilidade no convívio social, em que as representações são reconhecidas através da ordem simbólica. Para além disso, a identidade depende da diferença. Essa demarcação de diferença ocorre tanto por meios simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. Então, existe uma disputa de poder constante, mas também uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos. Entender essa disputa nos faz perpassar pela posição das diferenças que revelam nada mais do que o desejo de diferentes grupos sociais em garantir o acesso privilegiado a bens sociais. A partir do momento em que entendemos isso é possível saber que a identidade e a diferença nunca são inocentes, principalmente pela relação de poder que se estabelece entre elas.

Já sabemos que a identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. O processo de adiantamento e diferenciação linguístico por meio do que elas são produzidas está longe, entretanto, de ser simétrico. A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que a definição- discursiva e linguística- está sujeita a vetores de força, relação e poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, elas são disputas. (SILVA, 2019, p.81)

Nesse sentido, colocar a identidade e diferença dentro dos processos discursivos é importante, principalmente para entender que esse conceito também está ligado aos sistemas de representação que conseqüentemente têm conexões com as relações de poder. A identidade e a diferença são dependentes da representação. É por meio da representação, que a identidade e a diferença adquirem sentido, podendo assim dizer que é por meio da representação que ambas passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: “essa é a identidade”, “a identidade é isso”. Segundo Silva (2019),

é também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade [...] Não é difícil perceber as implicações pedagógicas e curriculares dessas conexões entre identidade e representação. A pedagogia e o currículo deveriam ser capazes de oferecer oportunidades para que as crianças e os/as jovens desenvolvessem capacidades de crítica e questionamento dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença (SILVA, 2019, p. 92).

Mas um corpo negro teria identidade? O processo de negação das nossas pluralidades enquanto seres humanos, não nos coloca em seres sem identidade, mas sim em uma construção identitária coletiva. Segundo Nilma Gomes (2017, p. 94), isso não significa descartar o negro “enquanto identidade pessoal, subjetividade, desejo e individualidade. Há aqui o entendimento de que assim como ‘somos um corpo no mundo’, somos sujeitos históricos e corpóreos no mundo. A identidade se constitui de forma coletiva, por mais que se anuncie individual.”

As estruturas dominantes seguem ditando a ordem e a relevância dos sujeitos. Então podemos colocar a identidade do sujeito negro sendo marcada pela coletividade e também pelo corpo. Para compreender o corpo sendo colocado como um marcador, Sodré (2015, p. 48) explica que “a identidade ajuda a politizar os conflitos, criando possibilidades de representação das subjetividades junto ao espaço regido pelo espaço”.

Corpos negros ocupando espaços seria a reafirmação da identidade e acima de tudo retomando nossa identidade pautada na coletividade, pautada pela reconstrução da imagem para nossos semelhantes. Ainda nessa linha, a identidade do negro é posta dentro do sistema de representação e práticas sociais, assim os discursos acabam por utilizar um conjunto limitado, onde essa identidade é pouco específica e apenas características físicas são destacadas, como cor da pele, textura do cabelo, narinas, lábios. Fica assim delimitado o discurso no papel da construção da identidade, principalmente no que diz respeito à mídia. A cultura da mídia também fornece o material para que muitas pessoas construam o senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles”.

A partir dessa reflexão teórica, podemos dizer que a identidade não é apenas dada pelas representações, mas também de como negros e não negros são vistos perante o outro. A

coletividade que perpassa os corpos negros faz com que esses indivíduos sejam pautados não apenas como eles, mas sim como um todo.

2.2 Branquitude e o pacto narcísico

A felicidade do branco é plena
A felicidade do preto é quase
(EMICIDA, Ismália, 2019)

Quem discute sobre branquitude, se não o negro? Entre diversos estudos sobre o assunto cabe questionar porque boa parte é produzida por pessoas não brancas. Os estudos críticos sobre a branquitude (critical whiteness studies), começaram nos Estados Unidos pelo professor, historiador, sociólogo e economista W. E. B Du Bois (1935) com o livro intitulado *Black Reconstruction in the United States*, onde a classe trabalhadora branca norte-americana foi analisada em comparação ao trabalhador negro.

O sentimento de raça e os benefícios conferidos pela branquitude levaram os trabalhadores sulistas brancos a esquecer seus interesses praticamente idênticos aos dos negros pobres e a aceitar vidas apequenadas para si mesmos e para os mais oprimidos do que eles. (ROEDIGER, 2004, apud SCHUCMAN, 2012, p.38)

Dessa maneira foi se estruturando a supremacia branca, onde a classe trabalhadora branca dos Estados Unidos foi a ditadora e chave para tal estruturação. Para além desse aspecto, existe uma troca ou intercâmbio entre os colonizadores e ex-colonizados que é evidente. Segundo W. E. B Du Bois (2003), em todo processo histórico a branquitude começa a ser construída, através da ideologia do poder, onde o branco é caracterizado como a norma padrão. Outra autora que discute questões da branquitude é Peggy McIntosh (1989), mulher dotada da sua brancura, que pontua o privilégio, tanto em aspecto sócio-histórico e/ou simbólico, que os brancos têm perante aos não brancos na sociedade. Ela aborda alguns exemplos sobre as diferentes formas que os privilégios simbólicos se expressam, como:

- Posso estar segura de que meus filhos vão receber matérias curriculares que testemunham a existência da sua raça;
- Se eu usar cheques, cartões de crédito ou dinheiro, posso contar com a cor da minha pele para não operar contra a aparência e confiança financeiras;
- Não preciso educar os meus filhos para estarem cientes do racismo sistêmico para a sua própria proteção física diária;
- Nunca me pedem para falar por todas as pessoas do meu grupo racial. Eu tenho bastante certeza de que, se pedir para falar com a “pessoa responsável”, eu vou encontrar uma pessoa da minha rua;
- Posso voltar para casa da maioria das reuniões das organizações às quais pertenço e sentir-me mais ou menos conectada, em vez de isolada, fora de lugar, ser demais, não ouvida, mantida à distância, ou ser temida;

- Posso me preocupar com racismo sem ser vista como autointeressada ou interesseira. Posso escolher lugares públicos sem ter medo de que pessoas de minha raça não possam entrar ou vão ser mal-tratadas nos lugares que escolhi;
- Posso ter certeza de que, se precisar de assistência jurídica ou médica, minha raça não irá agir contra mim (MCINTOSH, 1989 apud CARDOSO, 2008, p. 182).

O processo de estudos referente ao branco e branquitude traz a possibilidade de pensarmos esses aspectos como parte das relações raciais, onde as desigualdades de oportunidades e direitos da população negra estão nitidamente ligadas à vantagem e identidade racial do branco. Para Santos (2019, p. 22), “o racismo é uma invenção do branco, um problema criado por eles”. A autora complementa que o privilégio relaciona-se com

A desigualdade racial e a exclusão social ainda não são suficientes para que os façam enxergar a dimensão do privilégio e muito menos refletir a posição hierárquica que ocupam na sociedade. A negação daquilo que não os atinge faz parte de um dos atributos do privilégio.(SANTOS, 2019, p. 22).

Outro precursor em analisar a identidade racial branca, foi o ativista Steve Biko (1990), considerado o pai do movimento político de libertação na África do Sul que lutava contra o regime de apartheid. O regime de segregação racial implementado na África do Sul em 1948 pelo pastor protestante Daniel François Malan, que na época era primeiro ministro. O sistema impôs ódio do negro contra ele mesmo, fazendo com que esses indivíduos acreditassem que eram inferiores aos brancos e também, que as condições de separação eram porque sua existência não possuía valor e deveriam exercer o papel de subserviência. Nesse sentido, Biko (1990, p. 42) ressalta que “não é de estranhar que a criança africana aprenda na escola a odiar tudo que herdou. A imagem que lhe apresentam é tão negativa que seu único consolo consiste em identificar-se ao máximo com a sociedade branca”.

O filósofo e psiquiatra Frantz Fanon (2008) também aborda a perspectiva do desejo do negro viver no mundo dos brancos. O pesquisador influenciou diversos pensadores que trouxeram para discussão a diáspora africana e a opressão dos povos colonizados. Fanon (2008) rompe com as ideias do ocidente ao analisar aqueles (leia-se todo indivíduo não branco) que nunca foram reconhecidos como humanos e como seres. Nesse movimento, o autor lançou a obra “Pele negra, máscaras brancas” (1952), na qual discute diversos assuntos ligados à questão da raça e à relação entre o colonizado e o colonizador. Segundo Fanon (2008), toda a opressão colonial e o racismo coloca a perspectiva do oprimido frente a si mesmo de maneira negativa, ao ponto de se odiar e rejeitar tudo aquilo que o identifica e o marca enquanto negro. Resultando assim em um “pacto” com a ideologia do branqueamento.

Muitos negros acreditam nesse fracasso de legitimidade e declaram uma guerra maciça contra negritude. Esse racismo dos negros contra o negro é um exemplo da forma de narcisismo do qual os negros buscam a ilusão do espelho que oferecem um reflexo branco. (FANON, 2008, p. 15).

Na busca pela humanidade que é negada ao não branco, alguns negros acreditam que seja necessário o aval do caucasiano para tudo aquilo que se deseja construir e reverberar, podemos dizer dessa forma que é a síndrome do colonizado. Todo esse processo deve ser compreendido em uma linha tênue, no qual o negro tem a preocupação constante de atrair a atenção do branco, provando que ele pode fazer parte de tudo que aquele indivíduo possui. Assim, vivemos num ciclo vicioso de aceitação, onde a construção social nos leva ao mundo branco. De acordo com Fanon (2008),

Só existe uma porta de saída, que dá no mundo branco. Onde a preocupação permanente em atrair a atenção do branco, esse desejo de ser poderoso como o branco, essa vontade determinada de adquirir as propriedades de revestimento, isto é, a parte do ser e do ter que entra na constituição de um ego. Como dizíamos há pouco, é pelo seu interior que o negro vai tentar alcançar o santuário branco. A atitude revela a intenção (FANON, 2008, p. 60).

No Brasil, o termo branquitude no sentido de identidade branca foi sugerido por Gilberto Freyre em 1962. O autor adota o termo numa analogia à palavra negritude. Ao criticar tanto a utilização da ideia de negritude quanto de branquitude. Porém, foi o sociólogo Guerreiro Ramos (1995) no livro “A Patologia do ‘Branco’ Brasileiro”, que se destacou ao propor os estudos sobre a identidade branca no Brasil. O autor trouxe o termo “brancura” no sentido de cor da pele clara e outros traços como cor de lábios e nariz, cabelos, aspectos, sobretudo, físicos que leva uma pessoa ser classificada socialmente como branca.

Entender o branco quanto sujeito que coloca o negro na posição de inferior é apresentado por Lourenço Cardoso (2014). O autor apresenta uma descrição detalhada sobre o branco e como ele mesmo se enxerga. Para Cardoso (2014) existe um aspecto pontual na branquitude, o qual chama de branco dissimulado. Essa característica possui duas dimensões:

A identidade branca impõe-se na História e na cultura de forma dissimulada. O branco é onipresente, ao mesmo tempo em que se esconde. O branco se expressa como Drácula ou como Narciso. “Ele não se enxerga” e/ou “come a si mesmo”. (CARDOSO, 2014, p. 152).

O branco não tem questionada sua cor em situações públicas ou privadas, enfatizando assim a falta de "sentido" em se identificar racialmente, fazendo que, conseqüentemente, se coloque dois elementos, apresentados anteriormente por Cardoso (2014). O pacto narciso, discutido ainda nesse capítulo a partir de Maria Aparecida Bento (2002), estabelecido para branquitude é, mais precisamente, a ausência de identidade racial de brancos e faz com que possa ser compreendido também como uma possibilidade de relativizar o poder branco.

A presença do grupo branco enquanto representante da humanidade e da cidadania na nossa sociedade pode ser explicada, em grande parte, pela representação saturada e hegemônica

desse grupo nos aparelhos ideológicos do Estado⁵. A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo. Ao observar o grupo branco pode-se ter a impressão de que a branquitude é homogênea, porém, com os estudos podemos perceber o quanto os brancos são diversos. O principal aspecto em comum, apontado pelos teóricos da branquitude, diz respeito ao privilégio que o grupo branco obtém em uma sociedade racista, tanto no contexto local quanto no global.

Na perspectiva do branco brasileiro, muitos aspectos são negados e conseqüentemente se refletem em diversas relações. Segundo Cardoso (2014, p. 265), “branco brasileiro possui uma característica de não-branquitude fruto da herança colonial”. A branquitude brasileira é perversa principalmente por funcionar com a negação constante da sua própria identidade, principalmente pela forma em que as relações raciais foram construídas no Brasil. Para Lia Vainer Schucman (2020), uma das maiores estudiosas brancas da branquitude no Brasil, o país tem a branquitude como uma dissolução étnica. Em artigo no portal UOL, a autora destaca que a branquitude brasileira age com a supremacia branca diferente de outros países que é defendida com a ideia de “eu trabalhar, eu tenho isso porque eu mereci”, esse discurso também conhecido como a meritocracia. “O que eu chamo de supremacia branca à brasileira funciona assim. Nos EUA, os brancos falam: nós somos superiores. Na África do Sul, também. A forma de os brancos no Brasil falarem que são superiores é: temos oportunidades iguais” (SCHUCMAN, 2020, *online*).

Então qual deve ser a atitude do branco frente a sua brancura, se não aprender a conviver? Não tem que negá-la ou tentar ser preto, mas assumi-la, fazer uma autocrítica e buscar mudanças. Desaprender ideologias, histórias que os ensinaram a colocar o outro em lugar estético e social onde os valores morais não estão sendo vigiados. Talvez possamos compreender melhor a branquitude e o processo de branqueamento, pois requer entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, grande guardião dos privilégios.

Assim, observar como a branquitude enquanto lugar de poder, se articula nas instituições - que são por excelência conservadoras, reprodutoras e resistentes às mudanças constituem um contexto propício à manutenção do quadro das desigualdades. (BENTO, 2002, p.166).

⁵ Termo adotado por Louis Althusser (1970), para designar instituições separadas e especializadas, como as instituições religiosas, familiares, escolares, políticas, legais, sindicais, culturais, midiáticas ... O aparelho do Estado inclui dois corpos: o corpo das instituições que representam o aparelho repressivo do Estado, por um lado, e o corpo das instituições que representam o corpo dos aparatos ideológicos do Estado, por outro lado. Neste caso, estamos nos referindo ao aparelho ideológico de Estado que opera "ideologicamente" sobre os indivíduos.

O silêncio e o medo marcam de maneira convicta como o Brasil vem lidando com as desigualdades sociais. O silêncio pode ser entendido como o pacto narciso da branquitude, sistematicamente o que ele “cala”. Desta forma, a ideologia está em pleno funcionamento no que obrigatoriamente se silencia. Assim, de acordo com os teóricos (FANON, 2008; CARDOSO, 2014; SANTOS, 2019) a branquitude é o território do silêncio, da negação, da interdição, da neutralidade, do medo, do privilégio, o que nos leva a entender que trata da dimensão ideológica, no sentido mais pleno da ideologia.

2.3 Somos todos iguais? O mito da democracia racial

E eu nunca me senti porra nenhuma, normal
Ferida fruto de um relacionamento bi-racial
(Coruja BC1, Lágrimas de Odé, 2019)

Entre o discurso de que somos todos iguais, a ideia de que no Brasil não existe racismo foi a base da construção do país. O racismo à brasileira, no pós-abolição, foi exacerbado na prática social, a partir desse momento que as bases teóricas do mito da democracia racial se consolidaram no imaginário social. Em todo o processo do mito da democracia racial, cria-se a ideia de que brancos e negros vivem em harmonia, desfrutando dos mesmos direitos e oportunidades, negando a desigualdade socioeconômica existente, acreditando que ambos estão na mesma linha de disputa e que todo o período de escravização e atraso social do negro foi reparado.

As raízes históricas do mito da democracia racial remontam ao século XIX, impulsionadas: a) pela literatura produzida pelos viajantes que visitaram o país; b) pela produção da elite intelectual e política; c) pela direção do movimento abolicionista institucionalizado; d) pelo processo de mestiçagem.

Segundo Abdias Nascimento (2016), a ideologia da democracia racial foi efetiva, pois discutir sobre ela é ainda um tabu social, e o Brasil comprou esse discurso. A não existência de raça pura devido à miscigenação, o embranquecimento populacional, que foi proposital, foi uma teoria defendida por cientistas sociais da época, como Gilberto Freyre, que exaltava em suas obras o termo *morenidade*, um processo que consiste em embranquecer a pele e a cultura do negro.

Ainda outra lenda justificadora da tese da “democracia racial” no Brasil: ela se localiza na manifestação da sobrevivência cultural africana. Este fundamental argumento se reveste de grave perigo, pois seu apelo tem sido sedutor e capaz de captar amplo e entusiástico suporte. Postula o mito que a sobrevivência de traços da cultura africana na sociedade brasileira teria sido o resultado de relações relaxadas e

amigáveis entre senhores e escravos. Canções, danças, comidas, religiões, linguagem, de origem africana, presentes como elementos integral da cultura brasileira, seriam outros então os comprovantes da ausência de preconceito e discriminação racial dos brasileiros ‘brancos’. (NASCIMENTO, 2016, p. 66).

Na obra *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (1933), que é aclamada por diversos antropólogos nacionais e internacionais, se apresenta a ideia do distanciamento do racismo. Vale ressaltar que o mito da democracia racial não nasceu com a publicação da obra de Freyre, mas ganhou através dessa obra, sistematização e status científico. Um dos principais autores que analisou a obra de Gilberto Freyre foi o sociólogo Florestan Fernandes. Ao mascarar um padrão opressivo das relações raciais no Brasil, Freyre expressaria um país tradicional avesso a admitir o preconceito e a discriminação. Segundo Fernandes (1960),

Não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a ‘raças’ distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências do bom-tom, de um discutível ‘espírito cristão’ e da necessidade prática de ‘manter cada um no seu lugar’. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática. (FERNANDES, 1960, p. XIV).

Então seriam as estruturas da sociedade brasileira construídas mediante a desigualdade entre negros e brancos? Essas mazelas entre esses corpos podem ser compreendidas na maneira como as bases da herança escravocrata do país se mantém, mesmo após a promulgação da lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil em 1888. A lei contém apenas dois artigos sucintos. São eles:

“Art. 1º É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário” (Fonte: Camara.leg.br. 2005).

Não passava, a liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassinio coletivo. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência. Em 1888, se repetiria o mesmo ato “Libertador” que a história do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Aurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos “africanos livres”. (NASCIMENTO, 2016, p. 79).

No período após a abolição da escravatura, os negros experimentaram um doloroso processo de segregação. Com um processo de inserção demorado e que perdura até os dias de hoje, visto a falta de suporte do Estado, a maioria passou a viver em habitações de péssima qualidade e a sobreviver de trabalhos informais e temporários, muitas vezes em troca de moradia e comida.

Não houve por parte dos liberais, nenhuma preocupação concreta definida por medidas relativas aos escravos libertos, com o destino da população negra. Os seus argumentos visavam ou tinham como destinatárias as elites brancas, de modo a

convencê-las de que a imigração aumentaria o coeficiente de “massa ariana” no país: o cruzamento e o recruzamento acabariam por branquear o Brasil num futuro próximo ou remoto. (CARONE; BENTO. 2002, p. 16).

A herança deixada pelos tempos de escravidão e, principalmente, pela falta de políticas públicas que auxiliassem e pudessem reverter a situação do negro depois da abolição resultou na marginalização e discriminação desses corpos, que têm deixado suas marcas em nossa sociedade até os tempos atuais.

O medo da elite era de que o Brasil se tornasse um Estado majoritariamente negro, e é preciso admitir que esse medo ainda se faz presente. Para resolver o que era considerado um problema, os empregadores da época insistiram na contratação de imigrantes, excluindo assim os homens negros então libertos. Podemos pensar que o ditador do preconceito contra os indivíduos que não eram brancos naquela época, era um esforço para o branqueamento da população brasileira, na tentativa de conferir aos brasileiros uma aparência de “superioridade” europeia.

Esse medo assola o Brasil no período próximo à Abolição da Escravatura. Uma enorme massa de negros libertos invade as ruas do país, e tanto eles como a elite sabiam que a condição miserável dessa massa de negros era fruto da apropriação indébita (para sermos elegantes), da violência física e simbólica durante quase quatro séculos, por parte dessa elite. (CARONE; BENTO. 2002, p.10).

Conforme Carone e Bento (2002), os esforços para a promoção do “branqueamento” da população brasileira se baseiam nas crenças de que a “raça” branca seria superior às outras, principalmente, das teorias científicas e médicas europeias. De acordo com as autoras, essa era a solução apresentada pelos liberais abolicionistas para a complexa situação que se apresentava à frente: como a população negra do Brasil se adaptaria à nova realidade do período pós-escravatura?

No Brasil, o branqueamento é frequentemente (sic) considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais. (CARONE; BENTO, 2002, p.1).

Processos como o de miscigenação promovido como forma de higienização e extermínio gradual dos negros, foram falhos na tentativa de branqueamento das populações africanas em diáspora. A mestiçagem foi uma das formas de garantir que, dentro de um período de tempo, não existiriam mais negros retintos no país. Segundo a hierarquização racial, os negros eram considerados um grupo racial ligado ao conceito de selvageria, sem propensão nenhuma para organização ou prosperidade própria.

Para a solução deste grande problema - a ameaça da “mancha negra” - já vimos que um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o

pardo-vasco, o homem-de-cor, o fusco, e assim por diante. (NASCIMENTO, 2016, p.82).

Alguns daqueles que estavam no meio do caminho entre a casa grande e a senzala, denominado pelos brancos como mulato⁶ (termo extremamente racista), prestaram serviços aos brancos, sendo reconhecido como Capitão do Mato, feitor, e usado principalmente naquelas tarefas em que havia a confiança dos senhores. Em sua estruturação principal ele é um símbolo da nossa suposta democracia racial. Segundo Nascimento (2016, p. 83), “estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degrau da escada da branquificação sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil”.

Entre a negação da desigualdade entre o negro e o branco, e a falsa ideia de que os brasileiros são todos iguais, o silêncio prevalece na manutenção dos modelos da situação de opressão, e a relação racial permanece como no período de escravização. O silenciamento não causa rupturas sistêmicas, ele reafirma que a branquitude se mascara em uma falsa liberdade cedida aos negros. A chamada democracia racial serve como base para manter a paz, que segue sendo branca, e gerando o medo desde a época da abolição das elites, de uma revolta moderna que endossa o discurso dessa falsa harmonia racial.

2.4 Afinal o que é raça e racismo?

Então olha bem pra minha cara e vê se tu enxerga
Carrego a pele de quem tem que se importar com cor
Já que nossas crianças cresce' sempre em alerta
Porque sabe' que elas são o alvo do atirador.
(CRISTAL, No Role Modelz, 2020).

A discussão sobre raça e racismo no Brasil está sendo abordada de maneira disseminada, por atores diversos, que incluem: a sociedade civil organizada, acadêmicos, gestores públicos etc. Com isso, a forma como tem se apresentado no debate público se torna polarizada, conforme o campo de forças onde ocorre.

O termo raça vem do latim, *ratio* que significa sorte, categoria, espécie. Etimologicamente, o conceito de *razza* venho do italiano, foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Foi o naturalista sueco, Carl Von

⁶ A origem etimológica é a do latim *mulus*, que se refere a um “animal híbrido, estéril, produto do cruzamento do cavalo com a jumenta, ou da égua com o jumento”. Os brancos passaram a usar o termo “mulato” para designar um mulo jovem e, por essa analogia com o caráter mestiço do animal, passaram a chamar filhos e filhas de brancos com pessoas negras.

Linné, conhecido em português como Lineu (1707-1778), quem trouxe o conceito de raça ligada ao ato de estabelecer classificações, entre seres humanos.

Conforme o autor Kabengele Munanga cita em alguns textos, que o conceito de raça foi perpassando durante séculos e ganhando novas interpretações, como no latim medieval, quando passou a designar a descendência, a linhagem. Já em 1684, o francês François Bernier utiliza o termo no sentido mais moderno da palavra, que é o mais usado atualmente para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças.

Durante o século XVIII, período do iluminismo, o conhecimento estava monopolizado nas mãos da Igreja e das realezas. Para eles, o debate sobre raça deveria ser questionado, principalmente, para saber quem eram esses outros, recém descobertos (os denominados índios e negros). Nesse momento ocorre um rompimento do conceito de raça já existente nas ciências naturais para nomear esses outros que se integram à antiga humanidade como raças diferentes. Segundo Almeida (2019), raça não é um termo que está estático e o seu sentido sempre tem ligações históricas.

Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. (ALMEIDA, 2019, p. 24).

Então qual seria o real sentido de seguirmos classificando a diversidade humana em raças diferentes? Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido e seguem sendo usados por muitos. Ainda no século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e o divisor entre as chamadas raças. Assim a espécie humana ficou dividida em três raças principais que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela. Já no século XIX, acrescentou-se ao critério da cor outros critérios morfológicos como a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o ângulo facial, etc. para aperfeiçoar a classificação. Desse modo, pode-se concluir que, por sua conformação histórica, a raça opera a partir de dois registros básicos que se entrecruzam e complementam:

1. como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo; como característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, “a uma certa forma de existir”. A configuração de processos discriminatórios a partir do registro étnico-cultural Frantz Fanon denomina racismo cultural. (ALMEIDA, 2019, p. 30).

Com o progresso da ciência e mais especificamente ao da Genética Humana, os estudiosos desse campo chegaram à conclusão que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito ultrapassado. Ou seja, as raças não existem. Para Munanga (2014), o

maior problema dessa classificação foi a maneira utilizada pelos naturalistas. Principalmente, por colocar superioridade entre os indivíduos, no qual a raça “branca” foi decretada coletivamente superior às raças “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio, a forma dos lábios, do nariz, do queixo etc.

O maior problema não está nem na classificação como tal, nem na inoperacionalidade científica do conceito de raça. Se os naturalistas dos séculos XVIII-XIX tivessem limitado seus trabalhos somente à classificação dos grupos humanos em função das características físicas, eles não teriam certamente causado nenhum problema à humanidade. Suas classificações teriam sido mantidas ou rejeitadas como sempre aconteceu na história do conhecimento científico. Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. (MUNANGA, 2014, p. 5).

Essa hierarquia consequentemente gerou uma dominação da raça branca sobre as demais raças, como a negra - mais escura de todas, e a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de domínio. Mesmo com as comprovações de que raças não existem essa classificação se mantém, deixando de ser uma comprovação científica, mas sim um elemento ideológico, impondo o discurso de raças diferentes para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial.

Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletiva de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares. (MUNANGA, 2014, p. 6).

Mas por que seria o conceito de raça, um termo que tem grande relação ideológica? Pelo simples motivo de, como todas as ideologias, que esconde coisas não ditas: a relação de poder e de dominação. Os conteúdos que eram produzidos pela doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais. Segundo Munanga (2014), o significado do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam.

O discurso de inferioridade racial dos povos colonizados perdura até hoje. Para aqueles que acreditavam na inferioridade para escravização, aqueles que passaram pelo processo de colonização estariam fadados ao subdesenvolvimento e à desorganização. A raça ainda é um fator político importante que dita quem pode ou não ter direitos garantidos. Esse conceito ainda é utilizado para naturalização de desigualdades e genocídio. Segundo Almeida (2019, p.31), é “utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”.

A definição de raça passa a ser ditadora de legitimação de ações podem ter como fundamento a forma sistemática de discriminação, podendo se manifestar através de práticas conscientes e inconscientes que geram vantagens e desvantagens para indivíduos, dependendo do grupo racial que fazem parte. Nesse aspecto é necessário que se compreenda a divisão de conceitos que andam juntos quando o assunto é racismo, pois se difere do preconceito racial e da discriminação racial. De acordo com Almeida (2019)

O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias [...] A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. (ALMEIDA, 2019, p. 33).

A discriminação racial pode ser dividida em dois blocos, a direta e a indireta. A discriminação direta é o repúdio a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial. Já a discriminação indireta é marcada pela ausência de intencionalidade de discriminar pessoas. Para Almeida (2019), as consequências dessas práticas sejam elas diretas ou indiretas, colocam aqueles que sofrem em um fenômeno intitulado por ele como intergeracional. É isso que dita alguns percursos da vida dos membros de um grupo social. Por outro lado, o autor aborda a existência da discriminação positiva, que é a atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados, com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa, que provoca prejuízos e desvantagens.

Como já destacamos anteriormente, o racismo é definido por seu caráter sistêmico, não apenas um ato discriminatório ou um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio se distribuem entre grupos raciais, isso é reproduzido nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. Segundo Almeida (2019), o termo que foi criado por volta de 1920, já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Já recebeu várias definições que nem sempre têm um denominador comum.

O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas – bairros, guetos, bantustões, periferias etc. – e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos – como escolas e hospitais – como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais, como são exemplos os regimes segregacionistas dos Estados Unidos, o apartheid sul-africano e, para autoras como Michelle Alexander e Angela Davis o atual sistema carcerário estadunidense. (ALMEIDA, 2019, p. 34).

Para compreender a estruturação do racismo partimos da classificação de Almeida (2019) quanto às concepções de racismo, que podem ser três: individualista, institucional e estrutural. A concepção individualista é um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo. Nessa concepção, pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de “preconceito”. Para Almeida (2019, p. 36), “sob este ângulo, não haveria sociedades ou

instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo”. Já a concepção de racismo institucional diz respeito ao poder como elemento central - o que pode ser considerado um avanço visto que nossas relações em âmbito geral falam muito sobre poder. Neste caso, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições. Isso pode fazer com que nosso entendimento sobre racismo seja abrangente, onde colocamos as desigualdades raciais como uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas. Segundo Almeida (2019), o racismo seria então dominação. O poder está nos grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Esse domínio é mantido e tem sua manutenção pelas instituições.

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos. (ALMEIDA, 2019, p. 40).

Já a concepção de racismo estrutural está na raiz da estrutura social e na manutenção por um processo histórico em que condições de desvantagens e privilégios a determinados grupos étnico-raciais são reproduzidos nos âmbitos políticos, econômicos, culturais e até mesmo nas relações cotidianas. É a partir desse conceito de racismo estrutural que podemos afirmar que o racismo se dá por um processo político e histórico. Para Almeida (2018, p. 36), “as instituições são materializações de estruturas sociais, as instituições são racistas porque a sociedade é racista”. Segundo o autor, os comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. Então, entendemos que o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais.

Reconhecemos o racismo como ideologia que molda o inconsciente. Pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais. Nesse sentido, podemos dizer que é o racismo que cria a raça e os sujeitos racializados. A construção de todo um complexo imaginário social em relação ao racismo, que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional, fica cada vez mais evidente conforme nos debruçamos sobre esses conceitos.

A discussão conceitual nos auxilia a compreender produções culturais, mais precisamente as novelas brasileiras, onde mulheres negras são retratadas com vocação natural para o trabalho doméstico, a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos. Para além das produções culturais ou meios de comunicação, os ambientes de ensino reforçam essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se apenas a comemorar sua própria libertação graças à bondade de brancos benevolentes.

Por outro lado, podemos perceber que a realidade confirma essas representações imaginárias da situação dos negros. De fato, a maioria das domésticas são negras, a maior parte das pessoas encarceradas são negras e as posições de liderança nas empresas e no governo geralmente estão nas mãos de homens brancos. Então, não estariam os programas de televisão, as capas de revistas e os currículos escolares somente retratando o que de fato é a realidade? Na verdade, o que nos é apresentado não é a realidade, mas uma representação do imaginário social acerca de pessoas negras. A ideologia, portanto, não é uma representação da realidade material, das relações concretas, mas a representação da relação que temos com essas relações concretas. O racismo é uma ideologia.

3. UM CORPO NEGRO NO MUNDO, É MAIS UM CORPO NEGRO NO CHÃO

Meu corpo é uma África
e o mundo, um navio negreiro.
Enquanto cantos que não entendo
oscilam dentro de mim,
eu vejo as atrocidades que ainda não tiveram fim.
“Vivemos tempos de Lei Áurea” – assim nos dizem
enquanto socialmente nos constringem
pelo cabelo crespo que adoramos
pela coroa simbólica que levantamos
e se ofendem quando nos amamos.
Meu corpo é uma África

que ainda grita
todos os crimes contra sua terra
e contra sua gente.
O racismo de nossa era
vem junto com uma boca sorridente
que dissimula
e tudo que é negro anula
como contribuição social.
Meu corpo é uma África
meu Ori vive comigo a resistir
Já que não podemos mais permitir
o silêncio a nos chicotear,
nem os discursos com outros termos a inferiorizar o que somos.
(COSTA, s/d, p. 194).

Neste capítulo abordo a história do negro brasileiro e gaúcho. Para o desenvolvimento das reflexões teóricas sobre o negro no Brasil e no Rio Grande do Sul convoco autores referência na questão, como Abdias Nascimento (2017), Florestan Fernandes (1960), Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento (2002), Achille Mbembe (2011), Lilia Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (2018), Silvio Almeida (2019), Grada Kilomba (2021). Na perspectiva do negro no Rio Grande do Sul, recorro aos teóricos, Helen Osório (s/d), Mário Maestr (2015) e Thiago Leitão de Araujo (2011). O tema será discutido, também, a partir da crítica a respeito do racismo e da democracia racial termos já apresentados no capítulo anterior e principalmente como um levantamento histórico e de dados para um embasamento melhor de tudo que vai ser abordado nos capítulos posteriores.

3.1 O negro no Brasil

O tempero do mar foi lágrima de preto
Papo reto como esqueletos de outro dialeto
Só desafeto, vida de inseto, imundo
Indenização? Fama de vagabundo
(EMICIDA, Boa Esperança 2015).

Para explicar o que é ser negro no Brasil precisamos voltar alguns anos na história, para sermos mais precisas, mais de 300 anos. A escravidão foi instaurada no Brasil por volta da década de 1530, quando as primeiras medidas de colonização começaram a entrar em vigor pelos portugueses. A escravidão foi vivenciada por indígenas brasileiros e negros africanos. Como delimitação principal desse trabalho iremos tratar apenas do processo de escravatura das negras e negros africanos.

Foi entre os séculos XVI e XVII, que os navios negreiros começaram a chegar ao Brasil. Em uma estrutura que gerou lucro ao longo de três séculos, a economia do Brasil se estruturou pela venda e compra de negras e negros que foram escravizados. Conforme a colonização do

país se desenvolvia, a falsa necessidade de trabalhadores aumentava também, mas esses trabalhadores não eram os portugueses e sim as e os escravizados. Com isso, a demanda de comércio desses corpos, tratados como meras mercadorias e objetos, só crescia. O sucesso do tráfico negreiro está relacionado, dessa forma, com a necessidade da colônia por trabalhadores e o negócio foi altamente lucrativo para os traficantes, assim como para a coroa.

Antes do tráfico atlântico de escravos, o continente africano já tinha sido afetado por várias migrações forçadas. Desde tempos imemoriais, muitos africanos foram vitimados por fluxos migratórios compulsórios que conectaram a África com diversas partes do mundo - o Oriente Médio, o Mediterrâneo e o Oceano Índico. No entanto, nenhum teve um custo humano tão alto quanto o tráfico atlântico, que vitimou cerca de 12 milhões de pessoas entre os séculos XVI e XIX, e disseminou violência e escravização no continente africano. (SCHWARCZ e GOMES, 2018, p.49).

Ao longo dos 300 anos de existência do tráfico negreiro, cerca de 4,8 milhões de africanos foram trazidos para o Brasil. O trabalho dos escravos africanos, a princípio, foi utilizado para atender às demandas da produção de açúcar nos engenhos. A vida de um escravizado era dura e marcada principalmente pela violência dos senhores e das autoridades coloniais. Segundo Schwarcz e Gomes (2018), “a violência cotidiana, ou a ameaça dela, significava a principal marca da rotina da vida dos escravos. A rotina numa grande propriedade girava em torno de uma jornada de trabalho de cerca de quinze horas por dia”. Me arrisco a dizer que a mão-de-obra dos escravizados foi o que ergueu o Brasil e que esse país foi construído por mulheres e homens negros africanos e em diáspora.

As situações de violência psicológica e física que esses corpos, ou melhor dizendo, que meus ancestrais viveram, não poderia ser relatado de outra maneira se não com exemplificações claras. Os escravos dormiam no chão das senzalas e lá eram monitorados para evitar que fugissem. A alimentação era precária e insuficiente, e os escravos precisavam complementá-la com os alimentos obtidos de uma pequena lavoura que cultivavam aos domingos. Já os escravizados que trabalhavam na casa-grande, eram colocados em um outro ambiente e, há quem diga que eram melhor tratados. O que é uma afirmação desonesta, pois esses corpos também eram constantemente violentados. Eles eram apenas colocados como superiores entre os próprios negros, gerando diferenciação entre os demais e até mesmo uma ideia de não pertencimento.

Vivenciada nos espaços internos das casas, a ocupação de ama de leite inseriu mulheres escravizadas numa teia complexa de relações sociais, geradas em meio ao cotidiano tenso envolvendo trabalho supervisionado e práticas de domínio paternalista. Caprichos, humilhações e ataques violentos de raiva, por parte de suas donas e donos, conviviam com a concessão de privilégios: melhor alimentação, fornecimento de vestuário e a possibilidade da alforria. (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p.102).

Muitos dos escravizados eram acorrentados para evitar que fugissem e outros utilizavam máscaras de ferros, como a máscara de flandres, utilizada para impedir os escravizados de engolir diamantes (nas regiões mineradoras), de se alimentar, tomar água e até mesmo para impedir que cometessem suicídio por meio da ingestão de terra. A violência sempre foi uma ditadura de poder durante a escravidão, ela era praticada pelos senhores constantemente para supostamente impedir fugas e revoltas, mas também era como a garantia de quem merecia e poderia viver. No caso das escravizadas, a violência ganhava outra dimensão, pois além de tudo que sofriam em relação ao trabalho, ainda eram vítimas de estupros frequentes praticados por seus senhores e feitores.

O açoite, a falta de alimentação, o sequestro, os estupros, o terror psicológico fizeram parte de uma narrativa que foi forjada pelo homem branco. Os escravizados vindos do continente africano, porém, não aceitavam a escravização e a violência direcionadas a eles de maneira passiva. A história da escravização africana no Brasil é marcada pela resistência e luta dos africanos que fugiam, formavam quilombos, revoltaram-se, matavam seus feitores e senhores. Dois grandes episódios de resistência escrava foram a formação do Quilombo dos Palmares e a Revolta dos Malês.

É igualmente importante destacar que, sem a resistência africana, o número de vítimas teria sido ainda mais devastador. Desde o início, africanos escravizados se voltaram contra o tráfico de maneira sistemática, através da fuga ou de revoltas. Durante a travessia marítima, as revoltas se davam no momento em que os navios ainda estavam próximos da costa, quando havia esperança de retornar às comunidades de origem. Em regiões sob influência portuguesa, como Angola, muitos africanos se valeram de mecanismos judiciais que derivavam da fusão do regime costumeiro africano com o aparato jurídico europeu. No século XIX, revoltas e fugas de escravos, assim como a colaboração de africanos escravizados, na forma de denúncias sobre iminentes embarques de cativos, contribuíram para o fim do tráfico atlântico em Benguela. (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p.49).

Em uma narrativa trágica, o Brasil foi o último país do continente americano a abolir o trabalho escravo e isso ocorreu por meio da Lei Áurea, aprovada pelo Senado e assinada pela princesa Isabel, em 13 de maio de 1888. O fim da escravidão no Brasil não foi por um ato de bondade da monarquia brasileira, mas sim uma manutenção da economia e uma conquista realizada por meio do engajamento popular e da resistência dos escravos. O movimento de libertação começou por volta de 1870, quando a proibição do tráfico negreiro foi promulgada por meio da Lei Eusébio de Queirós, em 1850. Com essa lei, era quase que impossível renovar os números de escravos no território brasileiro. Em um tensionamento constante dos abolicionistas como Luiz Gama, Maria Tomásia Figueira Lima, André Rebouças, Adelina, Dragão do Mar, Maria Firmina dos Reis e muitas outras e outros foram primordiais para que a

escravidão fosse abolida. Associações abolicionistas surgiram aos montes no país, conferências abolicionistas foram organizadas, eventos públicos realizados, levantaram-se fundos para pagar a alforria de escravos, os advogados passaram a atuar efetivamente contra senhores de escravos, jornalistas publicaram textos defendendo a abolição e populares abrigavam escravos fugidos em suas casas.

Mobilizada pela atuação das sociedades abolicionistas, das associações de auxílio mútuo e dessa imprensa engajada, a campanha abolicionista ganhava dimensão nacional e popular. Entre as décadas de 1860 e 1880, surgiram dezenas de associações abolicionistas em todo o país, a exemplo da Sociedade Patriótica Dois de Julho, em Pernambuco; da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, na Bahia; da Sociedade Promotora da Emancipação dos Escravos da Província do Rio Grande do Sul; e da Sociedade Manumissora Sobralense, no Ceará. (SCHWARCZ e GOMES, 2018, p.349).

Os escravizados também tiveram grande influência no processo de abolição, principalmente quando faziam a desestabilização da escravidão e realizavam fugas em massa ou fugas individuais, formavam quilombos que se tornavam centros de resistência, organizavam revoltas que resultavam na morte de seus senhores etc. A década de 1880 registrou inúmeros casos de revoltas e fugas de escravos. A pressão realizada pela população livre e pelos escravos era tamanha que o clima de desordem no final da década de 1880 era evidente: o Império não tinha mais o controle sobre a situação. Pressionado, o Império teve de agir, dessa forma, aprovou a Lei Áurea em 13 de maio de 1888. A estrutura da sociedade brasileira foi construída mediante a desigualdade entre negros e brancos, e do genocídio, um projeto estruturado durante séculos. Essas práticas podem ser compreendidas na maneira como as bases da herança escravocrata do país se mantêm, mesmo após a promulgação da lei em 1888.

O "problema" criado pelas classes dominantes brancas com a "libertação" da população escrava, não foi como devia ser, a providência econômica de assegurar a esta nova parcela do povo brasileiro sua própria subsistência. Nem foi o aspecto político do "problema", isto é, como e de que maneira o negro, cidadão recém proclamado, participaria nos negócios da nação que ele fundara com seu trabalho. E muito menos significava, o "problema", a procura de instrumentos válidos e capazes de integrar e promover a colaboração, em nível criativo, do novo grupo humano, à cultura nacional. Autoridades governamentais e sociedade dominante, se mostraram perfeitamente satisfeitas com o ato de condenar os africanos "livres", e seus descendentes, a um novo estado econômico, político e cultural "livres", e seus descendentes, a um novo estado econômico, político e cultural de escravidão-em-liberdade. Nutrido no ventre do racismo, o "problema" só podia ser, como de fato era, cruamente racial: como salvar a raça branca da ameaça do sangue negro, considerado explícita ou implicitamente como "inferior". (NASCIMENTO, 2016, p.81)

A abolição garantiu a liberdade dos escravizados, mas não garantiu mecanismos que não deixassem esses corpos nas mazelas da sociedade. Sem nenhum suporte, meus ancestrais continuaram sendo vítimas do racismo, violência, leis que os desfavorecem, e sofreram com a

falta de acesso ao estudo e às oportunidades. A escravidão no Brasil foi cruel e desumana, suas consequências, mesmo passados mais de 130 anos da abolição, ainda são perceptíveis. No período após a abolição da escravatura, os negros experimentaram um doloroso processo de segregação. Com um processo de inserção demorado e que perdura até os dias de hoje, visto a falta de suporte do Estado, a maioria passou a viver em habitações de péssima qualidade e a sobreviver de trabalhos informais e temporários, muitas vezes em troca de moradia e comida. A pobreza, violência e a discriminação que afetam os negros no Brasil são um reflexo direto de um país que normalizou o preconceito contra esse grupo e o deixou à margem da sociedade.

Não houve por parte dos liberais, nenhuma preocupação concreta definida por medidas relativas aos escravos libertos, com o destino da população negra. Os seus argumentos visavam ou tinham como destinatárias as elites brancas, de modo a convencê-las de que a imigração aumentaria o coeficiente de “massa ariana” no país: o cruzamento e o recruzamento acabariam por branquear o Brasil num futuro próximo ou remoto. (CARONE; BENTO. 2002, p. 16).

A história da escravidão no Brasil deveria ser considerada uma das maiores provas de que esse país é racista e não se esforça de maneira plena para exercer uma reparação histórica com as negras e negros dessa nação. A porcentagem da população negra⁷ no Brasil é de 56%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE⁸. A superioridade nos números, no entanto, ainda não se reflete na sociedade brasileira. Há quem acredite que raça não é um ditador de quem vai viver ou morrer, ter acesso a ambiente ou não. Em um país onde o negro não é visto como humano essa preposição poderia ser considerada uma mera falácia para que a manutenção de quem tem poder siga operando.

A carne mais barata do mercado é a carne negra / A carne mais barata do mercado é a carne negra. Que vai de graça pro presídio / E para debaixo do plástico / E vai de graça pro subemprego / E pros hospitais psiquiátricos / A carne mais barata do mercado é a carne negra / Que fez e faz história / Segurando esse país no braço, meu irmão. (ELZA SOARES - A CARNE, 2002)

A desigualdade no país é evidente, em 2018, os negros eram a maioria a exercer força de trabalho, representando 54,9%. Além disso, a proporção de pretos entre as pessoas desempregadas ou trabalhando de maneira informal, é muito maior. Os dados do IBGE comprovam também que cerca de dois terços das pessoas que não tinham emprego, 64,2%, são negras. Os negros também são os que mais sofrem com a informalidade, que vem crescendo no Brasil nos últimos anos. Em 2018, 47,3% das pessoas ocupadas pretas estavam em trabalhos

⁷ Nessa monografia pardos serão colocados como negros, por entender que a separação seja um mecanismo usado desde a época da escravidão para separar os negros e também negar a identidade desses corpos e o processo de missigenação no Brasil.

⁸ <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>

informais, segundo o estudo. Entre os brancos, o percentual de pessoas em ocupações informais era menor, 34,6%.

Ainda na perspectiva do mercado de trabalho, pretos são maioria no mercado de trabalho somente entre aprendizes, representando 57% e trainees 58% dos trabalhadores, respectivamente. Outro dado relevante são as taxas de pobreza e de extrema pobreza, que são maiores entre a população negra. Isso acontece porque os negros ganham menos no Brasil do que os brancos, o rendimento médio domiciliar per capita de pretos e pardos era de R\$ 934 em 2018. No mesmo ano, os brancos ganhavam, em média, R\$ 1.846 – praticamente o dobro. Na média, brancos recebem por hora 68% mais que pretos e pardos. Ou, na comparação inversa, pretos e pardos recebem 59% do que recebem os brancos.

Segundo dados do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA)⁹ pretos são minoria no Poder Legislativo. Negros são apenas 24,4% dos deputados federais e 28,9% dos deputados estaduais eleitos em 2018. Uma mudança nesse cenário é necessária, pois esta representação é vital para a construção de debates e projetos que diminuam a desigualdade no Brasil. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹⁰, em 2020 houve um recorde de candidaturas negras, aumentaram a participação no comando das prefeituras e no número de cadeiras nas câmaras de vereadores. Ao todo, 276 mil candidatos negros se registraram para concorrer no pleito, o equivalente a 49,9%. Nas últimas eleições para prefeitos a representação de negros eleitos foi de aproximadamente 1,7 mil candidatos, o que corresponde a 32% do total. Se os negros conseguiram um avanço de representatividade nas eleições daquele ano, a proporção é ainda distante dos 56% que esse grupo representa na população brasileira e que evidencia que eles seguem sub-representados na política.

No âmbito da educação, pela primeira vez, os negros são maioria no ensino superior público. Segundo o estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil¹¹, do IBGE, em 2018, 50,3% dos estudantes das instituições públicas eram negros. O número de não brancos de 18 a 24 que estavam estudando também aumentou no ano passado, passando de 50,5% em 2016 para 55,6% em 2018. No entanto, ainda é menor do que o de estudantes brancos da mesma idade, que chegou a 78,8% em 2018. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e

⁹ <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/a-desigualdade-racial-no-judiciario-brasileiro/>

¹⁰ <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Outubro/numero-de-candidatos-pardos-e-pretos-supera-o-de-brancos-nas-eleicoes-de-2020>

¹¹ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)¹², a maioria dos negros que estão no ensino superior no Brasil estudam em universidades particulares. Em 2018, dos 591 mil negros cursavam o ensino superior, 66,86% frequentavam instituições privadas.

Mesmo com esse aumento no ensino superior, a taxa de analfabetismo ainda faz parte da narrativa de pessoas negras, em 2016 eram 9,8% e caiu para 9,1% em 2018. Segundo dados do IBGE, a taxa ainda é maior do que o dobro da taxa de analfabetismo entre brancos da mesma idade, que ficou em 3,9%. A questão da educação para a população negra pode ser resumida através da Lei número 1, de 14 de janeiro de 1837¹³, sancionada por Paulino José Soares de Sousa, presidente da Província do Rio de Janeiro, e regulamentada no Decreto nº 15, de 1839. A lei vedava o acesso de escravos às escolas e aos cursos noturnos, como se pode perceber na regulamentação: “são proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos” (FONSECA, 2002, p. 12).

As formas de genocídio da população negra foram muitas, mas a que sempre é enfatizada pelas mídias é a violência e o sistema carcerário. Os negros são a maioria entre as pessoas presas no Brasil. O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização¹⁴ realizado em junho de 2017 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública aponta que 61,6% dos detidos no país eram pretos. Os brancos representavam 34,38% dos presos. O levantamento mostra que a maior parte dos presos no Brasil são jovens, pretos ou pardos e com baixa escolaridade. Os crimes que mais levam a prisões são roubo e tráfico de drogas. Segundo Borges (2019, p. 36), existe claramente uma política de encarceramento, “há, portanto, um alarmante dado que aponta para a juventude negra como foco de ação genocida do Estado brasileiro”.

Em dados mais atualizados durante a pandemia (2020), a população carcerária diminuiu, mas o Brasil segue na 26ª posição do ranking de países que mais prendem no mundo. Os dados fazem parte de um levantamento exclusivo do G1, dentro do Monitor da Violência¹⁵, e têm como base informações oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal.

12

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf

¹³ file:///C:/Users/andre/Downloads/29135-Texto%20do%20artigo-112708-1-10-20120528.pdf

¹⁴ <https://www.gov.br/depen/pt-br>

¹⁵ <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/06/pandemia-pode-ter-levado-brasil-a-ter-recorde-historico-de-919651-presos.ghml> e <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>

Os dados de violência contra os negros reforçam essas estatísticas, brancos e negros têm chances diferentes de viver ou morrer. Segundo o Atlas da Violência 2021¹⁶, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), em 2019 houve 45.503 homicídios no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 21,7 mortes por 100 mil habitantes. A maioria dos mortos são jovens e negros. Os jovens são os principais afetados. Em 2019, de cada 100 jovens entre 15 e 19 anos que morreram no país por qualquer causa, 39 foram vítimas da violência letal. Entre aqueles que possuíam de 20 a 24, foram 38 vítimas de homicídios a cada 100 óbitos e, entre aqueles de 25 a 29 anos, foram 31. Dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. São 23.327 jovens que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país.

Em consequência da desestruturação das populações negras, a violência impõe um divisor de água entre a vida e a morte, estando diretamente ligada à criminalidade e à desigualdade étnico-racial. Para pensar sobre o direito à vida, precisamos refletir sobre quem deveria garantir isso à população. Segundo Mbembe (2018), existe um discurso político para a efetivação da morte. Essa narrativa é posta constantemente para a sociedade, afirmando que o extermínio dessas vidas não dá a segurança e a existência do outro. Frases como “bandido bom é bandido morto”, “tal pessoa era bandido merecia morrer”, ou até mesmo em discursos regados de ingenuidade na defesa daqueles que são assassinados pela polícia, mães falam “meu filho não era bandido, porque mataram ele?”. Podemos caracterizar como uma soberania¹⁷ na qual a violência e o terror contra o outro é permitida, o que revela o necropoder.

Examino essas trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade torna-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo. (MBEMBE, 2018, p. 17).

Em 2019, os negros representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Mesmo que nos últimos anos as taxas de homicídio tenham diminuído, isso não reflete nos corpos que ficam no chão. Em uma comparação, entre os não negros a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil. Mas o que esses números significam? Esses dados mostram que a chance de um negro ser assassinado é quase três vezes superior ao de uma pessoa não negra. Negros também são maioria entre os que morrem em decorrência de ações

¹⁶ <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>

¹⁷ Neste caso, vamos basear a soberania na crença de que o sujeito principal é autor controlador do seu próprio significado, portanto, será definida como o duplo processo de auto-instituição e autolimitação.

de agentes de segurança do Estado. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), negros foram as principais vítimas de policiais, correspondendo a 78,9% das 6.416 pessoas mortas por policiais no ano passado. Em sentido oposto, os brancos —que totalizam 42,7% da população — foram vítimas de 20,9% das mortes.

Carrego a pele de quem tem que se importar com cor/ Já que nossas crianças cresce' sempre em alerta/ Porque sabe' que elas são o alvo do atirador/ Quem me tira a dor do quanto nós tirou?/ Pagando pela fúria de sinhôzinho que não agradou (CRISTAL, No Role Modelz - remix J Cole, 2020).

Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras. Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra. Segundo o Atlas da Violência, a taxa de assassinatos dessas mulheres cresceu 29,9% de 2007 a 2017. No mesmo período, o índice de homicídio de mulheres não-negras cresceu 4,5%. As mulheres negras são o principal grupo de risco nos casos de feminicídio. Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020¹⁸ mostram que 61% das mulheres que sofreram feminicídio no Brasil eram negras.

O racismo influencia para que a população negra seja a mais atingida pela violência. Ao longo dos anos, os negros resistem na sociedade e lutam para ter acessos básicos. As privações de acessos a recursos, posições e políticas públicas os tornam vulneráveis e mais propensos a serem vítimas, comprometendo a expectativa de vida. Conforme Almeida (2019, p.8), “em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas já tidas como ‘normais’ em toda a sociedade”.

O aumento no número de homens negros mortos envolvendo agentes do estado sempre causam longos debates. No entanto, precisamos entender a violência por parte de instituições privadas e terceirizadas como no caso da morte de João Alberto. Ainda na perspectiva do não reconhecimento, Kilomba (2021) diz que esse processo também é caracterizado pela negação, que é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial.

O sujeito negro torna-se então aquilo a que o sujeito branco não quer ser relacionado. Enquanto o sujeito negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano. Esse fato é baseado em processos nos quais partes cindidas da psique são projetadas para fora, criando o chamado “Outro”, sempre como antagonista do “eu”. (KILOMBA, 2021, p.35-36).

¹⁸ <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>

Essa referência me leva a pensar nas várias formas de massacre do negro no Brasil, tornar o negro opressor e o branco o oprimido é mais uma maneira de sufocar a existência do negro. Nessa monografia vamos tratar num primeiro momento da morte física, mas não podemos deixar de entender o genocídio do negro brasileiro como toda a estrutura de exclusão desses corpos é determinante para que se compreenda o racismo, até porque como diria Djonga (2021): “sou preto no Brasil qualquer mal para mim é pouco”.

3.2 O Sul preto: a história que não nos contaram

Tem preto no Sul e eu falava sério
'Cês olha pra cá, mas não enxergam tudo
O tempo mais frio não é só no inverno
O frio que nos toca é bem mais profundo
E o lado que nos toca é bem mais escuro
E o som que nós toca é bem mais escuro
Me explica se ainda é normal
Andar na cidade natal e os preto se sentir intruso
(CRISTAL, Rude Girl (Prod. MDN Beatz), 2019)

Em todas as vezes que precisei falar que morava em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a surpresa sempre foi uma reação inesperada que, depois de um tempo, se tornou corriqueira. E lá tem negros? Na capital do Rio Grande do Sul? Achei que lá só tinha brancos”, essas sempre foram as perguntas ou afirmações que, muitas vezes, colocaram em análise minha identidade enquanto uma mulher negra gaúcha. Há quem acredite que no Sul do Brasil, só tenha branco de olho azul. Em uma negação constante da identidade e da construção de um estado que tem sangue negro por todo espaço, seja na construção, na história ou nas mãos. A narrativa da população negra do Rio Grande do Sul começa durante o período da escravidão e o seu apagamento automaticamente vem desde essa época. Entre uma narrativa de negação e resistência, a população negra no Rio Grande do Sul, que segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 mostra que 1,72 milhão de pessoas se autodeclararam negras¹⁹, o que representa 16,13% do total da população do Estado. Somente na capital, Porto Alegre, são 285 mil negros ou seja 24,18% dos habitantes.

Em uma forte associação entre o Rio Grande do Sul e a presença europeia, essa imagem de região “embranquecida” e “europeizada” é reforçada constantemente através de jornais e reportagens²⁰. Retratado dessa forma, o Rio Grande do Sul seria um espaço europeu, frio e

¹⁹ Acreditamos que o número de pessoas negras seja muito maior, mas devido ao racismo estrutural muitas pessoas não se autodeclararam negras.

²⁰ <https://exame.com/casual/13-cidades-para-voce-se-sentir-na-europa-sem-sair-do-brasil/>,
<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/heranca-europeia-no-sul.htm>

distante, e sem negros, conseqüentemente sem racismo. Essa ideologia parece demonstrar a persistência da população branca, através dos meios de comunicação de massa, em dar continuidade à invisibilidade dos negros no Brasil meridional.

Mas como começa a história das negras e negros sulistas? Assim como em todo o Brasil, esses corpos foram trazidos no início do século XVIII, quando negros e negras da África foram traficados para a região. Boa parte foram colocados para exercer mão de obra principalmente nas charqueadas²¹, mas logo passaram a atuar em uma variedade de ofícios braçais no campo e nas cidades, participando decisivamente da consolidação da economia regional, além de desempenharem papel relevante em operações militares.

Grande parte dos africanos sequestrados, vinham do Rio de Janeiro. Eram na sua maioria pessoas adultas do sexo masculino. Segundo análise presente no artigo “Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul, 1765-1825”, de Helen Osório (2004), 71% das negras e negros foram capturados na África Centro-Occidental (principalmente Benguela e Angola); 26% na África Occidental e o restante na África Oriental.

A significativa presença dos escravos da África Occidental indica a existência de rotas comerciais (contrabando?) importantes entre o Rio Grande do Sul e Bahia, até agora não conhecidas. Isto porque os dados oficiais de importação de escravos para o Rio Grande, no período de 1802 a 1820, dão conta que 82,5% dos escravos introduzidos provinham do Rio de Janeiro. (OSÓRIO, 2004, p.6).

Uma das questões que faz parte do apagamento histórico do negro no Rio Grande do Sul é a da Revolução Farroupilha²², uma guerra perdida que é lembrada todo dia 20 de setembro pelos gaúchos. Os negros tiveram enorme contribuição desde o início da revolução. Os negros escravizados enxergaram na Revolução Farroupilha um caminho para conquistar a liberdade. A promessa dos brancos de liberdade após o fim da revolução incentivou o recrutamento nas tropas farroupilhas. Durante toda a Guerra os negros, conhecidos como Lanceiros Negros demonstraram grande potencial em combate. Por se destacarem nos combates, e por insistência do comandante farrapo João Manuel de Lima e Silva, defensor da libertação dos escravizados e da inclusão deles nas tropas, foi formado o 1º Corpo de Cavalaria de Lanceiros Negros, em 12 de setembro de 1836, um pouco antes da batalha de Seival, composto por mais de 400

²¹ Área onde se produz o charque, uma carne salgada e seca ao sol para o processo de desidratação, o objetivo era mantê-la própria ao consumo por mais tempo. Esses espaços eram normalmente galpões cobertos onde a carne salgada era exposta. A indústria de saladeiril e o ciclo do charque, deixou o sul do Brasil. Toda essa produção era baseada no trabalho dos escravizados.

²² Foi uma guerra durante o período regencial do Brasil que ocorreu no Rio Grande do Sul e durou dez anos, de 1835 até 1845. A Guerra dos Farrapos aconteceu, principalmente, por causa da insatisfação dos estancieiros gaúchos com a política fiscal do governo brasileiro. O termo “farrapo” se refere aos trajes maltrapilhos que o exército rebelde usava.

combatentes negros. Nessa batalha, os negros tiveram importante papel na vitória contra os imperiais:

[...]complementando, aliás, o que já havia sido planejado e realizado, em parte, desde Pelotas, quando, por exemplo, havia sido decretado para sempre a libertação dos escravos que assentassem praça, “dando serviços à Pátria”. Com elementos pessoais dessa origem fora criado em 12 de setembro o 1º Corpo de Lanceiros da primeira Linha, classificado de “incomparável” por Garibaldi, em suas memórias, constituído de praças escolhidos entre os mais seletos domadores de cavalos da Província. Peritíssimos cavaleiros, [...] “eminente sôbrios” patenteavam uma “inaudita coragem” os pretos a quem a Revolução “abria as portas da cidadania política e civil”, no dizer de “O Jornal de 9 de outubro de 1838” (FAGUNDES, 1989, p.188).

À medida que a guerra se aproximava do fim, eles se tornaram mais numerosos, tanto que no final havia dois corpos de lanceiros, totalizando mais de mil soldados. Em novembro de 1844, o uso de armas estava suspenso, para que os governos pudessem negociar a paz. E na madrugada de 14 de novembro do mesmo ano, um grupo de lanceiros negros acampados no Cerro dos Porongos foi assassinado pelas tropas imperiais. Mais de cem homens negros foram mortos. Os que não escaparam para quilombos ou para o Uruguai acabaram enviados à corte, no Rio de Janeiro, onde seguiram escravizados até a Lei Áurea, 43 anos depois. Mas,

não tendo surgido a Abolição em 1822, como esperavam, os escravos não perderam a esperança. Continuaram, como já vimos, se engajando nos movimentos subsequentes (sic). Na Revolução Farroupilha eles se sentirão à vontade porque, afora a insurreição dos alfaiates, na Bahia, nenhum outro movimento foi tão enfática e ostensivamente antiescravista como o chefiado por Bento Gonçalves. A participação do escravo tinha um caráter racional, lógico. Não havia a contradição existente nos demais acontecimentos quando eles participavam das lutas por ordem dos seus senhores, conforme já vimos. Além do mais, como não pesava muito fortemente na economia da região conflagrada, o escravo se transformou em soldado rapidamente (...). As próprias autoridades farroupilhas se encarregavam de emancipá-lo. (...) O tipo da economia pastoril prescindia do escravo africano. Os trabalhos agrícolas, especialmente da erva-mate, não eram de molde a exigir uma concentração de braços escravos como a que a economia dos engenhos ou da mineração impunha. (...) Daí não terem as camadas dirigentes da região conflagrada interesse em manter o estatuto da escravidão, tão acirradamente como aconteceu no Nordeste, onde ela era o estio em que se escorava toda a economia regional. (MOURA, 1988, pp. 97-98).

A resistência dos trabalhadores escravizados parece ser tão antiga quanto a escravidão. Desde seu aprisionamento em terras africanas, os negros trazidos a força tentaram de todas as maneiras conquistar a liberdade. A luta contra o trabalho escravo sempre foi recorrente no Rio Grande do Sul, uma das principais formas que eles tinham para garantir a liberdade era pela fuga. As fugas, além de trazerem um prejuízo econômico para os senhores, poderiam também proporcionar a formação de quilombos²³. Segundo Mário Maestri (2006), a primeira referência

²³ Nome dado aos espaços e as comunidades formadas pelos negros escravizados. Os quilombos se formaram em situações de resistência territorial, social e cultural no Brasil.

conhecida a quilombos no Rio Grande está registrada nas atas da Câmara de Porto Alegre, na sessão de 31.02.1789.

Segundo Krob (2017), em um relatório redigido pelo presidente da Província, José Julio de Albuquerque Barros, existia uma estimativa que em 1885 teriam sido libertos algo em torno de 40 mil escravizados, aproximadamente 67% dos 60 mil existentes na província até então. Ainda nesse relatório, o presidente deu o mérito da iniciativa às cidades de Porto Alegre e Pelotas. Em Porto Alegre, naquele ano, foram registradas em cartório as alforrias de 994 africanos.

Até a Lei Áurea, em 1888, outras 94 alforrias foram registradas. Para o período que vai de 1884 a 1888 temos, então, o total de 1.088 alforrias registradas nos livros notariais, distribuindo-se da seguinte forma: 839 (77%) condicionais, 186 (17%) gratuitas e 63 (6%) pagas. Das 839 (77%) alforrias condicionais, nada menos que 826 (98,4%) o foram com a condição de o libertando prestar serviços por mais alguns anos a seu senhor ou a terceiros por ele designado. (KROB, 2017, p. 1)

Foi principalmente em Porto Alegre, que os negros começaram a ensaiar formas de resistência ao domínio branco, e os quilombos, formados com escravos fugidos, tiveram um papel de preservação da história, da cultura, da identidade e nas lutas pela liberdade. Uma das maneiras comuns dos escravizados conseguirem alforria e também a de outros negros era a acumulação de patrimônios. Por exemplo, quando eram escravos "de ganho", alugados a terceiros para prestação de serviços, podiam guardar uma pequena parte dos lucros. Uma pesquisa de Paulo Roberto Moreira (1996) mostrou que no século XIX foram concedidas mais de dez mil alforrias em Porto Alegre, e cerca de 37% delas foram pagas pelos próprios escravos, e somente 19,23% foram gratuitas.

Este apanhado histórico do negro no Rio Grande do Sul demonstra o quanto a presença negra foi e é importante em vários aspectos na formação do povo sul-rio grandense, como na cultura, na religião, na economia e nos aspectos sociais, mas essa população ainda sofre com as mazelas das diversas formas de apagamento sociocultural, pois a violência que sofre também é um ditador de dignidade. Foram notificados 673 assassinatos, significando uma taxa de homicídios de 28,4% negros mortos por 100 mil habitantes no ano de 2018.

Ainda no viés de compreender a desigualdade social, que perpassa constantemente a instrumentalização do racismo, o estudo Desenvolvimento Humano para Além das Médias, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2018, aponta Porto Alegre como a cidade mais desigual para pretos e brancos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para não negros é de 0,833, enquanto para a população negra é de 0,705, uma diferença de 18,2%. Este índice mede a qualidade de vida dos habitantes de uma região e

o melhor resultado é o mais próximo de 1. Em todo o Estado, a diferença média entre o IDHM de negros e brancos é de 13,9%, com os brancos tendo sempre as melhores condições.

Em uma constante necessidade de resistência a valorização da cultura e do negro foram se fortalecendo dia a dia no Estado. O movimento para o resgate e valorização da cultura afro-gaúcha não é recente. Durante o século XX, uma série de iniciativas começaram a fazer parte da narrativa dos negros do Sul, principalmente através dos periódicos fundados e escritos por pessoas pretas. Em uma dedicação constante em defender suas pautas especialmente nos campos da discriminação, identidade, organização coletiva, educação e formação profissional, como *O Tagarela*, *A Alvorada*, e *O Exemplo*. Nas três primeiras décadas pós-abolição foram fundadas, em Pelotas, mais de 50 entidades associativas negras; em Porto Alegre, surgiram 72 clubes e sociedades recreativas. O Rio Grande do Sul é o estado onde as manifestações afro têm maior aceitação em todo o Brasil, superando mesmo a Bahia e o Rio de Janeiro.

Poetas como Oliveira Silveira²⁴, Lilian Rocha²⁵, Bruno Negrão, Agnes Maria²⁶, Poetas Vivos²⁷, Cristal Rocha²⁸ seguem colocando a cultura e propagando a ideia que no sul existem corpos negros que não só existem, mas resistem. Para além da esfera cultural, o movimento negro vem se fortificando na política. Em um momento histórico nas eleições da capital gaúcha, no ano de 2020 foi eleita a primeira bancada negra. Composta por cinco jovens negros, Karen Santos e Matheus Gomes, do Psol; Laura Sito, do PT; Bruna Rodrigues e Daiana Santos, do PCdoB produzem a grande novidade política da cidade ao enegrecerem a Câmara Municipal.

Essa história longa de apagamento e de resistência dos corpos negros no Rio Grande do Sul não pode ser resumida apenas neste trabalho, mas pode ser sentida em um poema de Oliveira Silveira:

Encontrei minhas origens
em velhos arquivos
..... livros
encontrei
em malditos objetos
troncos e grilhetas
encontrei minhas origens
no leste
no mar em imundos tumbeiros
encontrei
em doces palavras

²⁴ Oliveira Ferreira da Silveira, foi um poeta, intelectual e militante negro brasileiro que, em sua trajetória, interrogou relações hegemônicas assim como expressou e propôs outras possibilidades do negro ser e estar no mundo e, portanto, no Brasil. Foi também o mentor do estabelecimento do dia 20 de Novembro – data da morte de Zumbi dos Palmares em 1695 – como o “Dia Nacional da Consciência Negra”

²⁵ <https://www.instagram.com/brunonegrao/>

²⁶ <https://www.instagram.com/agnescomgmudo/>

²⁷ <https://www.instagram.com/poetasvivxs/>

²⁸ <https://www.instagram.com/acrestau/>

..... cantos
em furiosos tambores
..... ritos
encontrei minhas origens
na cor de minha pele
nos lanhos de minha alma
em mim
em minha gente escura
em meus heróis altivos
encontrei
encontrei-as enfim
me encontrei
(SILVEIRA, Oliveira.
ENCONTREI MINHAS ORIGENS).

4. O JORNALISMO E O RACISMO

Pra eles nota seis é muito
Pra nós nota dez ainda é pouco.
(DJONGA, CORRA pt. Paige, 2018).

Neste capítulo abordamos as questões de jornalismo e racismo na mídia. Para as questões de jornalismo, nos fundamentamos nas linhas teóricas de Traquina (2005, 2015), Sodré (2015), Lage (2014), Wolf (2002), Wolton (2009) que são importantes referências para os estudos nas áreas de comunicação, tendo como destaque teorias do jornalismo, identidade e notícia. Além desses autores, nos baseamos em duas monografias de comunicadoras negras, Danielle Vaz (2020) e Caroline da Rosa Santos (2019). Para a discussão de racismo na mídia, trabalhamos a partir da perspectiva de autoras negras e autores negros, como Pinto (2006), Sodré (2012), Almeida (2019) e Bento (2002).

4.1 A Notícia como validação de discursos sociais

Um que dita, um que escreve
Um que confessa, um que mente
Um que manda, um que obedece
Um que calcula, um que sente
Um que recebe propina
Um que continua honesto
Um puxa-saco dos fortes
Um que mantém seu protesto
Um que trafica influência
Um que tem opinião
Um jornalista de fato
Um rato de redação

Um jornal é igual ao mundo
Um jornal é igual ao mundo
Tudo certo, tudo incerto
Tudo tão longe e perto
É igual ao mundo um jornal
(Gilberto Gil, O jornal, SA).

Para a construção deste subcapítulo, vamos refletir sobre questões-chaves que são norteadoras para todo jornalista e objetos frequentes de pesquisa no jornalismo: por que é que as notícias são como são e por que é que temos essas notícias? Como circula a notícia, como é consumida e quais os seus efeitos? Mas antes de compreendermos o que faz as notícias serem como são, reconhecemos que é necessário apresentarmos uma breve história do jornalismo e também conceitos básicos que permeiam esse trabalho.

Todo o estudante de jornalismo é recebido no curso com duas perguntas: o que é jornalismo e por que escolheu o curso? Aqui não vamos arriscar a dizer o porquê cada indivíduo decide cursar jornalismo, por ser algo pessoal. Já sobre o que é jornalismo podemos nos basear em teóricos que conceituam o termo e a prática por meio de anos de reflexão e pesquisas. Segundo Lage (2014), os jornalistas podem ser vistos de maneira geral sob duas óticas: a primeira como intermediário do tráfego social da informação e a segunda, não menos importante, como agente a serviço de causas consideradas nobres. Segundo Traquina, (2015, p.15), “poder-se-ia dizer que o jornalismo é um conjunto de “estórias”, “estórias” da vida, “estórias” das estrelas, “estórias” de triunfo e tragédia”.

Para começar, o jornalismo é uma atividade intelectual. A compreensão da crítica do jornalismo feita pelo recém-falecido sociólogo francês Pierre Bourdieu (1997), em particular a sua veemência, está na compreensão de que ele é um “concorrente” do mesmo espaço, o “campo intelectual”, e detesta estar dependente dos jornalistas para ter um maior acesso ao público. Bourdieu contesta e condena o chamado monopólio que os jornalistas são acusados de exercer dentro do campo intelectual. (TRAQUINA, 2015, p. 16, edição do Kindle).

Para Lage (2014), o jornalismo é uma atividade técnica caracterizada pelo compromisso com a ética e com foco no interesse público.

O jornalista deve saber selecionar o que interessa e é útil ao público (o seu público, o público-alvo); buscar a associação entre essas duas qualidades, dando à informação veiculada a forma mais atraente possível; ser verdadeiro quanto aos fatos (verdade, aí, é a adequação perfeita do enunciado aos fatos, *adaequatio intellectus ad rem*) e fiel quanto às ideias de outrem que transmite ou interpreta; admitir a pluralidade de versões para o mesmo conjunto de fatos, o que é um breve contra a intolerância; e manter compromissos éticos com relação a prejuízos causados a pessoas, coletividades e instituições por informação errada ou inadequada a circunstâncias sensíveis. (LAGE, 2014, p.21)

Para além disso, é de total responsabilidade do fazer jornalístico admitir a pluralidade de versões para o mesmo conjunto de fatos, além de manter compromissos éticos com relação

a prejuízos causados a pessoas, coletividades e instituições por informação errada ou inadequada a circunstâncias sensíveis.

Ainda para Traquina (2005), o jornalismo é a realidade, que se compõem em uma junção do que a sociedade é, é o que está acontecendo na sociedade. O jornalismo seria uma forma de informar a realidade e defender a democracia e “os jornalistas estão na frente de batalha da liberdade, prontos a vir à sua defesa” (TRAQUINA, 2005, p. 23). Nesse sentido, Traquina (2005) destaca que o jornalismo pode ser uma força conservadora, que auxilia ou não agentes sociais na manutenção da dominação. Segundo Traquina (2005, p. 200), “a teoria interacionista reconhece o papel do jornalismo como uma força conservadora, mas também pode constituir recurso para agentes sociais que contestam o *status quo* e os valores dominantes”.

O jornalismo tem uma relação de valores que anda em uma linha tênue entre o poder e a opinião pública, formando um tipo simbólico de normas a cumprir. Os jornalistas procuram o rigor jornalístico, que deve ser amparado pela apuração dos fatos. Segundo Clóvis Rossi (1995), a classe média é a principal consumidora de jornais e revistas no Brasil. Se é a classe média quem mais consome os jornais, não é difícil pensar quem dita o papel social e a ideologia dos veículos de comunicação, pois como explica Traquina (2005, p. 202), “a ideologia jornalística e a sociedade fornecem igualmente um ethos que define para os membros da comunidade jornalística que seu papel social é informar os cidadãos e proteger a sociedade de eventuais abusos de poder”.

Não podemos dizer que o jornalismo é um só campo estático, principalmente, por ser regido pelas relações que são ditadas por diversos fatores. Um desses campos é o do conservadorismo, onde as relações de poder sobre o que informar prevalecem e também é mobilizado quanto às pautas dos agentes sociais. Segundo Santos (2019, p. 47), “no entanto, apesar de o jornalismo estar bem estruturado socialmente, o acesso a ele ainda é restrito e selecionado. Não é qualquer fonte que é considerada legítima”. Para essa monografia é importante que esse ponto seja colocado em destaque, pois dita muitos elementos de validação de discursos.

O jornalismo, em vários momentos da história, é visto como o quarto poder²⁹ na sociedade; isto é, os meios de comunicação de massa podem influenciar a opinião pública,

²⁹ Estudos contemporâneos de comunicação e política (Albuquerque, 2009) coloca em tensão essa ideia do jornalismo como quarto poder. O argumento central é que o termo tem sido empregado de diferentes maneiras, e com significados distintos. Outro autor problematiza o alinhamento sobre essa ideias é Fourth Estate, atribuído ao jornalismo, com o modelo liberal, conceito de acaba servindo de base à reivindicação de uma autonomia considerável por parte das organizações jornalísticas, que não pode se submeter a quaisquer limites, e que

teoricamente, atuando como um cão de guarda da sociedade. Os meios de comunicação, não apenas o jornalismo, podendo ser os ditadores das ideias de uma democracia, em que diversas opiniões da sociedade podem ser ouvidas e discutidas. Ainda nessa linha, Traquina (2005, p. 129) argumenta “que o jornalismo deve ser antes de tudo um vínculo de informação para equipar os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e voz na expressão das suas preocupações”.

Como sabemos, o jornalismo narra histórias, e as notícias são construções narradas para serem entendidas em formas de acontecimentos. A notícia tem ligação direta com o acontecido e o relato do ocorrido. Wolf (2002) complementa que o jornalista não inventa uma notícia, ela não surge do nada, seguem orientações organizacionais, fontes institucionais, que delimitam o que vai ser noticiado. E é inegável pensar que o sistema influencia o que pensamos e, conseqüentemente, o que escrevemos. O valor-notícia de uma informação que se torna jornalística faz parte de uma sistemática de valores próprios para filtragem do que vai ser utilizado pelos jornalistas para tornar um acontecimento do mundo uma narrativa. Um dos pontos cruciais dos valores-notícia é a relevância do interlocutor. As notícias seguem um padrão graças à noticiabilidade, que é um dos critérios de valor-notícia que a empresa jornalística compartilha entre seus membros. Para Traquina (2008, p. 63), “[...] os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícias que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia”. O critério utilizado para tornar merecedora a matéria de ganhar espaço no noticiário jornalístico.

As produções jornalísticas são embasadas na cultura dos profissionais da redação e também na forma de organização do trabalho e dos processos produtivos, Wolf (2002) explica que a cultura profissional diz respeito aos requisitos que os jornalistas devem cumprir enquanto exercem a prática jornalística. Ainda segundo o autor, os valores-notícia variam de acordo com os pressupostos implícitos ou de considerações relativas: “a) às características substantivas das notícias: ao seu conteúdo; b) à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo; c) ao público; d) à concorrência” (WOLF, 2002).

Mas quem dita o valor da notícia se não o jornalista? Levando em consideração que a mídia é um bem patrimonial, dominado por homens, brancos, de meia idade e de classe média alta, a partir daqui sabemos quem decide os valores-notícia e, por consequência, o que se enquadra como notícia ou não. Segundo Sodré (2015, p.277), “o jornalismo faz parte da mídia,

toma qualquer crítica à sua atuação concreta como uma ameaça à liberdade de imprensa.

mesmo que com todo o histórico e conceito democrático, é uma ferramenta de consolidação de ideias e de informações, mas em um histórico de uma mídia elitista, principalmente quando faz parte de um grande conglomerado”.

Conforme Sodré (2015, p. 276), “a mídia funciona no nível macro como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre relações inter-raciais, em geral estruturadas por uma tradição intelectual elitista que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor de pele”. Sendo assim, o papel de uma imprensa mais diversa se torna essencial, quando pensamos em um jornalismo democrático e múltiplo. O autor ainda explica que a comunicação, e os meios midiáticos formam e produzem discursos preconceituosos e de racismo, eles “provêm os modelos cognitivos e as atitudes relativos às minorias de qualquer natureza, especialmente os negros na sociedade ‘clara’ do Ocidente” (SODRÉ, 2015, p.276).

Retomando a discussão sobre o processo de produção da notícia, é importante destacarmos que os jornalistas ao longo da história foram moldando a sua cultura profissional, bem como organizando a forma de produzir a notícia. Uma das formas mais utilizadas para organizar os acontecimentos noticiosos é o formato da pirâmide invertida, que entrega ao consumidor a informação que o jornalista julga mais importante já no início da notícia. A construção da pirâmide invertida necessita responder primeiro às seguintes perguntas sobre o acontecimento: “quem”, o “quê”, o “quando”, o “onde”, o “porquê” e o “como”.

Segundo o modelo americano, essa fórmula proporciona uma leitura rápida e não deixa de fora informações consideradas importantes. Afinal, quem não quiser não precisa seguir em frente e se aprofundar mais no assunto. Nos jornais, essa exigência ganhou mais força, enquanto em revistas os lides tiveram sempre mais liberdade. (FLORESTA, BRASLAUSKAS, PRADO, REDISCH, 2009, p. 3, edição do Kindle).

A partir dessas discussões, podemos inferir que a notícia é um produto resultante do tratamento que se dá a um fato histórico e do recorte que se faz de determinado acontecimento social. Mas vale lembrar que a notícia é muito mais do que o que “acontece”. Ela está ligada à ideologia do veículo e/ou da editoria, à experiência de vida e visão social do jornalista, à cultura profissional que dita o que merece ser publicado e aos valores dos próprios dos jornalistas. A notícia está ligada ao mundo mercadológico, ao mundo do poder e também do desejo dele. Precisamos ressaltar que as notícias são disputas de narrativas, podendo ser reforçadoras das narrativas hegemônicas ou uma forma de rompimento dessas narrativas.

4.2 Redações brancas, inferno negro

Gritei: Marielle, presente!, essa bala também me fere

E esse tiro fere cada morador que já teve um sonho frustrado
E só quem é vai sentir na pele
E eu prego a fé, independente da crença
É a nossa dor que alimenta as reportagens da imprensa
(ADL, Favela Vive 3, 2018)

Em uma sociedade onde ser branco ou negro é o principal definidor de quem vai ter acesso ao ensino e ao mercado de trabalho, dentro das redações jornalísticas esse cenário não seria diferente. O processo de inserção do negro no jornalismo é um fenômeno do século XX. Esse movimento parte das iniciativas de muita luta do movimento negro e de políticas pública.

Em um registro inicial a cerca da discussão do que hoje chamamos de ações afirmativas, foi em 1968, quando técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho se manifestaram a favor da criação de uma lei que obrigasse as empresas privadas a ter uma porcentagem mínima de empregados negros. Segundo Santos (1999, p.222), seriam 20%, 15% ou 10%, de acordo com o ramo de atividade e a demanda, como única solução para o problema da discriminação racial no mercado de trabalho. Mesmo com muito esforço daqueles trabalhadores a lei não foi elaborada, ficando apenas citada em registros históricos.

Foi só no ano de 1980 que a primeira formulação de projeto de lei foi pautada nesse sentido, pelo então deputado federal Abdias Nascimento, em seu projeto de Lei n. 1.332, de 1983, que propõe uma "ação compensatória". A Lei iria estabelecer mecanismos de compensação para o afro-brasileiro após séculos de discriminação. Pela Lei, a reserva de vagas funcionaria da seguinte maneira: “o primeiro momento, estabeleceu-se: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público, bolsa de estudos, incentivos às empresas do setor privado” (VAZ, 2020, p.39). Mas devido às suspensões do Congresso Nacional o projeto não foi aprovado.

Atualmente as políticas públicas, também conhecidas como “ações afirmativas”, foram definidas a partir da Lei 12.288/2010³⁰, denominada como Estatuto da Igualdade Racial, destinada a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Dentro das ações afirmativas estão as cotas raciais, que promovem e compensam grupos étnicos. A prova de que essas leis em seu cumprimento pleno podem reparar questões históricas está no número de matrículas de estudantes negros e pardos nas universidades públicas no Brasil, de acordo com o IBGE, em 2018 passou a representar 50,3% pela primeira vez no país.

³⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm

Ainda que o número de negros nas universidades tenha aumentado, existe um abismo nas redações jornalísticas e também nos cursos de jornalismo. Segundo dados da pesquisa o Perfil Racial da Imprensa Brasileira³¹ desenvolvida em parceria entre as entidades Jornalistas & Cia., Portal dos Jornalistas, Instituto CORDA – Rede de Projetos e Pesquisas e I'MAX., no ano de 2021, mostra que 77,6% dos jornalistas brasileiros são brancos enquanto 20,1% são negros. A pesquisa ainda aponta que 61,8% dos jornalistas brancos ocupam cargos de editores, colunistas, chefes de reportagem, entre outros. Por outro lado, 38,2% estão em cargos operacionais, como repórteres e produtores. Já entre os profissionais negros, 39,8% ocupam cargos gerenciais e 60,7% estão em funções operacionais. No que diz respeito à abrupta desigualdade racial nas redações, o estudo feito pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, o GEMMA3³², mais de 90% dos formadores de opinião da Folha de S. Paulo, O Globo e o Estadão são brancos, sendo esses os mais populares portais de notícias do país.

No último Perfil do Jornalista Brasileiro³³, realizado em 2021, as mulheres brancas, solteiras, com até 40 anos, compõem a maioria dos jornalistas brasileiros. O dado foi aferido pela pesquisa que contou com a participação de mais de 7 mil profissionais. O estudo ainda mostra que houve um aumento na presença de pessoas negras entre jornalistas no Brasil, passando de 23% em 2012 para 30% em 2021, num provável reflexo das políticas de ação afirmativa no acesso ao ensino superior. Mas, ainda

é reduzida a presença de negros nas fileiras profissionais da mídia brasileira. Quando um indivíduo de pele escura consegue empregar-se em redações de jornais ou em estações de televisão, mesmo que possam eventualmente ocupar uma função importante, são destinados à tarefa de bastidores longe da visibilidade pública. (MARTINS, 2021, p.247).

Para compreender esses dados e também como ocorre a representação do negro dentro da imprensa, destacamos alguns passos históricos da imprensa e especificamente os da imprensa negra em uma tentativa de mostrar como cada um constrói o seu imaginário e a sua narrativa com relação a corpos negros. A denominação imprensa negra foi utilizada para designar os jornais que foram feitos por negros, para os negros e veiculando assuntos de interesse das populações negras.

³¹ <https://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimpensabrasileira.pdf>

³² <https://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2021/12/Politicad-Acao-Afirmativa-nas-Universidades-Federais-e-Estadais-2013-2019.pdf>

³³ <https://perfildojornalista.ufsc.br/>

O surgimento desses jornais foi possível devido ao fato de existir um razoável número de negros letrados em diferentes momentos do século XIX. O primeiro jornal da imprensa negra no Brasil, foi “O Homem de Cor”, que surgiu na capital do Império em 14 de setembro de 1833, produzido pela Tipografia Fluminense de Paula Brito. Francisco de Paula Brito foi aprendiz da Tipografia Nacional. Desde o primeiro número, o “Homem de Cor” expunha os embates raciais existentes no país. Pouco após o aparecimento desse periódico foram lançados mais quatro: “Brasileiro Pardo”, “O Lafuente”, “O Cabrito” e “O Crioulinho”, todos ainda em 1833. Nenhum deles teve longa duração (alguns só tiveram a primeira edição), mas exerceram um significativo impacto fora do meio especificamente negro.

O “O Exemplo” foi o primeiro jornal da imprensa negra gaúcha, editado de 11 de dezembro de 1892 a 1930. O jornal circulou em Porto Alegre, com foco principal em debater formas para a inserção do povo negro e o enfrentamento ao racismo. Outro periódico muito significativo para a história social do negro, focado no sul do Estado, na cidade de Pelotas, foi o jornal “A Alvorada” (1907-1965). Segundo Oliveira (s/d, p. 6), “o seu foco era a luta contra a discriminação racial, a defesa do operariado pelotense e a divulgação de ideias”. Ambos os jornais tiveram momentos de interrupções na circulação.

É inevitável reconhecer a importância da história da imprensa negra, principalmente pelo desejo de buscar fortalecer os seus. Nesse movimento, as defesas da educação como meio de combater a marginalização das populações negras, superar os preconceitos, ser tratado com igualdade eram pautas recorrentes.

Mesmo com uma história ampla de resistência e importância, se olharmos para as redações hegemônicas nenhuma segue a linha da defesa de negras e negros, e é fácil perceber isso, principalmente, pelos dados apresentados logo no início deste subcapítulo. É impossível que nós negros não façamos o questionamento se nós nos sentimos representados pelos veículos de comunicação de grande circulação. Principalmente, no que diz respeito à produção de uma narrativa com diferentes significados, pensamentos e ações. Sabemos que a imprensa, muitas vezes, tem principal contribuição nos processos de estereotipização.

Fora dos contextos estereotipados, a população negra, salvo raras exceções, não existe na mídia. Se não estiver em situação carente, criminal ou marginalizada, o afrodescendente não tem voz ativa para dar depoimento, porque ele não é a principal escolha imagética nos noticiários – a preferência continua dominada pela pele clara. Numa sociedade esteticamente regida por um paradigma branco [...] a clareza ou a brancura da pele [...] persiste como marca simbólica de uma superioridade imaginária [...] (SODRÉ apud COSTA: 2012; 56)

As redações seriam um dos infernos³⁴ para os negros? Sem dúvida, principalmente pelo simples fato de que as redações são compostas majoritariamente por pessoas brancas que não reconhecem sua branquidão e seu privilégio. Não precisamos ir longe, basta ler alguns editoriais, colunas e artigos de opinião como o da Folha de S.Paulo sobre racismo reverso (que inclusive nos negamos a referenciar para não corroborar com a propagação de um escrito tão desonesto com as populações negras que têm suas lutas constantemente questionadas). É inegável que a estética das redações são um paradigma branco, segundo Sodré (2015) a branquidão é uma marca simbólica de superioridade. E nesse sentido novamente entram as relações raciais entre negros e brancos, isso permeia todas as demais relações, inclusive as profissionais nas redações. A pesquisadora Etiene Martins (2021, p. 254) explica essa situação de superioridade, “a sociedade civil demonstra uma preocupação com a extrapolação do preconceito velado para o âmbito do racismo aberto. O que de fato parece chocar a consciência pública é a quebra do pacto social implícito de invisibilização dos mecanismos discriminatórios”.

A supremacia branca das redações impõe uma prática que garante que esse ambiente siga sendo majoritariamente caucasiano, decorrendo assim de uma preferência por pessoas do mesmo grupo.

O ponto mais relevante nessa discussão sobre discriminação organizacional é a prevalência de atitudes preconceituosas com pessoas que são comprometidas com ideais igualitários. Tal fato tem consequências significativas quando ela pertence a grupos majoritários, indivíduos que controlam o acesso a posições de trabalho. (MARTINS, 2021, p. 254)

A discriminação organizacional vem de uma cultura de criar um perfil ideal de profissional, mas esse ideal é pensado por aqueles que detêm o poder. Segundo Martins (2021), esses perfis são apresentados de maneira genérica, e são frequentemente construídos a partir de características de grupos dominantes.

Tudo isso está ligado à ideologia, e serve para sustentar as práticas sociais que automaticamente as neutralizam, pois conforme afirma Almeida (2018, p. 51), “a ideologia é, antes de tudo, uma prática”. É praticamente impossível que jornais hegemônicos, com redações majoritariamente brancas, tenham a sensibilidade e a responsabilidade de tratar as questões raciais. Nesse mesmo movimento, as redações só deixarão de ser espaço hostil e de propagação do racismo, se elas abrirem espaços para as populações negras amplificarem suas vozes, não

³⁴ Usamos a palavra inferno por entender que os espaços onde o racismo opera é um dos lugares mais perversos e devastadores para corpos negros. Compreendemos que não são apenas as redações lugares onde os negros se encontram em um inferno, nos ambientes acadêmicos, nas escolas, ambientes corporativos e todos os espaços onde esses corpos não são apenas minoria mas também onde sofrem violências psicológicas e físicas constantemente.

apenas quando o branco comete racismo ou como forma de se “desculpar”, mas por meio de projetos ou vagas específicas.

A responsabilidade que o jornalismo tem com nós negros não pode ser mensurada apenas com a escrita desse capítulo e nos arriscamos a dizer que nem as futuras gerações verão esse processo acontecer, porque as editorias não se sentem parte responsáveis pelo genocídio dos negros no Brasil. O jornalismo responsabiliza outros poderes e instâncias, mas nunca o discurso que produzem, isso é uma estratégia de silenciamento e omissão por parte da branquitude.

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (BENTO, 2002, p.6).

As notícias só são o que elas são porque estão carregadas de ideologias, as ideologias dos donos dos meios de comunicação, dos editores e dos repórteres (brancos), da sociedade que as lê e não crítica. Moura (2019), traz a perspectiva de que a forma como jornalistas negros são vistos nas redações são um aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista. “A estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos de dominação, inclusive ideológicos, foram mantidos e aperfeiçoados” (MOURA, 2019, p. 46).

As notícias são o reflexo de uma sistemática de redações brancas que negam o racismo. É necessário que as redações repensem seus modelos, seus jornalistas, suas políticas e que se responsabilizem pelos discursos. Por isso, nos parece essencial analisar o discurso da mídia hegemônica em uma situação extrema de racismo, para podermos compreender e identificar como se sustentam as práticas sociais racistas, via discurso midiático.

5. O DISCURSO E O RACISMO

Lágrimas negras caem, saem
Dói
(GAL COSTA, Lágrimas Negras, 1974).

Dentro da construção das notícias da mídia o discurso é o fator chave. O estudo do discurso midiático tornou-se, de certa forma, relevante durante a década de 70, quando se percebeu que os estudos linguísticos não poderiam ser restritos. Hoje é difícil distinguir qual nicho disciplinar que o discurso se enquadra, visto que cada vez mais os avanços dentro dessa área se caracterizam como um campo interdisciplinar independente, no qual métodos e teorias puramente linguísticos ou gramaticais se misturam com os da etnografia microssociológica³⁵ e psicológica. Mas qual o papel do discurso? É necessário que se tenha ciência da importância e da força que ele exerce dentro da contrição social, ideológica, racial.

Os discursos enquanto narrativas, são produzidos e recebidos por falantes e ouvintes em situações específicas, dentro de um contexto sociocultural mais amplo. Assim, o processamento de discurso não se constitui em mero evento cognitivo. Assim torna-se necessário entender que

³⁵ Baseada em análises interpretativas ao invés de observações empíricas e/ou estatísticas é um dos principais ramos de estudos da sociologia, que possui como tema a natureza das interações sociais humanas cotidianas.

o discurso, e conseqüentemente, o processo de compreensão do discurso, sejam vistos dentro do contexto social. Pois é dessa maneira que as estruturas são colocadas, construídas e modificadas. Como as intenções estão envolvidas no discurso, precisamos perceber o movimento de não estar lidando apenas com um elemento linguístico, mas também com elementos frutos de algum tipo de ação social.

O discurso controla mentes e mentes controlam as ações é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar como eles fazem isso? Eventos comunicativos consistentes não somente de escrita e de fala verbais, mas também de contexto de influência do discurso, então o primeiro passo para o controle do discurso é controlar seus contextos. (VAN DIJK, 2018, p. 8).

O discurso não deve ser colocado como estático, principalmente por possuir estruturas diferentes, podendo ser analisado por meio da perspectiva linguística, pragmática, semiótica, retórica, internacional, etc. Além disso, o discurso está em vários tipos de gêneros como a conversação, as notícias jornalísticas, as poesias, os anúncios publicitários, entre outros. O que não podemos ignorar é que o discurso possui um papel fundamental na função da escrita e da fala da sociedade, e pode facilmente ser definido como um evento comunicativo. Nesse aspecto, temos o discurso como domínio social, seja ele na política, no jornalismo, na educação e na legislação. Essas e outras propriedades também dizem respeito às questões ligadas à situação social de todo e qualquer discurso, e, nesse sentido, entender como as coisas são ditas é importante para compreendermos a sociedade. Segundo Van Dijk (2012, p. 255, edição do Kindle) “assim sendo, ao contar uma estória, um falante se empenha em um ato social, em um ato de fala, um ato de afirmar algo ou prevenir o ouvinte com respeito a alguma coisa”.

Ao longo do capítulo, abordamos o conceito de discurso, o racismo na mídia e o racismo no discurso. Para o desenvolvimento desses assuntos que são peças-chave para a monografia recorreremos a teóricos como Teun Van Dijk (2000, 2013, 2005, 2008, 2018, Foucault (2013), Egidio (2016), Carone e Bento (2002), Diogo e Ramos (2008), Muniz Sodré (1999 e 2015) e Almeida, Carvalho e Rodrigues (2018).

5.1 O discurso: as faces do poder e da ideologia

Não foi sempre dito que preto não tem vez?
Então olha o castelo e não
Foi você quem fez, cuzão
(RACIONAIS, Negro Drama, 2002).

Além de entender o discurso como reprodução social, também precisamos compreendê-lo como reprodução do poder. Mas quem controla o poder? Tradicionalmente, o controle está ligado a ações do outro, mas se esse instrumento está ligado no interesse daquele que detém

poder e automaticamente contra outro indivíduo que é o controlado, podemos dizer que o poder é controlado por aquele que possui mais direitos, acessos, entre outros mecanismos garantidos. Então, a reprodução do poder no discurso se revela no controle do outro e também do discurso do outro. Nesse aspecto de poder e controle podemos pensar principalmente em quem tem acesso à produção do discurso, que age como possível controlador. Segundo Van Dijk (2019, p. 18), “o controle se aplica não só ao discurso, como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes ideológicas, como também outras representações pessoais e sociais”.

O autor ainda alerta que é necessário examinar em detalhes as maneiras como acesso ao discurso está sendo regulado por aqueles que estão no poder, como eticamente o caso de uma das formas mais influentes de discurso público, qual seja, o da mídia de massa. Nesse movimento, algumas perguntas devem ser colocadas como direcionamento central.

Quem tem acesso à (produção da notícia) ou aos programas? Quem controla tal acesso? Quem é capaz de organizar entrevistas coletivas que serão assistidas por muitos jornalistas? Os releases de quem estão sendo lidos e usados? Quem está sendo entrevistado e citado? As ações de quem são definidas como notícias? Os artigos de opinião de quem o cartas ao leitor estão sendo publicados? Quem pode participar de um programa de televisão? E, de qual forma mais geral, a definição de quem acerca da situação social ou política é aceita e levada a sério? (VAN DIJK, 2018, p. 19).

O filósofo Michael Foucault (2013) entende o discurso como um conjunto de enunciados que integram as malhas do poder, perpassando todas as relações entre os sujeitos. Nesse caso, o discurso aparece envolto de saber e poder. Ainda nesse sentido, o autor acrescenta que a produção dos discursos está estreitamente ligada com o poder e o desejo. O discurso para Foucault (2013) traduz-se numa existência destinada a se apagar em um determinado momento que não cabe a nós decidirmos, refere-se a um fazer e cotidianamente, embrenhado de poderes e, ao mesmo tempo, perigos por vezes inimagináveis, pressupõe “lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras, cujo uso há muito tempo reduziu as asperidades” (FOUCAULT, 2013, p.8). Ainda segundo o filósofo, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 2013, p.10).

Em “A Ordem do Discurso” (2013), Foucault cita diversos mecanismos que controlam a produção de discursos na sociedade, segundo ele, “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2013, p.9).

A ideologia está estreitamente ligada à comunicação e, conseqüentemente, ao discurso. Mesmo com uma gama de variedades sobre o conceito de ideologia, vamos tomar esse termo em referência à “consciência” de um grupo ou classe que faz parte ou não de um sistema ideológico subordinado às práticas dos membros dos grupos. A ideologia e as práticas ideológicas são na maioria das vezes adquiridas, exercidas ou organizadas por meio de várias instituições, como estado, meios de comunicação, instituições educacionais e religiosas, bem como por meio de organizações informais como a família.

De forma reversa, os grupos ou classes dominantes tentam esconder a sua ideologia (e, portanto, seus interesses) e terão por meta fazer com que seja, em geral, aceita como um sistema de valores normas objetivos “geral” ou “natural”. Nesse caso, a reprodução ideológica incorpora a natureza da formação de consenso e poder derivado dela tomada de uma forma hegemônica³⁶. (VAN DIJK, 2000, p. 47 e 48).

Podemos assim dizer que as ideologias são constituintes de vários grupos e relações, sendo ela também uma reconstrução da realidade social que depende de interesses. Essa reconstrução não é estática, mas sim constituída de elementos flexíveis, que advém dos interesses de cada grupo ou classe e são suplementares às condições de reprodução ideológica. As elites simbólicas exercem poder, controlando o estilo do que entra ou não no discurso midiático e educacional, e reproduzindo assim ideologias.

Nos meios de comunicação jornalísticos, essa estratégia de controle do conhecimento exerce-se por meio da seleção restritiva de assuntos, e mais geralmente, por meio da reconstrução específica das realidades sociais e políticas. Esse processo é dirigido por um sistema de valores e de ideologias profissionais sobre as notícias e sobre o que deve ou não ser notícia, algo que os torna direcionar o foco e o interesse para vários participantes da elite. (VAN DIJK, 2000, p.50).

Compreendemos o discurso como formador de ideologia e de opinião. Essa compreensão nos parece necessária para mapear as novas e antigas facetas do racismo no discurso midiático. Além disso, com esse entendimento podemos refletir sobre mudanças efetivas, não para que o racismo possa começar a ser desestruturado, mas pelo menos para ser debatido de uma outra maneira e com todos aqueles que são afetados, sejam pelos privilégios que acarreta a alguns ou a falta deles.

Como perspectiva metodológica de análise da notícia veiculada por GZH adotamos a Análise Crítica do Discurso (ACD), sugerida por Van Dijk (2005). A ACD procura analisar a notícia através de uma relação entre discurso, poder e ideologia. Sendo uma perspectiva, em

³⁶ Tipo de dominação ideológica de uma classe social sobre outra, particularmente da burguesia sobre o proletariado, o que se manifesta, por exemplo, quando os interesses da alta burguesia de um país são identificados aos interesses de toda a sociedade do país ou quando a historiografia se concentra apenas em grupos ou indivíduos de elite.

que o analista assume de imediato a posição que ocupa no jogo discursivo, que, por sua vez, deve ser coincidente com os melhores interesses dos grupos sem poder.

Um tipo de investigação de análise do discurso que estuda, em primeiro lugar, o modo como o abuso de poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidas e como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político (VAN DIJK, 2005, p. 19).

Para fazer as análises, Van Dijk (2005) observa a notícia na seguinte posição estrutural: 1) tópicos; 2) argumentos; 3) significados globais e locais; 4) descrições das pessoas; 5) citações e unidades lexicais. Onde sempre estará em centralidade a percepção das coisas boas do “Eu”, “enquanto as coisas más são mitigadas, marginalizadas, ou ignoradas”. Vamos buscar perceber isso não como eu individual, mas sim como o conjunto da representação de um grupo. Já no plano oposto, Van Dijk (2005) alerta que é apresentado como as coisas más do “Outro” são realçadas, em contraste com uma mitigação, marginalização ou ignorância das coisas boas que o caracterizam. Segundo o autor, este é o princípio básico para analisar criticamente o discurso, que pode ser aplicado a qualquer tipo de discurso noticioso.

Ainda de acordo com Van Dijk (2018, p.114), a investigação crítica do discurso precisa cumprir uma série de requisitos para poder efetivamente concretizar seus objetivos:

- Como ocorre com outras tradições de pesquisa mais marginais, a investigação em ACD deve ser "melhor" que qualquer outra investigação para ser aceita;
- A ACD concentra-se principalmente nos problemas sociais e nas questões políticas, no lugar de paradigmas correntes e modismos;
- A análise crítica de problemas sociais, empiricamente adequada, é normalmente multidisciplinar;
- Em vez de meramente descrever estruturas do discurso, a ACD procura explicá-las em termos de propriedade da interação social e especialmente da estrutura social;
- A ACD enfoca, mais especificamente, os modos como as estruturas do discurso produzem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de poder e de dominação na sociedade.

A Análise Crítica de Discurso apresenta noções como: poder, dominação, hegemonia, ideologia, classe, gênero, raça, discriminação, interesse, reprodução, instituições, estrutura social e ordem social, além das noções analíticas do discurso. Para os analistas críticos do discurso é fundamental a consciência explícita do seu papel na sociedade. Na maioria dos trabalhos críticos sobre o discurso, a noção central colocada é a de poder, mais especificamente de poder social de grupos ou instituições.

Para a nossa análise das relações entre discurso e poder, pontuamos dois aspectos: em primeiro lugar, o que se refere ao acesso às formas específicas do discurso - por exemplo, da política, da mídia ou da ciência e em segundo lugar, tal como sugerido anteriormente, a ação que é controlada através de nossas mentes. Segundo Van Dijk (2008), somos capazes de

influenciar as mentes das pessoas por meio de seus conhecimentos ou suas opiniões, pois podemos indiretamente controlar algumas de suas ações, a partir da persuasão e da manipulação.

Os grupos que propagam o discurso mais influente também possuem mais chances de influenciar as mentes e as ações de outros. Nessa dinâmica, no jogo de poder que os jornais estão inseridos, existe a exigência da rapidez na difusão da informação. Nos jornais diários, as pautas quentes e o imediatismo não possibilitam, muitas vezes, uma análise profunda do repórter antes da publicação, devido às exigências do mercado, onde existe uma concorrência entre os jornais, para difundir a informação em primeira mão.

5.2. A negação do racismo no discurso da mídia brasileira

Somos a tribo perdida, trazida de longe
Somos filhos da lama, Brasil que a mídia esconde
Nos entopem de pólvora, coca, esgoto a céu aberto
E quilombos de madeirite e concreto
O futuro chegou e ainda usamos corrente
(ADL, Favela Vive 2, 2016).

Dentro do que permeia a análise de discurso o recorte racial deveria sempre ser colocado em plano de debate, principalmente, pelo fato de que o discurso é uma das principais formas da reprodução do racismo, e como consequência do genocídio de pessoas negras. Um ponto que precisa ser frisado é sobre a quantidade limitada de estudos que se debruçam sobre o discurso com recorte racial, e a falta desses estudos talvez seja a reafirmação da negação do racismo. Segundo Egidio (2016, p.16), “a mídia pode criar, promover e veicular discursos que estabelecem relações de poder, persuasão e manipulação e, com isso, vir a exercer importante influência na sociedade, inclusive na manutenção e reprodução do racismo”.

Existem muitas estratégias de negação discursiva do racismo e, durante o desenvolvimento deste capítulo, os mesmos serão apresentados e verificados durante as análises das reportagens. Nesse sentido, precisamos compreender o racismo não apenas como uma ideologia, mas como o sistema de dominação, como já destacado antes. Logo, se o racismo é uma prática de dominação e o discurso também, eles estariam estreitamente ligados? Sim, ambos estão conectados, o discurso é o principal meio que as elites simbólicas dispõem para exercer a dominação. A elite simbólica, constituída por políticos, jornalistas, professores e todos aqueles profissionais, detém poder simbólico suficiente para controlar o discurso público nas mais diversas dimensões semióticas. Ainda, segundo Van Dijk (2008), a propagação de ideologias, o controle da mente e a formação da opinião são adquiridos a partir da

sociocognição, que tem grande influência na formação de opiniões, cultura e forma de pensar na atualidade, moldando o leitor a partir da visão de quem controla o discurso público.

A partir disso podemos afirmar que o discurso reforça o racismo. O racismo é representado em dois sistemas inter-relacionados: o das práticas sociais (discriminação, marginalização, exclusão ou problematização) e o sistema das práticas cognitivas diárias (crenças, atitudes e ideologias preconceituosas e estereotipadas), que, por sua vez, legitimam o primeiro sistema (VAN DIJK, 2012). De acordo com o autor, o racismo dentro do discurso produzido pelos jornais é eficaz em marginalizar e excluir minorias.

Eles podem doer ainda mais, especialmente quando parecem ser tão normais, tão natural e tão sensato para aqueles que engajam-se em tal discurso e interação. Eles são uma forma de hegemonia, com base em ideologias e atitudes aparentemente legítimas, e frequentemente aceito tacitamente pela maioria dos membros do grupo de maioria dominante. Este controle único da maioria sobre as formas predominantes de discurso público, políticas e conduta social tornam a resistência das minorias (ou branca). (VAN DIJK, 2000, pág 2).

O discurso é importante para as construções jornalísticas, o não dito também fere e silencia o direito das pessoas, as mortes e o entendimento da sociedade sobre questões acerca da raça, minimizando as dores, a honra e o racismo que atingem não apenas os não brancos. O autor Foucault, traz nesse sentido a episteme de uma época, que nada mais é do que aquilo que não pode ser dito em determinada época ou lugar. A prática de negar a ocorrência do racismo por meio do discurso, muitas vezes, se apresenta de forma sutil, como, por exemplo, o uso de eufemismos ou termos mais amplos, em lugar da palavra “racismo”. Segundo Egidio (2016, p. 16), “em outras ocasiões, para a construção da negação, o discurso é preparado de maneira que apresente positivamente o ator social que o constrói, configurando, assim, uma espécie de proteção contra a acusação de racismo”.

Para esse ponto é importante analisar como as pessoas negras costumam ser colocadas em um espaço de não pertencimento e não humanização por pessoas brancas e pelos meios de comunicação. A produção de um discurso que não dá o nome às coisas, que não mostra dados para além dos que já são esperados, impacta não somente aqueles que são vítimas delas, mas toda a comunidade. É necessário um estudo sobre como tudo isso faz parte da narrativa da branquitude para se manter onde está e como isso segue fazendo pessoas negras estarem nas mazelas da sociedade e serem estereotipadas.

As elites políticas, midiáticas, acadêmicas, corporativas e outras desempenham um papel importante na reprodução do racismo. São elas que possuem ou controlam o acesso a vários tipos de discurso público tem um maior interesse em perpetuar o domínio do grupo branco e geralmente também são mais eficientes em formular de forma convincente suas opiniões étnicas. (VAN DIJK, 2018, p.156)

Precisamos entender que essas percepções dão espaço para a manutenção dos preconceitos e para que o racismo seja, socialmente, compartilhado e assimilado. Esse movimento pode ser observado quando olhamos para o discurso das mídias, um discurso ainda construído e disseminado pelas elites. A análise do discurso midiático a partir de um olhar focado nas questões raciais é sustentado por autores como Almeida; Carvalho e Rodrigues (2018) que apontam três justificativas:

a) a natureza do racismo nas sociedades ocidentais atuais, nas quais existe igualdade legal, mas persiste a discriminação social enraizada; b) o alcance da grande mídia e seu papel fundamental na reprodução do racismo, sua condição de espaço de disputa de poder, e, frequentemente, a inexistência de fontes alternativas de informação acessíveis à maior parte da população; c) a existência de expressões mais ou menos sutis de racismo e de estratégias de construção positiva do próprio grupo, o que exige uma análise atenta dos mecanismos linguísticos utilizados. (ALMEIDA; CARVALHO; RODRIGUES; 2018, p.3).

A mídia, e em especial os jornais, são meios de comunicação que possuem o dever com a veracidade dos fatos. No entanto, raramente nos é destacado que, para além do compromisso com a verdade, o jornalismo é também responsável pela construção do entendimento do outro sobre o mundo e sobre a representação dos indivíduos. A mídia sempre fez o papel de reforçar estereótipos, neste caso da construção imagética do negro na sociedade. Segundo Silva (2008, p.05), “a mídia, de maneira geral, usa estereótipos para tratar os temas relacionados às minorias no Brasil. Negros, movimentos sociais, mulheres e homossexuais são frequentemente vítimas de textos jornalísticos preconceituosos”.

Para Van Dijk (2018) não é qualquer concepção que é transmitida, mas a das elites simbólicas ou elites dominantes: os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, crenças, atitudes, normas, das ideologias e dos valores públicos. Essas formas são consideradas pelo autor como o “novo racismo”, sutis e simbólicas, são expressas, legitimadas e confirmadas por textos e conversas, incluindo programas de TV e notícias.

O papel da imprensa no sistema de racismo não se limita às reportagens ou editoriais, mas já começa com as rotinas diárias da produção de notícias. [...] As opiniões deles são menos perguntado ou considerado menos confiável ou interessante, também porque a maioria dos jornalistas (e praticamente todos os editores) são brancos (VAN DIJK, 2000, p. 37, tradução nossa)³⁷.

É evidente que os jornais constroem alguns estereótipos para a representação dos negros, e esse movimento é mantido desde o século XIX. Se pararmos para refletir, de modo geral, as pessoas negras têm sido representadas principalmente nas editoriais policiais, associadas à criminalidade; de esporte, especialmente no futebol e no atletismo; de cultura,

³⁷ The role of the press in the system of racism is not limited to news reports or editorials, but already begins with the daily routines of newsmaking [...] Their opinions are less asked or found less credible or newsworthy, also because most journalists (and virtually all editors) are white.

normalmente como cantores e/ou músicos. Conceição (1998), coloca um ponto de atenção para essas estereotipizações e para o fato desses corpos estarem nas páginas policiais, sejam como vítimas ou como aqueles que cometeram algum crime. Embora, por motivos variados, o jornalista que redige a notícia, muitas vezes, não faz menção à etnia, a foto se constitui num fator absoluto para a inferência da cor do indivíduo pelo leitor do jornal. Essa avalanche de imagens de pessoas negras e em sua maioria homens, relacionadas à criminalidade acaba por ditar uma associação da imagem das pessoas negras à imagem do crime. Segundo o autor, os jornais brasileiros não se declaram abertamente racistas, sejam por questões mercadológicas, como de legislação, que criminaliza a discriminação racial no Brasil. Para Conceição (1998), é evidente a forma de representação do negro nos jornais: ou ele é excluído ou, quando aparece, é retratado de forma a reproduzir e reforçar os estereótipos a ele atribuídos. As afirmações e representações constantes que os meios de comunicação propagam sobre racismo e raça é, conseqüentemente, a forma como a sociedade enxerga e irá continuar enxergando e reproduzindo. É importante compreender que sim a mídia, e nessa monografia o jornalismo possui grande responsabilidade na propagação do racismo e na discriminação racial. As dinâmicas de exclusão, invisibilização e silenciamento são complexas, híbridas e sutis, que algumas vezes não são tão sutis assim, ainda que sejam decididamente racistas.

Os meios de comunicação são um caso-modelo de reprodução das nossas relações raciais. Tanto quanto na sociedade, ou até mais intensamente, prevalecem nos meios de comunicação – ainda que combinados a outros mecanismos – os dispositivos da denegação, do recalque, do silêncio e da invisibilidade. O racismo não se reproduz na mídia (nem, via de regra, em outros âmbitos da sociedade brasileira) através da afirmação aberta da inferioridade e superioridade, através da marca da racialização, ou de mecanismos explícitos de segregação. O racismo tampouco se exerce por normas e regulamentos diferentes no tratamento de brancos e negros e no tratamento de problemas que afetam a população afrodescendente. (RAMOS, 2007, p. 8).

Quando falamos de estereotipização, precisamos nos atentar que ocorre de maneira diferente sobre corpos negros, e quando dizemos isso não quer dizer que elas não sejam agressivas para o homem negro e à mulher negra, mas que são aplicadas de maneiras distintas. O homem negro sempre é retratado em um lugar de violência, prisões, tráfico, assuntos relacionados à segurança pública, entre outras relações diretas com a morte. Esse movimento pode ser visto em reportagens relacionadas às favelas. Recordemos as coberturas da implementação das UPPs no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, em 2012³⁸ ou da chacina do Jacarezinho em 2020³⁹.

³⁸ <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/03/bope-inicia-ocupacao-no-alemao-para-instalacao-de-upp-na-comunidade.html>

³⁹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/14/jacarezinho-saiba-quem-sao-onde-morreram-e-o-que-dizem-familias-e-policia-sobre-os-27-mortos.ghtml>

Mas os jornais, ao enfatizarem quase exclusivamente os conflitos armados e as ocorrências policiais na cobertura dos espaços populares, valorizam as soluções bélicas para o problema da segurança. Muitas reportagens discutem implícita ou explicitamente soluções para isolar e neutralizar as favelas e não para integrá-las de forma mais harmônica às grandes cidades. (PAIVA; RAMOS, 2007, 48).

Mas por que o discurso é construído de maneira racista, e como isso tem influência direta no jornalismo? Para isso, precisamos refletir sobre como o racismo opera na imprensa. Primeiramente, a mídia faz parte da sociedade e a reproduz discursivamente, não havendo um distanciamento, visto que uma reflete na outra. Mesmo que haja repórteres como Miriam Leitão, que diga que esse movimento de afirmar que o racismo que a imprensa apresenta não é algo consciente e até mesmo que as reuniões de pauta não tenham o poder de resolver as questões raciais. Como a própria jornalista ressalta, “não, não é consciente, não há uma reunião em que se fale assim “nós, os brancos, decidimos que esse assunto não tem espaço. Não é exatamente assim” (SILVA, 2007, p.42). Essa narrativa mostra um distanciamento do jornalista branco na produção de reportagens e automaticamente do seu discurso.

Retomamos aqui a abordagem feita no subcapítulo 1.2, quando destacamos as estratégias da branquitude que utilizam a negação e o não reconhecimento de seus privilégios como estratégia para se ausentar das responsabilidades que têm frente ao racismo. Segundo Bento (2002, p.18), “os estudos silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios”. Van Dijk (2008) destaca três pontos referentes ao discurso midiático sobre o negro:

a) A sub-representação do negro nos diversos meios é tônica; b) O silenciamento das mídias sobre as desigualdades raciais é constante. O silêncio exerce um duplo papel: o de negar os processos de discriminação racial, buscando ocultar a racialização das relações sociais, ao mesmo tempo em que propõe uma homogeneidade cultural ao “brasileiro”; c) O branco é tratado, nos diversos meios discursivos, como representante natural da espécie. As características do branco são tidas como a norma de humanidade. (VAN DIJK, 2008, p. 82, edição do Kindle).

O racismo se encaixa de uma forma sutil na imprensa, de uma maneira que aqueles que não vivenciam os debates raciais não reconhecem as armadilhas da neutralização e negação de uma das mais potentes armas. Já para Silva e Rosemberg (2008), a mídia brasileira possui um discurso que não retrata os problemas de relações raciais existentes no país de maneira enfática.

Em suma, quando o poder sobre a forma mais influente de discurso público, que é, o discurso da mídia, é combinado com a falta de fontes alternativas, quando há um quase consenso, e os oponentes e grupos dissidentes são fracos, então a mídia é capaz de abusar desse poder e estabelecer o discurso discursivo e hegemonia cognitiva necessária para a reprodução do novo racismo. (VAN DIJK, 2000, p.5, tradução nossa).⁴⁰

⁴⁰ In sum, when power over the most influential form of public discourse, that is, media discourse, is combined with a lack of alternative sources, when there is a near consensus, and opponents and dissident groups are weak,

É possível observar um movimento comum daqueles que possuem comportamentos racistas e não os reconhecem, em uma tentativa de negação. Esse movimento também é percebido na imprensa. Segundo Van Dijk (1961), no racismo em vigor na imprensa e em outros âmbitos da sociedade predominam estratégias de limitação. “Ele pode veicular interesses conflitantes, representar grupos legítimos de oposição ou ainda algumas vezes falar pelas pessoas” (Van Dijk, 1991, p.41).

Para além desse aspecto, precisamos destacar a questão do acesso aos meios de massa. Van Dijk (1996), identifica as questões de disputa por espaço de manifestação do poder, uma vez que as elites possuem maior privilégio ao acesso e ao mundo midiático, como fonte de informação e como possibilidade de ter suas opiniões divulgadas. Ainda nessa linha, o autor ressalta que a dominação étnica-racial e o racismo são também reproduzidos mediante padrões diferenciados de acesso no discurso.

O discurso da imprensa é, portanto, uma construção da realidade (TRAQUINA, 1993), construção essa que visa a atender determinados propósitos. Nesse sentido, entendemos como um avanço o que os jornalistas negros e as mídias não hegemônicas fazem para que exista um discurso que retrate as questões raciais, denunciando. Mesmo que em passos curtos, existe esse movimento dentro de algumas redações, mas ainda assim não é o suficiente para o rompimento com o discurso racista.

Muniz Sodré (1999: 247) enfatiza que o movimento de uma mídia antirracista não deve ser esperada, principalmente no plano discursivo. As expectativas do autor dizem respeito às experiências locais, comunitárias “sem grandes investimentos financeiros e com um claro direcionamento político ideológico”. Para além disso, temos que levar em consideração o interesse mercadológico de jornais na produção de um discurso antirracista. O intuito de mostrarem-se politicamente corretos, visando ao incremento de vendas para públicos determinados, mas sem efetivamente abandonar o “discurso racial hegemônico” (CONCEIÇÃO, 2001, p. 27).

then the media are able to abuse such power and establish the discursive and cognitive hegemony that is necessary for the reproduction of the new racism.

6. “EU NÃO CONSIGO RESPIRAR”: O ASSASINATO DE JOÃO ALBERTO

Quem vai pagar a conta?
Quem vai contar os corpos?
Quem vai catar os cacos dos corações?
Quem vai apagar as recordações? (eh, eh)
Quem vai secar cada gota?
De suor e sangue
Cada gota de suor e sangue
De suor e sangue
Cabô
(LUEDJI LUNA, Cabô, 2017).

Neste capítulo realizamos a análise das reportagens escolhidas. Para isso vamos convocar conceitos já apresentados durante a construção desta monografia. As reportagens escolhidas referem-se ao caso do assassinato de João Alberto, um homem negro espancado até a morte, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Seleccionamos duas reportagens: uma é a primeira que o jornal digital GZH da Zero Hora publicou sobre o acontecimento, que traz o relato do fato de acordo com o enquadramento escolhido pelo jornal, e a segunda publicada pelo mesmo jornal prestes a completar uma semana do assassinato, que aborda os desdobramentos e repercussões. O jornal digital GZH faz parte do maior conglomerado de mídia do Rio Grande do Sul. É editado em Porto Alegre, conta com 11 cadernos, mais de 70 colunistas e equipes segmentadas.

6.1 “Milena, me ajuda”: Quem era João Alberto⁴¹

As políticas
Uterinas
De extermínio
Dum povo que não é
Reconhecido como civilização
(Luedji Luna, Iodo, 2017).

Quem era João Alberto Silveira Freitas? Homem negro, 40 anos, conhecido como Beto, era filho, pai, esposo, amigo, um alvo. Nascido e criado no bairro Humaitá, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Beto residia com sua esposa Milena Borges Alves, na Vila do IAPI.

⁴¹ O título deste capítulo é baseado na frase que João Alberto falou para sua esposa. A frase consta em uma das reportagens analisadas. O texto tem tom jornalístico e busca reconstruir os fatos da época e principalmente garantir a identidade e humanidade de João Alberto.

Torcedor do Esporte Clube São José, costumava acompanhar todos os jogos do clube da zona norte de Porto Alegre. João Alberto fez cursos de mecânica de máquinas pesadas e mecânica de automóveis e trabalhou em oficinas automotivas. Também trabalhou numa empresa terceirizada dos Correios. Ele perdeu parte dos movimentos de uma das mãos por conta de um acidente de trabalho no Aeroporto Salgado Filho em 2002 e, desde então, fazia bicos em serviços temporários. Freitas estava trabalhando com o pai como soldador numa empresa de solda de portão. Entre sonhos interrompidos, a família planejava comprar um veículo utilitário para transportar alimentos na Ceasa e aumentar a renda da família.

No final da tarde do dia 19 de novembro de 2020, quinta-feira, véspera do dia 20 de novembro data referente às celebrações da Consciência Negra, Beto foi espancado até a morte por dois seguranças brancos, sendo um deles funcionário temporário da Brigada Militar (BM) - órgão militar governamental responsável pela segurança pública no RS -, na porta de uma loja do supermercado Carrefour, no bairro Passo D'Areia, na zona norte de Porto Alegre. A vítima, que fazia compras com a esposa Milena Borges Alves, e, supostamente⁴², teria ameaçado agredir a funcionária do caixa, Adriana Alves Dutra, que chamou o segurança. A funcionária do Carrefour alegou que João teria feito um gesto que ela interpretou como uma tentativa de agressão. A testemunha ainda afirma que se sentiu ameaçada e chamou os seguranças que levaram o cliente para fora do estabelecimento.

O segurança, Magno Braz Borges, e o policial militar temporário, Giovane Gaspar da Silva, contratados pela empresa Vector - sendo que Silva não tinha autorização para trabalhar como segurança - teriam encaminhado João Alberto Silveira Freitas para fora do estabelecimento. Freitas tenta dar um golpe em um dos homens, a partir desse momento, os dois seguranças o derrubaram, e um deles deu vários socos na cabeça da vítima. Após quinze segundos sendo golpeado em pé, os seguranças o derrubaram no chão e continuaram a desferir-lhe socos e pontapés. Apesar da intervenção de várias testemunhas e da esposa da vítima, os dois seguranças permaneceram espancando João Alberto além de, em conjunto com a fiscal Adriana e outros funcionários do Carrefour, intimidarem as testemunhas, dificultarem as gravações do crime e impedirem o socorro. Conforme testemunhas, João Alberto pediu por ajuda e suplicou várias vezes que o deixassem respirar. Um entregador, que estava no local e filmou o homicídio, relatou que os assassinos tentaram apagar o vídeo e o ameaçaram. Além

⁴² O uso de uma palavra, que se dispõe a não fazer afirmação de que João ameaçou a funcionária, se dá pelo entendimento de que a ação ainda está tramitando. Dentro desta perspectiva, coloco a fala do depoimento da funcionária que afirmou aos investigadores que o gesto do cliente não foi ofensivo, mas que temeu "olhar agressivo" do homem. Colocando em dúvida quanto à afirmação anterior de que João havia feito um gesto em uma tentativa de agressão.

disso, os seguranças impediram que outras pessoas intervissem, mesmo com gritos de que estavam matando o homem.

Os seguranças então cessaram as agressões e pediram que alguém verificasse os sinais vitais da vítima. Uma testemunha checou os sinais vitais em João Alberto e constatou que estava morto. Adriana então ligou para a BM e só sete minutos após o fim das agressões pediu socorro ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Nesta ligação, a fiscal afirmou falsamente que a vítima teria brigado com outros clientes e que estaria "passando mal".

De acordo com a investigação da Polícia Civil, Adriana Dutra deu explicações falsas sobre o motivo da contenção da vítima, mentiu sobre ter sido agredida e comandou a ação de três funcionários para impedirem que outras pessoas ajudassem João Alberto. O funcionário do hipermercado Paulo Francisco da Silva puxou pelo braço a esposa de João, impedindo-a de ajudar o marido e intimidando as outras pessoas presentes para não filmarem a cena e não se aproximarem. Outros dois funcionários Rafael Rezende e Kleiton Silva Santos ajudaram na imobilização de João Alberto e o agrediram com chutes, sendo que o segundo também desferiu socos na vítima. Os seguranças foram presos preventivamente acusados por homicídio triplamente qualificado por motivo fútil, asfixia, e por utilizarem meios que impediram a defesa da vítima. No dia 24 de novembro, foi presa de maneira preventiva Adriana Alves.

O corpo de João Alberto foi enterrado em 21 de novembro, no Cemitério Municipal São João, na capital gaúcha. O seu caixão estava envolvido com a bandeira do Esporte Clube São José. Houve aplausos e pedidos de justiça. João Alberto foi morto por asfixia mecânica devido à imobilização continuada com apoio de peso sobre suas costas pelos seguranças, em semelhança ao assassinato de George Floyd⁴³ por um policial branco, em Minneapolis, nos Estados Unidos.

Em declarações públicas, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, pronunciou-se publicamente para assegurar que o homicídio de Freitas seria apurado com rigor. Nelson Marchezan Júnior, prefeito de Porto Alegre, prestou solidariedade à família de Freitas pela rede social Twitter. Também se manifestaram os candidatos ao segundo turno das eleições municipais de Porto Alegre, Manuela d'Ávila e Sebastião Melo. O presidente Jair Bolsonaro, por sua vez, não prestou condolências à família e, em reunião do G20⁴⁴, um dia após o assassinato, questionou a existência de racismo no Brasil, alegando que a miscigenação é a

⁴³ Homem, negro, norte-americano de 46 anos assassinado em 25 de maio de 2020, depois que Derek Chauvin, então policial de Minneapolis, ajoelhou-se no pescoço dele durante oito minutos e quarenta e seis segundos. Floyd disse repetidamente a Chauvin: "Por favor" e "Não consigo respirar", enquanto também agonizava.

⁴⁴ Organização que reúne ministros da Economia e presidentes dos Banco Centrais de 19 países e da União Europeia. Juntas, essas nações representam cerca de 80% de toda a economia global.

essência do povo brasileiro e “que há quem queira destruí-la e colocar em seu lugar o conflito, o ressentimento, o ódio e a divisão entre raças, sempre mascarados de luta por igualdade ou justiça social”⁴⁵. O vice-presidente Hamilton Mourão lamentou o despreparo dos agentes de segurança do supermercado, mas também defendeu a inexistência de racismo no Brasil.

No dia 24 de novembro, foi autorizada a criação de uma comissão externa da Câmara dos Deputados para acompanhar a investigação do assassinato de João Alberto. A comissão é coordenada pelo deputado Damião Feliciano, composta ainda por outros cinco deputados: Benedita da Silva, Bira do Pindaré, Silvia Cristina, Áurea Carolina e Orlando Silva. A Organização das Nações Unidas (ONU) manifestou, em comunicado, que o assassinato de Freitas é “um ato que evidencia as diversas dimensões do racismo e as desigualdades encontradas na estrutura social brasileira”⁴⁶. Uma porta-voz do Conselho de Direitos Humanos da organização pediu por uma investigação “rápida, completa, independente, imparcial e transparente”⁴⁷ e que deve “ser examinado se o preconceito racial desempenhou um papel”. Em nota, a Anistia Internacional⁴⁸ classificou o homicídio como inadmissível.

Em 11 de dezembro de 2020, a delegada Roberta Bertoldo, da Polícia Civil, indiciou os seguranças Giovane Gaspar da Silva, Magno Braz Borges e quatro funcionários do supermercado, Adriana Alves Dutra, Paulo Francisco da Silva, Kleiton Silva Santos e Rafael Rezende por homicídio triplamente qualificado (por motivo torpe, asfixia e recurso que impossibilitou a defesa da vítima). Embora o relatório da delegada citasse o racismo estrutural na análise da conjuntura do crime, nenhum dos indiciados foi acusado do crime de racismo. Além disso, a investigação concluiu que João Alberto não cometera ato criminal na noite de seu assassinato no Carrefour, ao contrário do que haviam dito os indiciados.

Os seis indiciados pela polícia foram denunciados pelo Ministério Público Estadual (MP-RS), em 17 de dezembro, por homicídio triplamente qualificado com dolo eventual (motivo torpe, meio cruel e recurso que dificultou a defesa da vítima). A denúncia foi aceita pela juíza Cristiane Busatto Zardo, da 2ª Vara do Júri de Porto Alegre, que considerou haver indícios suficientes de autoria na peça elaborada pelo MP-RS, e os seis acusados tornaram-se réus. A juíza responsável pelo caso determinou que o crime fosse reconstituído em fevereiro de

⁴⁵ <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/11/21/em-discurso-no-g20-bolsonaro-critica-protestos-contra-o-racismo-pelo-pais.ghtml>

⁴⁶ <https://noticiapreta.com.br/e-um-ato-que-evidencia-as-dimensoes-do-racismo-e-as-desigualdades-na-estrutura-brasileira-diz-onu-sobre-morte-de-joao-alberto/>

⁴⁷ <https://news.un.org/pt/story/2020/11/1733972>

⁴⁸ Organização não governamental que defende os direitos humanos com mais de 7 milhões de membros e apoiantes em todo o mundo. O objetivo da anistia é realizar pesquisas e gerar ações para prevenir e acabar com graves abusos contra os direitos humanos e exigir justiça para aqueles cujos direitos foram violados.

2021. Em abril, ela autorizou que o Instituto Geral de Perícias (IGP) procedesse à reprodução simulada dos fatos. Contudo, o IGP, à época, não estava realizando procedimentos que exigissem presença de muitas pessoas, alegadamente por causa da pandemia de Covid-19⁴⁹.

Até 28 julho de 2022, data de conclusão desse trabalho, Giovane da Silva e Magno Borges permaneciam presos preventivamente e Adriana Dutra cumpria prisão domiciliar, e o julgamento ainda não possui data, sendo que o último interrogatório ocorreu no dia 11 de junho de 2022⁵⁰. Os outros réus respondiam ao processo em liberdade. Silva foi expulso da BM em dezembro de 2020. Em junho de 2021 o Carrefour fechou um acordo de 120 milhões de reais, e está isento de qualquer ação judicial devido ao Termo de Ajustamento de Conduta.

6.2. Segunda morte de João Alberto: O discurso da ZH sobre espancamento

A conclusão da sociedade é a mesma
que, com frieza, não analisa, generaliza
e só critica, o quadro não se altera e você
ainda espera que o dia de amanhã será bem melhor
Você é manipulado, se finge de cego
Agir desse modo, acha que é o mais certo
Fica perdida a pergunta, de quem é a culpa
do poder, da mídia, minha ou sua ?
(Racionais Mc's, Beco sem saída, 1990)

Para compreender o discurso jornalístico acerca do caso, selecionamos duas reportagens de GZH, uma veiculada no dia da morte de João Alberto (dia 19 de novembro de 2020) e a outra prestes a completar uma semana depois (dia 25).

As notícias analisadas foram:

1. Homem é espancado e morto em supermercado da zona norte de Porto Alegre; dois são detidos.
2. João Alberto Freitas será homenageado com ato religioso na sexta, e Carrefour reduz horário das lojas

A partir dessa averiguação, observamos a construção do discurso no texto jornalístico, na manchete e no olho. A análise desses três elementos se dá por entender a importância deles

⁴⁹ É uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos.

⁵⁰ <https://www.osul.com.br/ultimos-interrogatorios-encerram-instrucao-do-processo-sobre-a-morte-de-homem-em-supermercado-em-porto-alegre/>

para a construção discursiva, principalmente, no que diz respeito à função testemunhal. As imagens e os vídeos que estão nas notícias são identificados mas não são analisados.

As duas reportagens foram escolhidas pela presença testemunhal, pelas datas de veiculação (todas notícias quentes, quando veiculadas) e pela ausência de um discurso racial. Para poder contemplar o maior número de discurso as notícias foram selecionadas com intuito de mostrar o relato do assassinato logo que ele foi consumado e após sete dias, quando diversas análises e debates sobre o caso já estavam sendo contruídos pela sociedade civil e pela equipe de investigação. Esses aspectos foram entendidos por nós que seriam pontos chaves para que pudéssemos explorar o discurso de uma maneira ampla. Além desses aspectos, o fato do caso não ter sido concluído pela justiça coloca todas as versões em análise.

Dentro dessa construção, inicialmente é necessário compreender o processo da construção da notícia, e quais são os critérios que levam os jornalistas a selecionarem os fatos que devem ou não ser noticiados. Além disso, também construímos a análise do discurso jornalístico como função testemunhal. A informação, que o jornalismo apresenta ao público leitor, apresenta-se como um dos espaços mais importantes a ser ocupado pelo discurso, no sentido de atingirem a dimensão pública dos debates e se constituírem como referente social, especialmente nos casos das questões relativas ao racismo.

Para a compreensão sobre o caso do assassinato de João Alberto, a Análise Crítica do Discurso (ACD) é a principal metodologia que adotamos e que nos ajuda a atingir os objetivos propostos. A ACD tem muitas vertentes, retórica, linguística textual, antropológica, filosófica, sociopsicológica, científica cognitiva, literária, sociolinguística, linguística aplicada e pragmática. Esta monografia é uma investigação analítica discursiva com foco no modo como o abuso do poder, a dominação e a desigualdade são representados através dos textos escritos dentro do contexto social e político.

A informação que o jornalismo oferece aos seus leitores se apresenta como um dos espaços mais importantes a ser ocupado pelo discurso, no sentido de atingirem a dimensão pública dos debates e se constituírem como referente social, especialmente nos casos das questões relativas ao racismo. Nesse sentido, o discurso é organizado por um esquema subjetivo, onde o contexto em que é empregado, compõe a superestrutura.

Normalmente em GZH, a forma de organizar o discurso em uma notícia de jornal é composta pela manchete, pela linha de apoio e, na sequência, o lead que revela a estrutura de pirâmide invertida, com os fatos mais recentes logo no início. Essa estrutura foi empregada na construção da notícia de GZH. Nessa estruturação, a vítima é identificada como sujeito negro somente no texto da matéria. Vale salientar que é no texto da notícia que é expressa a palavra

negro. Podemos analisar quando crimes são cometidos por pessoas negras a faceta do discurso se concebe de maneira diferente da mídia. O que contraria a afirmação de Van Dijk (2008, p. 36) que destaca que “muitas práticas de racismo cotidiano precisam ser explicadas discursivamente, tendo em vista o papel do discurso na reprodução dessas práticas”.

A partir desse entendimento, vamos nos limitar a dois autores dentro da análise de discurso: Gomes (2000), que aborda o aporte teórico sobre a construção discursiva e a função testemunhal dentro do fazer jornalístico, e Van Dijk (2000), que propõe a análise de discurso com recorte racial, sendo o principal teórico a tratar o tema dentro do campo metodológico. Ambos trabalham com a análise do discurso como uma instituição social, ditando as estruturas de poder, dominação e desigualdade dentro de uma sociedade. Esses elementos são produzidos através da linguagem, seja através do texto e/ou da fala.

Ainda nesse aspecto, entender a importância da Análise do Discurso Crítica para o estudo do racismo na mídia se dá por três razões conceituadas por Almeida, Carvalho, Rodrigues (2018):

a) a natureza do racismo nas sociedades ocidentais atuais, nas quais existe igualdade legal, mas persiste a discriminação social enraizada; b) o alcance da grande mídia e seu papel fundamental na reprodução do racismo, sua condição de espaço de disputa de poder, e, frequentemente, a inexistência de fontes alternativas de informação acessíveis à maior parte da população; e (c) a existência de expressões mais ou menos sutis de racismo e de estratégias de construção positiva do próprio grupo, o que exige uma análise atenta dos mecanismos linguísticos utilizados. (ALMEIDA, CARVALHO, RODRIGUES, 2018, p.3).

Começamos a análise pela manchete “Homem é espancado e morto em supermercado da zona norte de Porto Alegre; dois são detidos” (Figura 1), (GZH, 19 de novembro de 2020), neste fragmento da notícia é possível observar que a manchete não revela que o homem que foi espancado se tratava de uma pessoa negra. Dentro da construção jornalística é importante que se nomeie e se demarque situações e contextos específicos, pois conforme aponta Gomes (2000, 37), “o primeiro papel a salientar para demarcação que se introduz com a linguagem, com o corte simbólico, é justamente o de organização que se realiza a operação de discriminação que é o de dar nome às coisas”. Como análise do discurso jornalístico perpassado pelo racismo o não dizer que o homem é negro logo na manchete causa o apagamento da violência constantemente projetada nesses corpos. Pois, de acordo com Van Dijk (2008),

as manchetes sobre minorias⁵¹ étnicas são frequentemente restritas a eventos como problemas sociais, caracterização cultural, complicações e caracterizações negativas, ameaças, crimes e violência. Os pontos negativos do “nós” raramente recebem ênfase na formação de manchetes, especialmente quando se trata do “nosso” racismo, que é um grande tabu (VAN DIJK, 2008, p.35)

⁵¹ Segundo dados do IBGE de 2010, negros e pardos representam a maioria da população, cerca de 54%, nesse sentido não podem ser considerados a minoria no Brasil.

Figura 1. Manchete do jornal GZH, 19 de novembro de 2020

GZH SEGURANÇA

VIOÊNCIA

Homem é espancado e morto em supermercado da zona norte de Porto Alegre; dois são detidos

Caso aconteceu no Carrefour do bairro Passo D'Areia, e envolveu um segurança e um PM temporário

19/11/2020 - 23h27min
Atualizada em 20/11/2020 - 17h55min

Laura Becker
Jefferson Ageitos
Karine Dalla Valle

Homem é espancado e morto em supermercado da zon...

MAIS LIDAS

ENSINO NA PANDEMIA
Veja o que dizem entidades ligadas à educação sobre a retomada das aulas presenciais no RS

14º PAREDÃO
'BBB 21': enquetes indicam eliminação de participante com alto índice de rejeição

ENSINO SUPERIOR
Anos nito anos como

Fonte: Reprodução/ GZH. Acesso: 24/04/2021

Já na linha de apoio ou no olho, como chamamos no jornalismo, é apresentado o local, revelando o nome do estabelecimento e a identidade de um dos autores, enfatizando a sua função na sociedade civil. Nesse sentido, é importante analisarmos o porquê dessas informações, principalmente no que se refere à identidade e ao cargo que um dos envolvidos na morte de João Alberto exerce. O fato de um dos assassinos ser um policial militar temporário dá outras configurações ao caso, e aqui nos referimos exclusivamente ao papel que a polícia exerce sobre corpos negros. Para Foucault (1976) e Mbembe (2018), o direito à vida está em uma linha tênue onde o racismo pode se sobrepor. Segundo Mbembe (2018), “com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, esse velho direito soberano de matar” (apud FOUCAULT, 1976, p. 214 apud MBEMBE, 2018, p.18). Então o poder do estado e aqueles que o servem sentem o direito de decidir quem tem direito à vida ou não. Os dados de violência policial demonstram o aval que existe para essa política de genocídio que também foi aplicada no assassinato de Freitas.

Além disso, o jornal apresenta um vídeo de 2 minutos e 48 segundos com imagens da câmera de segurança e de arquivo pessoal de alguns espectadores que presenciaram o assassinato. Nas imagens é construída a narrativa temporal dos fatos, desde o início, momento

em que a vítima está no caixa, até a morte de João Alberto, que pedia ajuda a sua esposa enquanto era brutalmente espancado. E também duas fotografias são apresentadas, uma do momento do vídeo em que Freitas é espancado e outra da fachada do Carrefour, local que aconteceu o fato. Pensando no aspecto das imagens também como discurso e que compõem as estruturas não verbais, Van Dijk (2008) afirma que

cada elemento desses pode estar envolvido direta ou indiretamente em uma interação discriminatória contra os membros de um grupo minoritário em um discurso preconceito acerca deles por exemplo das seguintes maneiras (...) Estruturas não verbais: uma imagem racista, um gesto pensativo, uma manchete jornalística e um layout de página que enfatize sentidos negativos sobre eles. (VAN DIJK, 2008, p. 136).

Logo depois da manchete, do olho e do vídeo que são os primeiros elementos visuais da construção da reportagem é possível observar alguns pontos no texto da notícia que consideramos importantes quanto ao discurso e ao racismo. O primeiro é como João Alberto é descrito: “um homem negro, identificado como João Alberto Silveira Freitas, 40 anos, morreu após ter sido espancado na porta de uma loja do supermercado Carrefour, no bairro Passo D'Areia, na zona norte de Porto Alegre” (GZH, 19 de novembro de 2020). E logo depois é apresentada a identidade dos autores do assassinato, “um segurança da empresa terceirizada Vector e um PM temporário. Os dois homens, identificados como Magno Braz Borges e Giovane Gaspar da Silva, foram detidos e presos em flagrante por homicídio qualificado” (GZH, 19 de novembro de 2020). No âmbito de raça e discurso a representação da vítima e do criminoso é diferente e no contexto social, Freitas é homem e negro, isso garantiu a ele um tratamento. Já os outros dois homens não foram identificados como homens brancos, pois isso seria natural ou não estranho como se a raça branca fosse o primário. Aqui vale ressaltar que sim, é importante que a identidade de João Alberto seja posta em primeiro plano, mas fica a reflexão de por que os autores do crime não têm sua raça como identidade. Seria uma proteção dentro do pacto da branquitude? Segundo Sodré (2015),

a identidade implica necessariamente em relações que o sujeito é ao mesmo tempo consciência-de-si e de outro-além-de-si, não se esclarece, entretanto, todo alcance do raio de possibilidade da “relação”, que termina ficando restrita a, como consequência da hegemonia do subjetivismo abstrato na cultura ocidental, ao plano da representação psíquica do Outro. (SODRÉ, 2015, p. 296).

Ainda no que diz respeito às questões da branquitude, a ideia de invisibilidade e nesse sentido estamos nos referindo não em uma inexistência, mas sim no interesse de colocá-la no debate. Esse movimento pode se tornar muito perigoso, pois isso gera uma função de privilégio, principalmente, para aqueles brancos que não possuem uma racialização, assim não questionam vantagens raciais. Conforme as ideias de Schucman (2020, p. 62), “ao argumentar que não

significa que a identidade racial branca seja invisível, mas sim que ela é vista por uns e não por outros, e que, dependendo dos interesses, ela é anunciada ou tornada invisível”.

Em outro trecho da reportagem novamente a situação do espaço e tempo é denominada como função integrativa informante. Sendo construído através da seguinte frase “o fato ocorreu na noite desta quinta-feira (19)”, (GZH, 19 de novembro de 2020). Se retomarmos a manchete vamos perceber essa mesma função, no entanto ela vem com propósito de situar espaço, referindo a localização exata do mercado, com informação de bairro e cidade. De acordo com Gomes (2000),

a proposta jornalística, sendo a da maior precisão/ referencialidade possível, vai explorar constantemente a determinação geográfica e temporal. No caso desta última, a confirmação da atualidade da matéria influenciará a prevalência temporal de um jogo entre o “dia anterior” e o “hoje”. (GOMES, 2000, p. 27).

Na construção das fontes como testemunho do testemunho, foram apresentadas duas fontes oficiais entrevistadas, sendo elas representadas pela Brigada Militar de Porto Alegre e pelo delegado da Polícia Civil. Foram empregadas de forma secundária falas da funcionária do supermercado e da esposa do João Alberto, que prestaram depoimento ainda no dia do ocorrido. Dentro de um dos trechos da reportagem é apontado o uso das testemunhas que estavam no local e também da Brigada Militar que recebeu o chamado. “A BM, que atendeu a ocorrência inicialmente, afirma que a vítima passou a brigar com a dupla por não aceitar sair do local. Já testemunhas que estavam no supermercado dizem que o homem foi seguido e agredido na saída”, (GZH, 19 de novembro de 2020). A composição das falas testemunhais na notícia revela sinais de marcação que remetem ao real, por esse motivo a fala das duas testemunhas que estavam no local se torna de extrema importância na construção da reportagem.

Outro ponto que deve ser destacado é a retranscrição, intitulada “Discussão com a funcionária” (GZH, 19 de novembro de 2020), mesmo que não houvesse comprovação nenhuma de que teria tido uma discussão entre João Alberto e Adriana Alves Dutra, os jornalistas que redigiram a reportagem colocaram como um elemento da construção dessa narrativa, e aqui destaco que esse movimento foi feito exclusivamente pelo depoimento que Adriana fez ao delegado Leandro Bodoia, plantonista da Delegacia de Homicídios de Porto Alegre naquela noite: “A funcionária do Carrefour, que atua como fiscal de caixa, afirma que João teria feito um gesto que ela interpretou como uma tentativa de agressão. A mulher se sentiu ameaçada e chamou os seguranças, que levaram o cliente para fora do estabelecimento”, (GZH, 19 de novembro de 2020).

Em contrapartida, Milena, esposa de Freitas que também foi ouvida pela polícia na mesma noite afirmou que eles eram clientes conhecidos no estabelecimento e que o gesto teria

sido apenas uma brincadeira. “A esposa de João também foi ouvida pela polícia. A mulher disse que eles eram clientes habituais do supermercado e afirmou que o gesto do marido em direção à fiscal de caixa foi uma brincadeira. A esposa confirmou que ele fez um gesto, mas que seria uma brincadeira — disse Bodoia”, (GZH, 19 de novembro de 2020).

A retranca revela o discurso racista do veículo. O jornal afirma que houve discussão porque tomou a palavra da mulher branca (funcionária do mercado) como verdade, mesmo a mulher negra (esposa da vítima) tendo dito que tudo era brincadeira e que já eram conhecidos no estabelecimento. Precisamos pensar no poder do discurso da mulher branca como vítima, principalmente se o suposto agressor for um homem negro. Como afirma Fanon (2008), o homem negro não é um homem, uma vez que, no imaginário ocidental, antes de ser homem ele é negro. Para além da animalização, o homem negro também é alvo do Estado e dos seus aparatos de controle e “bem-estar” tais como os dispositivos de segurança (polícia).

O mito do homem negro agressivo e violador se perpetua desde o período colonial até os dias de hoje. As representações de instintivo e violento sempre foram associadas a esses corpos. Conforme Osório (2019, p. 7), “a produção do discurso hegemônico de representações negativas sobre a masculinidade negra tem como principal fundamento a sujeição e repetição do estereótipo resultante desde o período da escravidão e colonização”.

Estariam então os homens negros subjetivamente presos a esta armadilha num jogo de representações e estereótipos racialmente fomentados por discursos como o de GZH. O jornal reconhece o discurso do branco como principal, único e genuíno, ao ponto de trazer como retranca uma suposição baseada em um único testemunho de uma pessoa branca. Isso nada mais é do que a manutenção do lugar de poder que a branquitude possui.

Arquivos históricos revelam como até a década de 1950 homens negros linchados no sul dos Estados Unidos eram sempre submetidos a rituais de castração. O linchamento era uma forma muito poderosa de humilhação em uma sociedade governada por homens brancos. (KILOMBA, 2021, p. 139).

Na segunda retranca intitulada “Envolvimento do PM” são apresentados outros discursos de fontes que estavam no local observaram no momento do assassinato. A notícia aborda que “relatos iniciais dão conta de que ele estava trabalhando como segurança do Carrefour. No entanto, segundo Bodoia, testemunhas disseram que ele estava como cliente do supermercado e, ao presenciar a discussão entre a funcionária e o cliente, decidiu intervir” (GZH, 19 de novembro de 2020). Além desse elemento foi usado um trecho da nota que a Brigada Militar enfatiza que o PM temporário “não estava em serviço policial, uma vez que suas atribuições são restritas, conforme a legislação, à execução de serviços internos, atividades administrativas e videomonitoramento”, (GZH, 19 de novembro de 2020). O movimento de

trazer uma fonte oficial e que coloca um discurso onde a legislação é acionada é explicada por Van Dijk (1990), quando aborda que a notícia como construção social já vem com uma estrutura convencional do discurso jornalístico, que inclui uma série de regras e estratégias em sua composição.

GZH ouviu todas as instituições envolvidas, dando amplo espaço para o discurso da BM, do Carrefour e da empresa Vector. Esse espaço amplo não é aberto a outros agentes, como movimento negro. Segundo Gomes (2000, p. 95), isso ocorre “pela mesma razão que se nota a presença constante de sujeitos coletivos no jornalismo, por exemplo, a faculdade de medicina, a sociedade dos moradores de bairro, o conselheiro técnico de tal e tal entidade, etc”.

Figura 2. Nota do supermercado Carrefour, 19 de novembro de 2020.

O que diz o Carrefour

"O Carrefour informa que adotará as medidas cabíveis para responsabilizar os envolvidos neste ato criminoso. Também romperá o contrato com a empresa que responde pelos seguranças que cometeram a agressão. O funcionário que estava no comando da loja no momento do incidente será desligado. Em respeito à vítima, a loja será fechada. Entraremos em contato com a família do senhor João Alberto para dar o suporte necessário.

O Carrefour lamenta profundamente o caso. Ao tomar conhecimento deste inexplicável episódio, iniciamos uma rigorosa apuração interna e, imediatamente, tomamos as providências cabíveis para que os responsáveis sejam punidos legalmente.

Para nós, nenhum tipo de violência e intolerância é admissível, e não aceitamos que situações como estas aconteçam. Estamos profundamente consternados com tudo que aconteceu e acompanharemos os desdobramentos do caso, oferecendo todo suporte para as autoridades locais."

Fonte: Reprodução/ GZH. Acesso: 24/04/2021

Figura 3. Nota da Brigada Militar, 19 de novembro de 2020

O que diz a Brigada Militar

Imediatamente após ter sido acionada para atendimento de ocorrência em supermercado da Capital, a Brigada Militar foi ao local e prendeu todos os envolvidos, inclusive o PM temporário, cuja conduta fora do horário de trabalho será avaliada com todos os rigores da lei.

Cabe destacar ainda que o PM Temporário não estava em serviço policial, uma vez que suas atribuições são restritas, conforme a legislação, à execução de serviços internos, atividades administrativas e videomonitoramento, e, ainda, mediante convênio ou instrumento congêneres, guarda externa de estabelecimentos penais e de prédios públicos.

A Brigada Militar, como instituição dedicada à proteção e à segurança de toda a sociedade, reafirma seu compromisso com a defesa dos direitos e garantias fundamentais, e seu total repúdio a quaisquer atos de violência, discriminação e racismo, intoleráveis e incompatíveis com a doutrina, missão e valores que a Instituição pratica e exige de seus profissionais em tempo integral.

Fonte: Reprodução/ GZH. Acesso: 24/04/2021

Figura 4. Nota da empresa terceirizada Vector, 19 de novembro de 2020

O que a empresa Vector

“O Grupo Vector, através de seu advogado, vem a público informar que lamenta profundamente os fatos ocorridos na noite de 19/11/2020, se sensibiliza com os familiares da vítima e não tolera nenhum tipo de violência, especialmente as decorrentes de intolerância e discriminação.

Informa que todos seus colaboradores recebem treinamento adequado inerente as suas atividades, especialmente quanto à prática do respeito às diversidades, dignidade humana, garantias legais, liberdade de pensamento, ideologia política, bem como à diversidade racial e étnica.

A empresa já iniciou os procedimentos para apuração interna acerca dos fatos e tomará as medidas cabíveis, estando à disposição das autoridades e colaborando com as investigações para apuração da verdade.”

Fonte: Reprodução/ GZH. Acesso: 24/04/2021

Por outro lado, compreendemos que a veiculação dessa reportagem pode ser considerada um aparato de denúncia do acontecimento, visto que foi publicada poucas horas

depois do assassinato. Sendo lida como um agente de vigilância. Gomes (2000, p. 67) enfatiza essa questão destacando que “é a partir desse papel que o jornalismo é pensado como um quarto poder exercido paralelamente pela vizinhança sobre os três outros que continuam o Estado de Direito”.

A segunda reportagem analisada foi publicada por GZH seis dias após o espancamento de João Alberto, em 25 de novembro de 2020. Conforme na análise anterior iremos seguir o mesmo padrão, analisando manchete, olho e por fim trechos da reportagem. No primeiro contato com a notícia, a manchete “João Alberto Freitas será homenageado com ato religioso na sexta, e Carrefour reduz horário das lojas” (Figura 5) (GZH, 25 de novembro de 2020), é possível analisar um aspecto diferente da anterior, o nome de João Alberto está em destaque, mas ainda assim não é apontado que um homem negro foi espancado até a morte dentro de um mercado renomado. Porém, podemos considerar como um avanço no discurso do veículo, primeiro porque deixou de ser apenas um homem espancado e também não se tornou apenas um homem negro espancado. Seu nome o identifica e personaliza a vítima, que tinha uma vida, família e filhos. Ação discursiva que tem importância para a construção de um discurso que não resuma esses corpos em só mais um.

As manchetes na imprensa têm importantes funções textuais e cognitivas. Por isso, merecem atenção especial. Como todo leitor de jornal sabe, eles são a parte mais visível de uma reportagem: são breves, impressos 'em cima', em negrito grande e muitas vezes em várias colunas. Sua principal função é resumir as informações mais importantes do relatório. (VAN DIJK, 1991, p.65)

Figura 5. Manchete do jornal GZH, 25 de novembro de 2020

GZH SEGURANÇA

UMA SEMANA DA MORTE

João Alberto Freitas será homenageado com ato religioso na sexta, e Carrefour reduz horário das lojas

Homenagem acontecerá no viaduto da Igreja São Jorge, na Avenida Bento Gonçalves

25/11/2020 - 23h57min
Atualizada em 26/11/2020 - 07h26min

COMPARTILHE

BRUNA VIESSERI, CID MARTINS, VITOR ROSA E EDUARDO PINZON

Publicidade

Fonte: Reprodução/ GZH. Acesso: 24/04/2021

Na linha de apoio é apresentado o local, revelando o nome da igreja e endereço onde aconteceram as homenagens. O caso do assassinato de João Alberto foi acompanhado nacionalmente e internacionalmente, as pessoas queriam saber sobre o assunto e também algumas prestar homenagens, nesse sentido, os jornalistas utilizam a estrutura da pirâmide invertida, comum na prática jornalística cotidiana, para apresentar as principais informações sobre o acontecimento. Segundo Traquina (2005), os profissionais de imprensa compartilham as mesmas referências no que diz respeito à cultura profissional e, principalmente, à forma de selecionar e produzir as notícias, priorizando a objetividade do relato jornalístico.

Logo depois da manchete e do olho, a notícia é composta por uma fotografia do portão do supermercado Carrefour com um comunicado sobre o fechamento da unidade em questão em respeito ao luto. Assim como na análise anterior, não iremos nos deter na imagem, nem no comunicado e no seu significado dentro da análise de discurso.

O primeiro parágrafo da notícia “Um ato marcado para sexta-feira (27) irá homenagear João Alberto Silveira Freitas, 40 anos, que foi morto após ser espancado por dois seguranças dentro de um Carrefour, em Porto Alegre. Na quinta-feira (26), a morte completa uma semana”, (GZH, 25 de novembro de 2020) apresenta alguns pontos como tempo e identidade. Iremos nos deter a esses aspectos porque consideramos chaves ao desenrolar da narrativa jornalística construída. Dentro dessa perspectiva, a questão da temporalidade, onde o anúncio sobre um ato que irá acontecer um dia após a publicação da reportagem analisada vem justamente para frisar a presença de referência cronológica. Ainda nessa concepção é lembrado que o assassinato de João Alberto iria completar sete dias, podemos a partir disso considerar a relação entre o indicador de tempo e a presente persistência do discurso. Com relação a questão da identidade, voltamos a pontuar que a não identificação dos dois seguranças como pessoas brancas e também de João Alberto como um homem negro provoca o apagamento das identidades, da branquitude e do racismo estrutural que foi o principal ditador da morte de Freitas. Segundo Van Dijk (2010, p. 136), a “seleção de palavras que podem ser mais ou menos negativas sobre Eles ou positivas sobre Nós”. O não detalhamento, coloca a estrutura do discurso em um primeiro momento a impressão do modo como esse discurso pode ser um discurso racista.

Além do elemento tempo e identidade o local também é evidenciado, no trecho “A partir das 18h, um ato ecumênico ocorrerá no viaduto da Igreja São Jorge, na Avenida Bento Gonçalves. Depois, uma caminhada será realizada até o Carrefour. A ação foi idealizada por integrantes de entidades de religião de matriz africana, como homenagem a Beto, como era conhecido, no terreiro que frequentava”. Nesse parágrafo da notícia é expresso novamente a questão da temporalidade, seguido da localidade que aponta a questão da precisão e também do

realismo. Destacamos ainda a generalização do discurso quando se refere à religião de matriz africana, porque não a identifica, não reconhecendo a importância de revelar qual era a religião.

Aqui abro um parêntese para destacar que o Rio Grande do Sul, mesmo sendo o segundo estado mais branco do país, é o com maior número de terreiros do Brasil⁵², calcula-se que haja cerca de 65.000 terreiros⁵³. Segundo o estudo “Intolerância Religiosa e seus Reflexos nas Redes Sociais”⁵⁴, produzido pelo Eixo Benguela, coletivo de diversidade racial da Ogilvy Brasil, as religiões de matriz africana são um dos maiores alvos de ataques nas redes sociais. Além disso, na pesquisa é apontado que a intolerância está diretamente ligada com o racismo, os dados mostram ainda que no segundo semestre de 2020, 62% das pessoas que registraram boletim de ocorrência por intolerância religiosa são negras. Desse total, 37% são adeptos do candomblé e da umbanda. Ainda no âmbito dos dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH)⁵⁵, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), foram registradas 571 denúncias de violação à liberdade de crença⁵⁶, mais do que o dobro (243) das denúncias registradas em 2020. No topo da lista os casos contra o candomblé lideram, com 23% do total de denúncias, seguido pela umbanda, equivalente a 14% do total. É inevitável ligar o preconceito que cerca quem pratica o Candomblé, a Umbanda, entre outras religiões de matriz africana, com racismo religioso. Segundo Abdias,

o indicador final e sintomático do prestígio que as religiões afro brasileiras gozam na sociedade do país está na exigência que dura séculos, descerem os seus templos as únicas instituições religiosas no Brasil com registro obrigatório na polícia essa medida de caráter compulsório continua vigorando atualmente em todos os estados da República. (NASCIMENTO, 2016 p.126).

Nessa construção de narrativa é muito importante dentro do contexto racial e social a apresentação das religiões de matriz africana dentro da notícia, principalmente quando se vem de uma sucessão de negação sutil de racismos dentro da construção da reportagem. Conforme Van Dijk (2008, p.134) aborda, esses elementos do dito e não dito são primordiais e grandes delimitadores. “Como anteriormente sugerido, o discurso pode ser um influente tipo de prática discriminatória”.

Para a construção do testemunho, o jornalista traz fonte especializada em questões raciais e que possui reconhecimento por ser, não apenas um pesquisador do assunto, mas uma

⁵² <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioIntoleranciaViolenciaReligiosaBrasil.pdf>

⁵³ <http://www.sindjus.com.br/comunidade-tradicional-de-terreiro-batuque-do-rs-e-o-racismo-religioso/12607/>

⁵⁴ <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2022/01/21/estudo-alerta-sobre-intolerancia-religiosa-nas-redes-sociais.html>

⁵⁵ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh>

⁵⁶ <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/21/em-2021-foram-feitas-571-denuncias-de-violacao-a-liberdade-de-crenca-no-brasil> e <http://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf>

figura política do Estado. Matheus Gomes, vereador eleito em 2020, membro da bancada negra de Porto Alegre, alega que “estamos diante do crime racista mais brutal das últimas décadas em Porto Alegre. A punição às instituições, nesse momento, precisa ser exemplar”, (GZH, 25 de novembro de 2020). A necessidade do testemunho dentro das notícias coloca o discurso em uma esfera realista, recorrendo assim ao que mais promove o efeito da realidade. Conforme sinaliza Gomes (2000, p. 56), “é assim que todas as matérias jornalísticas estão sempre calçadas ora em citações, ora em entrevista; sempre salpicadas ora pela fotografia, ora pelas tabelas de porcentagem. Trata-se do recurso aos sinais de marcação de remetente ao real”.

Na retransmissão intitulada “Carrefour terá horário reduzido”, o jornal aborda as ações que o mercado realizou durante o dia que marcou uma semana da morte de Freitas. Para isso selecionamos os seguintes parágrafos: “Além disso, a rede anunciou que o resultado de vendas desta quinta e da sexta-feira se somará ao resultado de vendas do último dia 20 de novembro e será aportado no Fundo de Combate ao Racismo e Promoção da Diversidade criado pelo Carrefour, que já conta com R\$ 25 milhões”, (GZH, 25 de novembro de 2020). Um ponto primordial que nos chamou a atenção nesse trecho é que é a primeira vez em que a palavra racismo é usada na construção da notícia, e não é nem algo apontado pelos jornalistas, mas sim o nome de um fundo. Isso revela novamente a questão da negação, e do pacto com o não dito que entendemos como uma estratégia de gerenciamento da imagem não apenas do supermercado, mas também da sociedade brasileira e sulista.

Vemos que a negação do racismo é não só uma parte da estratégia de gerenciamento da imagem pessoal, institucional ou social e da auto defesa ideológica, mas também uma forma de gerenciamento sócio-político. A negação ajuda a controlar a resistência e, ao mesmo tempo, permite que os problemas políticos de uma sociedade étnica e racialmente pluralista sejam mais administráveis. Em suma, a negação é uma estratégia central de gerenciamento. (VAN DIJK, 2008, p.168).

Já o segundo trecho selecionado para análise é parte do comunicado do supermercado Carrefour, no qual a empresa afirma que sabe que o valor de 25 milhões não será o bastante para se redimir. “Sabemos que nada trará a vida de João Alberto de volta, mas não vamos medir esforços para que a transformação necessária aconteça. Queremos nos unir com todos aqueles que quiserem ajudar nessa luta. Isso é só o começo de mudança profunda e necessária. Continuaremos atualizando a sociedade sobre as próximas ações nas próximas duas semanas”. Vamos nos deter no que diz respeito às questões sociais e raciais, principalmente, pelo fato de que essa ideia de culpa e de que, apenas a partir de um assassinato brutal, as mudanças serão pautadas. A estratégia da branquitude de que tudo se resolve com desculpas e dinheiro quando o assunto é racismo mostra o quanto esses indivíduos podem ser perversos, e nos referimos aos indivíduos porque são eles que criam e gerenciam as instituições. Podemos pensar ainda em

como se desenrolaria o acontecimento se João Alberto fosse uma pessoa branca, certamente todo esse caso seria conduzido de maneira diferente, porque quem detém a soberania ainda é o branco. Segundo Mbembe (2018, p.41), “nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, e quem é descartável e quem não é”.

Em artigo publicado, no jornal Estado de Minas, com o título “Se isso não é passar pano para racista eu não sei o que é”, a pesquisadora Etiene Martins (2022) destaca que o acordo fechado entre as partes é feito na tentativa de reparação, com uma ação que não tem como reparar. “As imagens ganharam as redes sociais e foram amplamente divulgadas pelas mídias nacionais e internacionais. Quem é profissional da comunicação, assim como eu, sabe o quanto é negativo esse tipo de repercussão para as empresas”, (EM, 18 de abril de 2022).

É inegável que o acordo chocou muitas pessoas. Mesmo que em contrapartida se tenha uma ideia de que, houve um erro (o assassinato), mas que exista reparação (doação de verba, mais vagas para negros). “Ou seja, se o Carrefour foi responsável pela morte de uma pessoa tudo bem, ele gera lucro e está tudo ok”, acrescenta Martins (EM, 18 de abril de 2022).

Outro ponto a ressaltar no acordo é que a empresa branca acredita que se chamar negros que trabalham com causas raciais para compor um comitê sobre diversidade e inclusão irá resolver o ato de racismo e violência que cometeu. Vale ressaltar que esse comitê é composto majoritariamente por pessoas negras do eixo sudeste, mesmo que o assassinato tenha acontecido do Rio Grande do Sul.

A segunda retranca, intitulada “Três presos”, traz atualizações do caso, o nome dos três detidos e apresenta como cada um dos envolvidos vem se pronunciando no âmbito jurídico e também jornalístico. No seguinte parágrafo “Perto de completar uma semana da data do crime, três pessoas foram presas pela polícia, que segue investigando o caso e demais envolvidos. Os detidos são a fiscal do Carrefour Adriana Alves Dutra, e os dois seguranças que agrediram o homem, Giovane Gaspar e Magno Borges”, (GZH, 25 de novembro de 2020). Outra vez temos os nomes dos assassinos revelados, no entanto novamente não é dito que essas pessoas são brancas. Isso dentro de um discurso pode ser o divisor de águas, principalmente, para o reconhecimento do racismo dentro da sociedade brasileira. No segundo trecho analisado, percebemos um método constante dos não negros. “Além disso, afirmou que Adriana é diabética e possui pedras nos rins, incluindo laudos médicos. Para Karla, é inegável que a condição de saúde de sua cliente a coloca em risco”⁵⁷ (GZH, 25 de novembro de 2020).. O que

⁵⁷ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/11/defesa-pede-revogacao-da-prisao-de-fiscal-do-carrefour-por-homicidio-de-joao-alberto-ckhxulbbf002f014nxeve00a8.html>

é se não o privilégio do branco poder contestar seus possíveis riscos de saúde para não ser detido? A narrativa que é colocada sobre esses corpos como a fragilidade branca⁵⁸, de não poder assumir seus erros. Isso se torna ainda mais evidente quando falamos de mulheres brancas que sempre foram vistas como inocentes e benevolentes. A maneira como a advogada tentou conduzir o caso para sua cliente nada mais é do que usar dos seus privilégios, e podemos pensar nisso apenas revisitando os dados de que negros são a maior população carcerária e aqui não há doença ou risco que livre esses corpos da prisão. Segundo a autora DiAngelo (2018, p.16), que deu início ao termo fragilidade branca, “esse discurso de vitimização também permite que os brancos evitem a responsabilidade pelo poder e privilégio racial que exercem”. Para além disso todo o discurso pode colocar novamente o homem negro como agressivo e a mulher branca como eterna vítima das garras daquele que é uma ameaça. Esse discurso foi apresentado por Adriana em seu primeiro depoimento que foi analisado na primeira notícia. Esse é mais um mecanismo para que nossos homens sejam mortos.

O homem negro também tem sido representado – na verdade, hiper-representado – e produzido racialmente com o concurso agressivo dessas representações que funcionam, entre outras coisas, como estruturas de sustentação para práticas concretas de exclusão, marginalização e violência. Ora, é preciso desrepresentá-lo como um modo prático de desalienação e de reconstrução de possibilidades políticas e culturais. (PINHO, 2004, p.66)

Na terceira e última retranscrição, são apontadas as ações civis que começaram a ser desenvolvidas após o assassinato. “Nesta quarta, a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (DPE) ingressou com uma ação coletiva que pede indenização de R\$ 200 milhões por danos morais e coletivos pelo homicídio de João Alberto Silveira Freitas”, (GZH, 25 de novembro de 2020). Aqui podemos observar que o jornal traz a necessidade de apresentar o órgão público que vem debatendo sobre o caso e buscando uma reparação ao que aconteceu em uma resposta à sociedade. Outro aspecto que pode ser percebido novamente é a questão do retorno financeiro para “resolver” o assunto, estratégia usada também pelo Carrefour.

No último trecho analisado, identificamos outra vez o uso da instituição, mas para além disso um aspecto importante no discurso foi a utilização da palavra racismo pela segunda vez, como podemos observar: “A Defensoria pede a interdição da unidade do Passo D'Areia por cinco dias com o objetivo de diminuir os riscos de possíveis atos hostis em decorrência de manifestações no local. O órgão solicita também que o Carrefour crie em Porto Alegre, em 10

⁵⁸ Termo criado pela doutora em Educação Multicultural pela Universidade de Washington, Robin DiAngelo. Atualmente é pesquisadora independente e ministra cursos em Ensino Multicultural, Facilitação de Diálogo Intergruppal, Diversidade Cultural e Justiça Social e Educação Anti-Racista.

dias, um plano de combate ao racismo e tratamento discriminatório voltado a funcionários e a adoção de campanhas de conscientização em redes sociais e mídia em geral”, (GZH, 25 de novembro de 2020). A determinação de medidas paliativas para resolver algo estrutural é uma das principais causas de mortes de pessoas como João Alberto.

Nos dois textos, o discurso é semelhante pelo menos em três aspectos: 1) a vítima é representada por seu nome completo, retomada depois pelo nome próprio; 2) o acontecimento é localizado no espaço e no tempo, com data e local do espancamento e atos; e 3) são identificados os autores da morte, porém sem nenhum recorte racial. Os três modos de representação apontam para a construção de singularidade no caso de João Alberto.

A representação do outro em uma alternativa de negação de si pode ser uma das formas que o racismo habita na construção dos discursos jornalísticos. Isso coloca em alerta a necessidade de aplicar como mais insistência discursos étnicos.

- A maioria dos leitores brancos têm poucas experiências diárias com minorias;
- A maioria dos leitores brancos tem poucas fontes alternativas de informações sobre minorias;
- Atitudes negativas em relação às minorias são do interesse da maioria dos leitores brancos;
- Mais do que a maioria dos outros tópicos, as questões étnicas fornecem resultados positivos, mas polarizados de identificação para a maioria dos leitores brancos, em termos de Nós e Eles;
- A mídia enfatiza essa polarização de grupo, concentrando-se em vários
- Problemas e ameaças para nós, envolvendo ativamente a maioria dos leitores brancos;
- Os grupos minoritários não têm poder suficiente para se opor publicamente aos preconceituosos comunicando;
- O discurso dominante (mídia) sobre questões étnicas é virtualmente consensual;
- Em particular, há pouco debate sobre o novo racismo;
- Dissidentes anti-racistas têm pouco acesso à mídia. (VAN DIJK ,2000, p. 37, tradução nossa)⁵⁹.

O discurso jornalístico não coloca a questão étnica na centralidade. Segundo Van Dijk (2008, p. 74, edição do Kindle), “a mídia participa da sustentação e produção do racismo estrutural e simbólico da sociedade brasileira, uma vez que produz e veicula um discurso que naturaliza a superioridade branca, acata o mito da democracia racial e discrimina os negros”. Aparentemente, o tom inocente e de denúncia pode ser nocivo à sociedade, principalmente pela necessidade do debate sobre racismo e genocídio de homens negros, além de refletir a linha

⁵⁹ Most white readers have few daily experiences with minorities. Most white readers have few alternative sources for information about minorities. Negative attitudes about minorities are in the interest of most white readers. More than most other topics, ethnic issues provide positive but polarized identification for most white readers, in terms of Us and Them. The media emphasize such group polarization by focusing on various Problems and Threats for Us, thus actively involving most white readers. Minority groups do not have enough power to publicly oppose biased reporting. The dominant (media) discourse on ethnic issues is virtually consensual. In particular there is little debate on the new racism. Anti-racist dissidents have little access to the media.

editorial de GZH, que atua como elite simbólica na transmissão de suas mensagens e ideologias.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eles sabem nadar em um mar de cifrão
Pra nós ficar vivo já é ambição
Eles sabem nadar em um mar de cifrão
Pra nós ficar vivo já é ambição
Eles sabem nadar em um mar de cifrão
Enquanto nós se afoga nessa ilusão
De achar que o topo é fascinação
E pra você, o que é ter ambição?
(CRISTAL, *Ambição*, 2021)

Toda a construção desta monografia foi um processo doloroso e também de conhecimento sobre mim. Eu, enquanto estudante de Jornalismo, sempre senti o dever de dar retorno, não apenas para aqueles que sonharam comigo, sejam presentes em corpo físico, mas também para aqueles que hoje estão presentes apenas em energia, que me refiro como ancestrais. Este trabalho só foi possível porque pessoas vieram antes de mim, pessoas que lutaram para que negras e negros periféricos pudessem acessar à universidade. Esta monografia é um retorno, acima de tudo, para aquelas pessoas que por algum motivo não puderam estar em um espaço hostil e agressivo que é o ensino superior. Essas pessoas com suas individualidades, merecem um retorno como uma resposta aos investimentos, não apenas financeiros, mas também emocionais, psicológicos feitos.

Este Trabalho de Conclusão do Curso discutiu questões pertinentes sobre a nossa construção em sociedade na diáspora e pensar o sentido de identidade brasileira que foi construída sobre o viés da miscigenação, do racismo e do discurso de igualdade racial. Além da concepção de ser negro na comunicação. Deste modo, buscamos nos sular⁶⁰ por referenciais teóricos negros em sua maioria, para que o trabalho tivesse coerência epistemológica e também

⁶⁰ Redirecionar e contrapor o caráter ideológico do termo *nortear*, onde coloca o norte: acima, superior; sul: abaixo, inferior, dando visibilidade à ótica do sul como uma forma de contrariar a lógica eurocêntrica dominante a partir da qual o norte é apresentado como referência universal.

para evidenciar a produção negra presente no campo dos saberes. Produção que existe, mesmo que a lógica ocidental tente negar a contribuição africana no mundo.

Diante dessas questões, optamos pela Análise Crítica de Discurso como método para responder o nosso problema de pesquisa: “Como o discurso produzido pelo jornal digital GZH representou o assassinato de João Alberto?”. Nosso objetivo geral foi responder essa questão: compreender o discurso sobre o assassinato de João Alberto Freitas, tendo como foco as questões raciais, veiculado no portal de notícias GZH. Para atingirmos esse objetivo geral, precisamos alcançar objetivos mais específicos, como: a) refletir sobre raça, racismo, discriminação racial, branquitude, ideologia, discurso e análise crítica do discurso (ACD); b) analisar o discurso de duas notícias veiculadas nos dias 19 e 25 de novembro no jornal digital GZH a respeito do assassinato de João Alberto Freitas; e c) verificar se o discurso de um veículo hegemônico contribui para a manutenção do racismo estrutural na nossa sociedade. Para atender ao primeiro objetivo específico, convocamos autores de referência para refletirmos e entendermos conceitos que consideramos essenciais para a discussão que nos propomos a fazer sobre as questões raciais neste trabalho e para a análise das notícias. A realização do segundo objetivo específico foi essencial para que conseguíssemos alcançar o terceiro objetivo, quando verificamos que o discurso jornalístico pode servir como suporte para a manutenção de estereótipos racistas que contribuem sobremaneira para a perpetuação do racismo estrutural na nossa sociedade.

A partir da nossa análise, concluímos que nessas notícias os estereótipos negativos que são impostos aos negros pela branquitude é mantido e, por isso, reforçado. A negação da identidade dos assassinos, não revelando que são indivíduos brancos, ou até mesmo identificar o assassinato como um ato de racismo mostra o quanto o portal GZH corrobora para a propagação do racismo e também da falsa ideia de que o Brasil é um país cordial com corpos negros. Podemos perceber isso pelas manchetes que demonstraram implicação ideológica, principalmente de negação - e a negação é a preservação das elites simbólicas e do poder exercido pela branquitude.

Essa manutenção externa de certa maneira o “ódio”, que aqui compreendemos como o racismo e a discriminação racial contra aqueles que não são iguais a eles (os brancos). É inegável que exista todo um sistema que faz com que essas situações sigam operando, e a invisibilidade midiática que os meios de comunicação criam e reforçam, propaga a negação da história e da importância do negro na sociedade brasileira. Podemos perceber esses

apagamentos desde a educação escolar, por exemplo, como a não aplicação da lei 10.639⁶¹, instituída em 2003 alterando a Lei de Diretriz da Educação, tornando obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira na grade curricular do ensino fundamental e médio de forma plena. O negro é negado constantemente nas estruturas sociais institucionalizadas, seja na educação, na política, na comunicação. O movimento de negação e apagamento inferioriza corpos negros e desumaniza a nossa existência.

No assassinato de João Alberto, podemos perceber essa manutenção na própria questão do espancamento. Durante a escravidão os linchamentos, enforcamentos e castrações eram realizados para manter os homens negros afastados das mulheres brancas e também das disputas pelo poder. Hoje mesmo, com a falsa ideia de que negros e brancos convivam em harmonia, os mecanismos seguem iguais, mas agora legalizados, através das práticas de Estado, dos aparatos repressivos para a manutenção do poder. Atualmente, podemos dizer que os meios são mais sutis, pois seria insustentável a manutenção da hegemonia branca somente com a violência direta. É na manutenção dessa hegemonia que identificamos as contribuições do discurso jornalístico, que nesta análise, em momento algum, traz uma problematização ou questionamento sobre o assassinato, mas aborda com certa naturalidade o espancamento de brancos em um negro, que culminou na morte precoce de mais um corpo negro na sociedade brasileira. Nesse sentido, para responder nosso objetivo geral podemos afirmar que constatamos, por meio da análise, que, invisibilizando verdades e reforçando estereótipos raciais a respeito das vítimas em casos que envolvem pessoas brancas em sua execução, o discurso veiculado pelo portal de notícias do maior grupo de comunicação do Rio Grande do Sul, GZH, sobre o assassinato de João Alberto Freitas é um discurso racista.

Nossa análise também chama a atenção às representações construídas a partir da fala da testemunha, que expressa o pensamento sobre a masculinidade negra, identificando esses homens como seres ruins, agressivos, e que as mulheres têm que ser afastadas deles, bem como toda a sociedade. Isso faz com que essas pessoas, também se mantenham afastadas de vários âmbitos da sociedade, refletindo assim tanto na disputa pelo poder, como pelo direito básico de sobrevivência. E isso nada mais é do que o pacto para a construção de uma unidade hegemônica.

Podemos dizer que a morte de João Alberto Freitas foi legitimada e institucionalizada pelo Estado. Nas duas notícias analisadas, concluímos que o não questionamento, problematização e o não dito são formas de legitimar a morte e a ideia do “Eles” e “Nós”, onde os humanos são os outros, nunca os negros. A negação da identidade do negro e da sua

⁶¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

negritude, colocando o brasileiro como um indivíduo único é também uma política de extermínio. Um país que nega sua história e a história de um povo, tratando o seu passado como algo irrelevante ou que não aconteceu é uma nação que seguirá vivendo em atraso. A identidade brasileira foi pautada e segue sendo pautada com sangue preto.

A branquitude tem ciência de que a negação da humanidade só permanece pelo pacto de separação ou, como já referido nesta monografia, o pacto narcísico. Em uma ideia que segue perpetuando de que somos todos iguais e que merecemos os mesmos tratamentos, sem distinção de raça só mostra que os discursos continuam iguais, e que a mídia hegemônica segue não vendo corpos negros. Nos forcem a aceitar o padrão, o embranquecimento para ascensão. Fazer parte da identidade brasileira é muito caro para nós negros. Os números dos genocídios estão aí para não esquecermos o porquê dos negros não terem o mesmo valor social.

Nossos corpos, traços, tons de pele são compreendidos pelas instituições policiais como perfis de potenciais suspeitos. Como apontou Mbembe (2016), vivemos sob um estado de Necropolítica, onde o estado diz quem merece viver e quem merece virar estatística. Com os meios de comunicação isso não é diferente, bastou essa análise de duas notícias para constatarmos a naturalização e o reforço de discursos discriminatórios.

É constrangedor para nós jornalistas, que nessas duas notícias, não tenha sido abordado e nem associado ao problema social do racismo. O racismo é o crime perfeito na sociedade, onde o racista também é o perito. Onde o racista também fala sobre valores e juízos. O discurso construído por GZH para tratar do assassinato do João Alberto tem grande responsabilidade na manutenção desse problema, que ainda é visto como normal na nossa sociedade.

A partir da análise das duas notícias sobre o assassinato de João Alberto Freitas, encontramos quatro particularidades que merecem nossas considerações: a) o silenciamento sobre raça e racismo, onde esse silêncio exerce um duplo papel: o de negar os processos de racismo no assassinato de Freitas, buscando ocultar a racialização das relações sociais, e a ideia de colocar uma falsa harmonia entre brancos e negros, apresentado neste trabalho como o mito da democracia racial; b) o branco sendo tratado, como representante natural da espécie, por isso a não ênfase de que os três executores de João Alberto eram brancos; c) a forma estereotipada que GZH se refere a Freitas, como um homem negro e agressivo - essa tese é sustentada pelo testemunho de uma mulher branca, que historicamente vê e coloca o homem negro como uma ameaça -, a particularidade desse corpo ser associado com a criminalidade, o que demonstra mais uma forma da sub-representação; d) o não questionamento sobre o assassinato ter sido feito não apenas por uma empresa terceirizada, mas também por um agente do Estado.

Por fim, acredito que seja importante a continuidade desses estudos no jornalismo, porque essas discussões têm relevância para a sociedade e requerem a ampliação do debate sobre o papel que os meios de comunicação, em especial os jornalísticos têm na formação dos discursos sociais e ideológicos. O discurso tem poder, seja poder social ou monetário, seja influenciando para propor rupturas ou para manter as manutenções de poder. Para isso, precisamos pensar em uma vigilância e reeducação midiática, mesmo que esse movimento já venha ocorrendo com a inserção de jornalistas negros e negras, pelas demandas dos leitores. Porém essa movimentação precisa cada vez mais ganhar esforços e, não sejamos ingênuos, isso não partirá da branquitude, teremos que ir cada mais à luta para conquistar nossos espaços. Temos que vigiar e questionar os meios de comunicação para que não nos silencie e se sintam livres para nos impor estereótipos e representações simbólicas como algo representativo da negritude. Deve existir, não só mais um tensionamento com essas ideias com as narrativas homogêneas, mas uma ruptura. Ainda é conflitante dizer como faremos isso, mas nós negras e negros sabemos o porque precisamos fazer isso de forma urgente. O discurso da existência de uma democracia racial precisa ser derrubado.

Enquanto as escolas, universidades, redações jornalísticas não quiserem romper esse mecanismo de poder, discursos como os analisados neste TCC serão propagados e irão prevalecer nos meios de comunicação, promovendo a manutenção da negação, do silêncio, do apagamento. O racismo é reproduzido através da marca da racialização e de mecanismos explícitos de segregação. As dinâmicas de exclusão, invisibilização e silenciamento são complexas, híbridas e sutis, ainda que sejam decididamente racistas.

Finalizamos esta monografia refletindo sobre qual jornalista quero ser, qual discurso quero produzir. Afirmo que desejo ser uma jornalista e dividir redações com pessoas, que reconheçam que o racismo existe e foi ele o responsável por tirar tantas vidas, como de João Alberto Freitas, homem, negro que tinha família, sonhos, medos e que foram aniquilados em uma seção de 5 minutos de linchamento, assim como faziam com nossos ancestrais. Desejo ser uma jornalista que possa pautar a força e o poder do meu povo e não só a nossa desgraça. Desejo poder ser uma jornalista negra que não veja mais meu povo sendo morto, que não precise cobrir operações policiais nas periferias ceifando vidas negras, que não precise ver nenhuma mãe chorando pelos seus filhos assassinados por balas que sempre encontram nossos corpos. Quero poder pensar em uma comunicação emancipadora para meu povo, onde meu corpo e de todos aqueles iguais a mim, possam ser livres, que tenham existência leve e plena. Desejo ao meu povo todo o poder, de todas as maneiras possíveis. Por isso, reafirmo Conceição Evaristo (2016, p.9): “Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”.

8. REFERÊNCIAS

DANIN, R. A., CARVALHO JÚNIOR, J. G., & REIS, T. R. (2018). Racismo discursivo: O caso Marielle Franco e a cobertura da mídia internacional. *metodos. Revista De Ciências Sociais*, 6(2). <https://doi.org/10.17502/m.rcs.v6i2.243>

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. O que é: Racismo estrutural? São Paulo - SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BENTO, M. A. S. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002.

BORGES, Juliana, Encarceramento em massa / Juliana Borges. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. 144 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

BIKO, Steve. Escrevo o que Eu Quero. Seleção dos principais textos de Steve Biko. Editora Ática, 1990.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. [S.l: s.n.], 2012.

CARDOSO, Lourenço. O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Araraquara, 2014. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/3146.pdf> . Acesso em: 28/04/21

CERQUEIRA, Daniel (et. al.) Atlas da Violência 2019. Rio de Janeiro, IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

COSTA, Kátia. De quando a pluralidade revela a invisibilidade. In: BORGES, Roberto; BORGES, Rosane (Orgs.). Mídia e racismo. Petrópolis: DP et Alii Editora, 2012.

DU BOIS, W. E. B. (1920). Darkwater Voices from within the Veil. (NY: Harcourt, Brace & Co.) Electronic Text Center, University of Virginia Library (HTML). Disponível em <<https://archive.org/details/darkwatervoicesf00duborich>> Acessado em 23 jun. 2019.

DU BOIS, W. E. B. (2003). The Souls of Black Folk. Nova York: Barnes & Noble.

EGIDIO, Priscila Mion Ferreira. Racismo, negação e discurso : uma análise crítica de dois eventos ligados a práticas racistas na mídia brasileira. 2006.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. História da Revolução Farroupilha.-3º .ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1989.

FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Perfil do Jornalista Brasileiro 2012. UFSC; FENAJ. 2012. Disponível em: < <https://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf> > Acesso em: 21 de agosto de 2021.

FERNANDES, Florestan. Introdução. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. p. XIV.

FONSECA, Marcus Vinícius. A educação dos negros : uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. FBSP, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf> > Acesso em: 21 de agosto 2021

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. FBSP, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4> > Acesso em: 29 de junho 2022

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "Etnias e população do Rio Grande do Sul "; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/etnias-populacao-rio-grande-sul.htm>> Acesso em 22 de agosto de 2021.

GOMES. Mayra Rodrigues. Jornalismo e ciência da linguagem. São Paulo, SP: Hacker/Edusp, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. Aletria (UFMG), Belo Horizonte, n.9, p. 38-47, 2002.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petropolis, RJ : Vozes, 2017

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Cultura e Representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. 2 ed. Editora UFMG, Belo Horizonte (MG), 2013.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação - Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KROB, Bruna Emerim. Entre o discurso e os resultados: as liberdades condicionais como estratégia de emancipação em Porto Alegre (1884 – 1888). Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/brunakrob.pdf>>. Acesso em: 14 de novembro de 2021.

LAGE, Nilson. Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas. Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol.1, n.1 p.20-25, Jan-Jul, 2014.

LIMA, M. C. de. Diálogos entre imprensa negra e estudos do discurso: representações de negros na mídia impressa do século XX. In: SATO, D. T. B.; BATISTA, J.R.L. Jr. (Orgs). Contribuições da Análise de Discurso Crítica no Brasil: Uma homenagem à Izabel Magalhães. Campinas - SP: Pontes editores, 2013.

LIMA, Juliana Domingos de. Lia Vainer Schucman: "Se tem um país que é supremacista branco é o Brasil". Ecoa, São Paulo, 07 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/12/07/lia-vainer-schucman-se-tem-um-pais-que-e-supremacista-branco-e-o-brasil.htm>>. Acesso em: 03 de março de 2022.

MARTINS, Etiene. Colóquio Discente Diálogos e Convergências Ainda assim nos levantamos / IV Colóquio Discente Diálogos e Convergências, 1-5 março 2021; organização Carla Italiano, Gracila Vilaça, Rafael Francisco. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2022 – (Olhares Transversais; v. 1). Disponível em: < <https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/wp-content/uploads/2022/04/Ainda-assim-nos-levantamos-Selo-PPGCOM-UFMG.pdf> >

MACIEL, Danielle Vaz. O JORNALISMO TEM COR: QUAIS OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR JORNALISTAS NEGROS NO RIO GRANDE DO SUL? 2021. 110 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Unipampa, São Borja, 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios, ed.1 v. 15, 2018.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. 2 ed. Perspectiva, São Paulo (SP), 2019.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala – Quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade (3. ed. rev. e atual. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2006).

MOORE, Carlos. Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: Usos e sentidos. 4. ed. 2 reimp.- Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do, 1914- 2011 - O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado/ Abdias Nascimento. 3. Ed. – São Paulo: perspectiva, 2016.

OSÓRIO, Helen. Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul, 1765-1825.

PAIVA, Anabela; Ramos, Sílvia. Mídia e Violência. Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. CESeC, Rio de Janeiro, 2007.

PINHO, Osmundo. Qual é a identidade do homem negro? Revista Democracia Viva, n.22, 2004.

RAMOS, Silvia. Mídia e Racismo. Rio de Janeiro: Pallas. 2007.

SILVA, Fernanda Coelho. A Juventude na Mídia Brasileira: estereótipos e exclusão. In: Revista Anagrama – Revista Interdisciplinar da Graduação. Ano 1, Edição 4: 01-10, Jun./Agos. 2008.

SANTOS, Caroline Rosa dos. As fake news como instrumento de naturalização da morte de pessoas negras envolvendo agentes do estado: caso Marielle Franco. 2019.

SANTOS, Gevanilda. Relações raciais e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2009

SANTOS, Neusa. Tornar-se negro. 1 ed. Paz e Terra, São Paulo, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: . (Org). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2013.

SILVA, Fernanda Coelho. A Juventude na Mídia Brasileira: estereótipos e exclusão. In: Revista Anagrama – Revista Interdisciplinar da Graduação. Ano 1, Edição 4: 01-10, Jun./Agos. 2008.

SODRÉ, M. Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SODRÉ, Muniz – Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil – 3. Ed. Atual e ampl. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SODRÉ, Muniz. O monopólio da fala. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010

SODRÉ, Muniz. Reinventando a Educação: Diversidade, Descolonização e Redes. 2ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. DICIONÁRIO DA ESCRAVIDAO E LIBERDADE. São Paulo, SP: Companhia das Letras, Edição 1, 2018

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2008.

VAN DIJK, Teun A. (1991). Racism and the Press. Londres, Reino Unido: Routledge.

VAN DIJK, Teun A. (2008) Racismo e discurso na América Latina. São Paulo: Editora Contexto

VAN DIJK, Teun A (2012): Discurso antirracista no Brasil. São Paulo: Editora Contexto.

VAN DIJK, Teun A. (2002) Cognição, discurso, interação. São Paulo: Editora Contexto

VAN DIJK, Teun A. (2000): “New(s) racism: a discourse analytical approach”, in Cottle, S.: Ethnic minorities and the media: changing cultural boundaries: 33-49. Philadelphia: Open University Press

VAN DIJK, Teun A. 2005. Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso. trad Zara Pinto-Coelho. Colec: Comunicação e Sociedade 3. Porto: Campo das Letras Editores S.A.

VAN DIJK, Teun A.. Discurso e poder. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018. 288.

WOLF, M. Teorias da comunicação. Lisboa: Presença, 2002.

Websites

BECKER, Laura.; AGEITOS, Jeferson.; DALLA VALLE, Karine. Homem é espancado e morto em supermercado da zona norte de Porto Alegre; dois são detidos. GaúchaZH, Porto Alegre, 25 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/11/homem-e-espancado-e-morto-em-supermercado-da-zona-norte-de-porto-alegre-dois-sao-detidos-ckhpn8jju000d0137d5ubu0yy.html>>

MARTINS, Etiene. Se isso não é passar pano para racista eu não sei o que é. Estado de Minas, Minas Gerais, 18 de abril de 2022. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/04/18/noticia-diversidade,1360673/se-isso-nao-e-passar-pano-para-racista-eu-nao-sei-o-que-e.shtml>>

VIESSERI, Bruna.; MARTINS, Cid.; ROSA, Vitor.; PINZON, Eduardo. João Alberto Freitas será homenageado com ato religioso na sexta, e Carrefour reduz horário das lojas. GaúchaZH, Porto Alegre, 25 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/11/joao-alberto-freitas-sera-homenageado-com-ato-religioso-na-sexta-e-carrefour-reduz-horario-das-lojas-ckhy8qdp005q014leaemdu46.html>>

